

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Míriam Terezinha Bueno Nogueira

TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES
DO ESTADO DE GOIÁS INVESTIGADAS ATRAVÉS DO
PSICODIAGNÓSTICO DE RORSCHACH

Goiânia
Julho de 2001

TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES
DO ESTADO DE GOIÁS INVESTIGADAS ATRAVÉS DO
PSICODIAGNÓSTICO DE RORSCHACH

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Míriam Terezinha Bueno Nogueira

TRANSFORMAÇÕES NA IDENTIDADE DE POLICIAIS MILITARES
DO ESTADO DE GOIÁS INVESTIGADAS ATRAVÉS DO
PSICODIAGNÓSTICO DE RORSCHACH

Dissertação apresentada à Vice-Reitoria de
Pós-Graduação como requisito parcial para
a obtenção do grau de Mestre.

Sub-programa: Social e da Personalidade

Orientador: Prof^{or} Dr. Rodolfo Petrelli

Goiânia
Julho de 2001

Dedicatória

À memória de meu pai, Miguel Archângelo Nogueira dos Santos, que despertou em mim a sede de leitura e de busca de conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, guia e presença constante nos caminhos de minha vida.

À minha mãe, Terezinha, por seu apoio, carinho e amor incondicionais em todos os momentos. Ao meu irmão Miguel, por sua compreensão e aceitação de minha ausência constante.

A minha família e amigos, por aceitarem, compreenderem e apoiarem minha dedicação quase exclusiva a essa pesquisa.

Gostaria de agradecer algumas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização dessa dissertação.

A meu estimado orientador, Dr. Rodolfo Petrelli, pela inspiração e compartilhamento de conhecimentos e experiências tão ricas e significativas, por sua confiança e crédito.

Às minhas companheiras de jornada, Ana Cristina Resende e Marli Bueno, cujas presenças e auxílio foram encorajadores, agradeço a amizade e o carinho.

À professora Agda, por sua generosidade, disponibilidade, amizade, carinho e sabedoria.

À Polícia Militar do Estado de Goiás, instituição a qual orgulhosamente pertenço, como oficial do quadro de saúde; agradeço a oportunidade e a abertura oferecidas para a realização da pesquisa relatada

nesse trabalho. Meus agradecimentos ao Comando da Polícia Militar, na pessoa do comandante geral, Cel. Paulo Alves, e do seu antecessor, Cel Leopoldo. Minha gratidão ao comando da Academia da Polícia Militar que, gentilmente, ofereceu o espaço físico adequado à realização da pesquisa; assim como pôs à minha disposição grande parte dos sujeitos componentes dos grupos amostrais.

Agradeço àqueles que foram e são meus chefes diretos, pelo apoio e compreensão da importância da realização de tal trabalho para mim. Ao Cel. Vaz, Ten Cel Brito, Mj. Edmilsson, meu muito obrigada.

Às minhas colegas de trabalho na Polícia Militar, Déborah, Eurides, Lucienne, Izabela, Augusta e Jussara, que tantas vezes assumiram tarefas e serviços, como maneira de me auxiliar na realização deste trabalho. Obrigada pela força e compreensão. À Efigênia, obrigada por seu incentivo, por sua amizade e por ser a responsável por meu interesse no estudo do Psicodiagnóstico de Rorschach.

Meu agradecimento às minha estagiárias, Dione e Suse, que participaram diretamente na pesquisa, tanto na aplicação do teste de Rorschach, quanto na digitação dos protocolos. Seu auxílio desinteressado foi de muito valor para mim.

À colega Tereza Cristina Resende de Carvalho, principal mentora da pesquisa em questão, obrigada pelo incentivo constante e por ter me confiado a continuidade da referida pesquisa.

SUMÁRIO

	Pág.
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
APRESENTAÇÃO.....	x
I – INTRODUÇÃO.....	1
II – CONCEITUAÇÕES DE IDENTIDADE.....	7
2.1- Abordagem Clínica – Teorias da Personalidade.....	9
2.2- A Perspectiva da Psicologia Social.....	23
III – A IDENTIDADE E AS INSTITUIÇÕES TOTAIS.....	33
3.1- Conceito de Instituição Total.....	33
3.2- Características das Instituições Totais.....	35
3.3- Objetivos das Instituições Totais.....	37
3.4- Processos de Manipulação da Identidade.....	38
3.5- Processos de Reestruturação da Identidade.....	49
3.6- Táticas Individuais de Adaptação.....	56
3.7- Mudanças da Identidade: Agir e Ser.....	60
IV – METODOLOGIA.....	66
4.1- Instituição Analisada.....	66
4.2- Objetivo Geral.....	67
4.3- Objetivos Específicos.....	67
4.4- Justificativa.....	68
4.5- Método.....	69
4.6- Sujeitos.....	71
4.7- Instrumento.....	76
4.8- Procedimentos.....	77
4.9- Análise dos Dados.....	84
V – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	85
5.1- Capacidade de produção e de adaptação à tarefa proposta.....	85
5.2- As Localizações.....	87
5.3- Os Determinantes.....	93
5.4- Tipo de Ressonância Íntima.....	106
5.5- Os Conteúdos.....	114
5.6- Os Fenômenos Especiais.....	125

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148

RESUMO

Investigar o impacto da formação e do exercício da função policial militar influenciando na modificação de aspectos significativos da identidade de indivíduos que buscam a carreira militar é o tema da dissertação. A pesquisa foi efetuada na Polícia Militar do Estado de Goiás, na cidade de Goiânia. A pesquisa é de natureza comparativa e desenvolvida segundo o método fenomenológico de investigação, tendo como principal instrumento de coleta de dados o Psicodiagnóstico de Rorschach. Esta pesquisa foi direcionada a dois grupos distintos: o grupo dos civis recém ingressos na Polícia Militar do Estado de Goiás, e o grupo dos militares veteranos da mesma instituição. Os resultados alcançados à partir dos dados obtidos e comparados entre os dois grupos foram os seguintes: a formação e o exercício policial militar não produz tantas modificações na identidade como era esperado, sendo tais mudanças circunscritas a aspectos menos generalizados. Concluiu-se que as modificações efetuadas na identidade dos indivíduos que buscam a carreira militar, não são somente negativas, mas atingem também aspectos positivos, principalmente no tocante à aquisição de controles internos mais eficazes em relação à agressividade e impulsividade. Estes resultados apontam para um outro aspecto do serviço policial militar que é ignorado, que refere-se ao seu caráter educativo e potencializador de comportamentos mais maduros e controlados. As mudanças negativas se referem, principalmente, ao desenvolvimento de sentimentos de angústia, disforia e melancolia, que diminuem suas capacidades intelectual e perceptiva, em função do tipo de trabalho estressante e do esforço em se adaptar às rígidas normas de conduta da corporação.

ABSTRACT

The finality of this paper is to investigate the impact of the formation course and the work in the military police service and its influence in changes in significant aspects of the identity of people that search a military career. The study was carried in the Polícia Militar do Estado de Goiás, in the city of Goiânia. This study has a descriptive nature and was carried following the phenomenologic method, having as main tool for collecting data, the Rorschach's psychodiagnosis. The study was carried focusing two distinct groups: the group of civilians newly admitted in the Polícia Militar do Estado de Goiás and the group of veterans. The results achieved in the two groups that was compared, was the followings: the formation course and the work as a military policeman don't induce so many changes in the identity as was expected, but that they are bound to aspects less general than that. It was concluded that the changes in the identity of the people that search a military career aren't negatives but also positives, mainly in the acquisition of effective internal controls on aggressive behaviour or impulsion. These results point to another aspect of the military career that is ignored and refer to its educative core and in the generation of more mature and controlled behaviours. The negative changes refer mainly to the development of anguish feelings and dysphoria that lower their intellectual and perceptive capacities, by the way of their stressing work and the strive in adapting to the corporation's harsh rules.

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação de mestrado é fruto de um desejo, de cunho pessoal e profissional, de investigar mais profundamente os processos psíquicos envolvidos na formação e no exercício da profissão policial militar. O fato de minha própria carreira profissional estar vinculada à Polícia Militar do Estado de Goiás, corporação a qual pertenço como oficial psicóloga do quadro de saúde, em muito influenciou a escolha do tema da pesquisa.

Devo ressaltar que, anteriormente ao mestrado em si, a pesquisa em questão já havia sido iniciada - apesar de seguir um procedimento diferente, utilizando o método de teste e reteste do Psicodiagnóstico de Rorschach em indivíduos que ingressam na carreira militar – com o intuito de verificar as diferenças psicológicas e comportamentais, que porventura surgissem ao longo da formação do policial militar. Entretanto, ao iniciar o mestrado, tive que fazer algumas modificações na metodologia, uma vez que o cronograma da pesquisa original, que exigia pelo menos 6 anos de coleta de dados, não se adequava à duração daquele. Deste modo modifiquei a metodologia, criando dois grupos distintos, o primeiro formado por civis recém ingressos na Polícia Militar do Estado de Goiás, e o segundo constituído de policiais militares veteranos. A análise dos resultados foi estabelecida a partir da comparação dos dados referentes aos dois grupos distintos, observando-se as diferenças e semelhanças existentes.

Minha principal motivação ao realizar este trabalho é, a partir dos resultados e conclusões apresentados, propor intervenções, de caráter psicológico e social, que propiciem o desenvolvimento e crescimento do policial militar como ser humano, englobando suas facetas individuais, sociais e profissionais.

I – INTRODUÇÃO

A atuação dos policiais militares na sociedade é de fundamental importância na manutenção da ordem e na segurança da população. Atualmente, contudo, o desempenho dos militares tem sido alvo constante de duras críticas e sérias reclamações por parte da sociedade civil, uma vez que, nacionalmente, têm ocorrido fatos que depõem contra o adequado exercício da profissão. São situações que expõem um despreparo do policial militar em lidar com situações de conflito, atuando este com agressividade, violência e desequilíbrio emocional. Ainda que sejam situações isoladas e que não absorvam a totalidade do universo militar, são fortes e evidentes o bastante para ensejar um questionamento mais amplo sobre a atuação do policial militar, uma vez que a sociedade é sua real mantenedora e espera uma adequada prestação de serviço por parte deste.

A finalidade da presente dissertação é verificar se esses comportamentos indesejados são adquiridos à partir da formação e do exercício da profissão policial militar, ou se são comportamentos já existentes anteriormente, mediados por uma estrutura psíquica interna que os determina, e que, ao mesmo tempo, influencia na escolha da profissão policial militar.

Assim, pretende-se investigar as possíveis transformações na identidade de indivíduos que buscam a carreira militar, após seu ingresso na mesma, de forma a examinar o impacto da formação e do serviço policial militar influenciando em tais mudanças.

Para atingir o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa comparativa, com a obtenção de dados através do Psicodiagnóstico de Rorschach, que foi aplicado em dois grupos distintos, o grupo de civis recém ingressos na Polícia Militar do Estado de Goiás; e o grupo de policiais militares veteranos da mesma instituição, com o intuito de examinar as possíveis diferenças existentes entre eles, com base na análise e comparação dos dados obtidos em ambos.

A pesquisa também tem uma natureza aplicada, uma vez que pretende-se, de acordo com os resultados obtidos, propor contribuições práticas para a solução dos problemas descritos acima, em relação à atuação do policial militar.

A abordagem seguida será fenomenológica em relação à compreensão dos dados, portanto não serão formuladas hipóteses acerca destas possíveis mudanças, uma vez que tal abordagem rejeita qualquer *a priori*, no entanto há certas expectativas em relação ao tipo de diferenças que serão encontradas entre os dois grupos experimentais. A principal expectativa se refere ao interesse em verificar se realmente ocorre um aumento das reações agressivas e violentas, após o ingresso do indivíduo na profissão militar.

Tal expectativa se fundamenta pelo fato de que o enfoque da pesquisa será direcionado sobre a identidade e as possíveis transformações que esta poderá sofrer no exercício da profissão policial militar. Teoricamente, a identidade é uma estrutura dinâmica, passível de mudanças, construída a partir de experiências vivenciadas diariamente, tanto a nível interno e individual, quanto social.

A identidade não deve ser entendida como uma substância, como algo imutável ou como uma condição, mas como um processo, um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, como um processo identitário, sempre mutável e provisório. A identidade pode ser entendida como o processo de construção do EU.

O processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supondo uma inter-relação entre a identidade individual e a identidade social, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam intimamente. Os indivíduos se articulam em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes papéis, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autônomos e afirmando-se como indivíduos. É o sentimento de identidade que permite, apesar das modificações sofridas ao longo das experiências vividas, ao indivíduo reconhecer-se o mesmo no tempo e no espaço, e diferenciar-se do que não é componente de seu eu.

Ressalta-se que uma das dimensões que mais influencia o estabelecimento do sentimento de identidade é o aspecto profissional. Este é considerado uma identidade parcial, tamanha é a importância que ocupa na vida do indivíduo, de acordo com a continuidade em que este atua no papel profissional e com o compromisso que assume com essa atividade. Assim, a identidade profissional determina, em grande parte, a identidade pessoal, sendo que aquela acaba por ser o cartão de visita do indivíduo.

O valor da identidade profissional se torna mais específico quando se refere ao âmbito de uma instituição total, isto é, quando o exercício da profissão ocorre em uma instituição fechada, regida por normas e ideologias muito particulares, que acabam por afastar o indivíduo de uma convivência mais estreita com o restante da sociedade. Este afastamento pode ter como consequência um processo de manipulação da identidade dos indivíduos que ingressam na instituição, de forma a adaptá-los, o mais eficazmente, às suas normas e padrões. Tal processo acaba por produzir modificações na identidade dos indivíduos, que tendem a absorver a identidade oferecida pela instituição.

São justamente essas mudanças que se tornam o foco da presente dissertação, havendo o interesse em determinar quais são elas, e se realmente a carreira militar influi de maneira tão vigorosa na forma do indivíduo agir e ser.

No intuito de desenvolver o tema proposto, a primeira parte deste trabalho enfocará a gênese, formação e conceituação do que se entende por identidade, em

duas abordagens diferentes, a clínica/psicanalítica e a social. Além da exposição teórica referente ao conteúdo das duas abordagens em relação à identidade, será estabelecida a conceituação mais pertinente para os limites da dissertação, procurando uma síntese das várias conceituações analisadas.

Na segunda parte da dissertação será realizada uma exposição abreviada da teoria de Erving Goffman sobre as manipulações sofridas pela identidade de indivíduos que participam, voluntária ou involuntariamente, da rotina de uma instituição total. Nessa seção, também se fará um paralelo entre a teoria de Goffman e o funcionamento interno da Polícia Militar do Estado de Goiás, em relação à formação do policial militar.

A terceira parte da dissertação tratará da metodologia utilizada para a realização da pesquisa em questão, delimitando o objetivo e justificativa da pesquisa; os sujeitos; o instrumento; os procedimentos empregados e a análise dos dados. Por fim, a quarta parte enfocará a discussão dos resultados, abrindo caminho para as considerações finais.

A pesquisa em questão se justifica por ser um tema atual, que é estampado quotidianamente nas manchetes de jornal, a nível nacional, sendo que a sociedade civil cobra cada vez mais um serviço de qualidade por parte do policial militar, pelo qual ela paga através de impostos. A violência militar tem se tornado, nos últimos tempos, um problema de grandes proporções, que deve ser examinado, a fim de serem propostas soluções eficazes no sentido de adequar o comportamento

do policial militar a sua tarefa fim, que é a manutenção da ordem e a segurança da população.

Paralelamente, a escolha do tema se deu a partir do trabalho, realizado por mim, na Polícia Militar do Estado de Goiás, na função de psicóloga. No decorrer de minha prática diária no convívio com diversos policiais militares, surgiu o interesse em aprofundar meus conhecimentos acerca dos processos psicológicos que ocorrem após o ingresso do indivíduo na Polícia Militar. Pelo fato de ser também militar, ter acesso aos sujeitos e à dinâmica da instituição, percebi a importância de focar o tema da mudança de identidade, primeiro por haver escassez de pesquisas que tratam do tema, assim como pela oportunidade de propor intervenções que possibilitem a melhoria da atuação do policial militar junto à comunidade.

II – CONCEITUAÇÕES DE IDENTIDADE

O presente capítulo versará sobre a Identidade, enfocando sua conceituação, gênese, desenvolvimento e processos de mudança. Como o termo Identidade é largamente utilizado em várias áreas da psicologia, será feito um levantamento resumido dos diversos conceitos existentes para o termo, de forma que seja escolhido aquele que seja mais coerente para o desenvolvimento do trabalho em relação ao tema escolhido.

Antes de qualquer conceituação mais técnica, é interessante observar como o Dicionário Aurélio conceitua Identidade:

“1. Qualidade de idêntico. 2. Caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: idade, nome, estado, profissão, sexo, etc.

Percebe-se já nessa conceituação, a complexidade do termo “identidade”, uma vez que aponta para dois pólos aparentemente opostos. O primeiro refere-se à igualdade, uma vez que esse é o significado de idêntico; o outro polo remete à singularidade, aos aspectos “próprios e exclusivos” de cada pessoa, que a caracterizam e diferenciam das outras pessoas.

Tal contradição aparente irá se repetir na maioria das definições de identidade, como veremos a seguir. No entanto, parece apontar para uma característica intrínseca do termo: ser igual, se adaptando às contingências externas, sem, porém, perder a individualidade.

Como um construto, Identidade é um termo utilizado em várias áreas, não somente da Psicologia como de ciências afins, como a sociologia, a antropologia, a filosofia, sendo que não há um consenso sobre a conceituação de Identidade entre elas.

Principalmente dentro da Psicologia, o conceito de Identidade não é comum a todas as áreas, havendo divergências, e porque não dizer, grandes conflitos no seu entendimento, sendo que cada área utiliza definições diferentes. Assim a Psicologia Social entende a identidade de uma maneira, a Psicanálise e outras abordagens clínicas de uma forma diferente, a Fenomenologia de outra, e assim por diante.

Ainda que as diversas conceituações façam sentido dentro do escopo teórico de cada uma dessas abordagens, existe um conflito difícil de ser resolvido quando se tenta relacioná-las, o que exige, para atingir o objetivo do trabalho, escolher a teoria acerca da gênese, desenvolvimento e modificações da identidade que melhor se adeqüe ao objetivo do trabalho.

Com esse intuito faremos uma breve incursão sobre as duas abordagens que melhor desenvolveram o conceito de identidade, a abordagem clínica dos teóricos da Personalidade e a abordagem social.

2.1. Abordagem Clínica – Teorias da Personalidade

Como uma tentativa de, brevemente, discorrer sobre as diversas conceituações de Identidade, inicialmente será abordada uma perspectiva eminentemente clínica, que surge à partir da Psicanálise.

O primeiro uso do termo identidade na literatura psicanalítica, segundo Grinberg (1976), foi realizado por Victor Tausk, em seu trabalho de 1945, no qual discorria sobre as maneiras que as pessoas são influenciadas pelo ambiente ao seu redor, durante seu desenvolvimento psíquico. Apesar de ter utilizado o termo, Tausk não o desenvolveu como conceito teórico.

Anteriormente, o termo identidade não havia sido desenvolvido de maneira mais abrangente por nenhum teórico psicanalítico. Freud (1926, pg. 316) o usou apenas uma vez, e mesmo assim, não em uma publicação teórica, mas em seu discurso dirigido à B'nai B'rith, uma ordem que representava os interesses judeus. É interessante observar que esta única alusão ao que ele chamou de “identidade interior”, evoca uma conotação francamente psicossocial, no sentido em que tal identidade indica a existência segura de uma “*construção mental comum*”. Isto é, que existe uma aptidão comum a um grupo que lhe garante a coerência interna.

Em sua literatura psicanalítica, Freud (1886-1939) utilizou unicamente o termo “Personalidade” para descrever os processos psicodinâmicos envolvidos no desenvolvimento psíquico do indivíduo. Em sua teoria acerca da personalidade, Freud (1923) afirma que a mesma é o resultado da interação de três subsistemas fundamentais do aparato psíquico: o id, o ego e o superego. A forma como se dá tal interação nas diversas fases do desenvolvimento psíquico, aliada ao uso da energia psíquica e à utilização dos mecanismos de defesa e de adaptação, serão os responsáveis pela estrutura de personalidade de cada indivíduo.

Para os teóricos clínicos psicanalíticos contemporâneos a Freud ou das primeiras gerações posteriores, a conceituação de Personalidade seguiu muito próxima ao que ele já havia escrito. Nesse sentido o enfoque é dado sobre as características individuais em detrimento das características compartilhadas pelas pessoas. A Personalidade seria percebida como uma estrutura que se apoia nas características físicas, constitucionais do indivíduo, que são herdadas e que podem

se desenvolver ou não nas interações com o meio, que constituiriam seu temperamento, e também nas características individuais adquiridas basicamente por influência do meio, que seria o caráter. A personalidade seria o fruto da integração dinâmica e evolutiva entre temperamento e caráter, sendo que a mesma vai adquirindo variadas e sucessivas modalidades durante a vida embora conserve certas características que lhe conferem consistência e continuidade.

É importante sublinhar, no entanto, que apesar de um enfoque majoritário nos processos psicodinâmicos no desenvolvimento da Personalidade, nem Freud, nem os seus seguidores, desprezaram as influências ambientais. Pelo contrário, a teoria psicanalítica afirma que o processo de desenvolvimento psíquico que cobre o nascimento até a velhice, é influenciado pelo tipo de relações estabelecidas no decurso da vida, entre o indivíduo e as pessoas a sua volta. Tal influencia, segundo Klein (1952), se dá de forma decisiva nos primeiros contatos do bebê com a mãe, enquanto objeto de prazer e de ligação com o restante do ambiente, sendo que o protótipo do estabelecimento de relações objetais futuras tem seu fundamento nessa primeira relação.

Quem primeiro apontou para uma diferenciação dentro da estrutura da personalidade foi Hartmann, em 1950, citado por Grinberg (1976, pg. 30). Sem utilizar ainda o termo identidade, aquele autor propôs uma distinção entre o Eu – que seria um sistema psíquico – e o Self – que seria um conceito que se refere ao “si próprio”. Nas palavras de Grinberg:

“A palavra ‘Eu’ é empregue para denotar um conjunto de processos psicológicos tais como pensar, perceber, recordar e sentir, que tem uma função organizadora e de regulação em relação ao Self, e que são responsáveis pelo desenvolvimento e execução de um plano de ação para alcançar, por um lado, a satisfação dos impulsos internos e, por outro, as exigências ambientais. A palavra ‘Self’ indica as formas pelas quais o indivíduo reage perante si próprio, nas quais se percebe, se pensa e se valoriza a si próprio e como, através de diversas ações e atitudes, procura estimular-se ou defender-se.”

A partir de tal diferenciação é possível estabelecer os primórdios do que viria a ser conceituado como identidade, na medida em que começa a ser elaborado um esboço de uma instância que tem uma função de reconhecimento de si próprio enquanto totalidade, incluindo o corpo e suas partes, e a organização psíquica e suas partes. Assim, a definição de Self teria uma dimensão de processo, como um desenrolar de infinitas seqüências de transformações corporais e de comportamento que ocorrem durante a vida do indivíduo, e que traria a base do reconhecimento de si mesmo enquanto unidade separada das demais pessoas.

O primeiro teórico a utilizar sistematicamente o termo Identidade, foi Erikson (1956). Ele formulou uma teoria psicossocial do desenvolvimento da personalidade, sendo que esta se desenvolve através de uma seqüência de fases

durante as quais se estabelece uma mútua adaptação entre o indivíduo e o ambiente. Assim, existe uma interação contínua entre a maturação psicofísica e os modos e a estrutura da sociedade na qual o indivíduo vive, sendo que a personalidade se desenvolve à partir de um processo contínuo que dura a vida inteira do indivíduo.

Portanto, para este teórico, a personalidade já não se caracteriza mais como algo estático e estável, que se constrói principalmente a partir das características individuais, mas que também é influenciada pelas relações interpessoais que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida. Apesar de utilizar predominantemente o termo personalidade, Erikson também se vale do termo identidade em sua teoria, já fazendo uma ponte entre as características individuais e os diversos papéis sociais com os quais o indivíduo deve se identificar durante sua existência, e que se articulam para formar o próprio “eu” do indivíduo, em seus múltiplos aspectos identificatórios.

A formação da identidade, para Erikson (1956), seria um processo que teria sua origem na assimilação mútua e bem sucedida de todas as “identificações fragmentárias da infância”, sendo essencial, inicialmente, uma relação satisfatória com a mãe, depois com o resto da família, e posteriormente com a comunidade mais ampla. Tal processo estaria localizado no âmago do indivíduo e, ao mesmo tempo, também no núcleo central da sua cultura coletiva.

Assim, a formação da identidade de um indivíduo estaria em ampla conformidade com a cultura à qual ele pertence, além de ser influenciada pelo tipo de relações que ele estabelece com os outros. Erikson (1968, pg. 21) escreve:

“Em termos psicológicos, a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira que os outros o julgam, em comparação com eles próprios e comum a tipologia que é significativa para eles...”

Dessa maneira, não se pode separar o desenvolvimento pessoal da transformação comunitária, sendo o desenvolvimento da identidade uma atividade psicossocial. Como tal, para Erikson (1968), a identidade nunca deve ser estabelecida como algo imutável, estática, nem mesmo em sua relação mais profunda com a personalidade, uma vez que tanto as mudanças físicas (internas) quanto as ambientais (externas) contribuem para mudanças na identidade.

Particularmente por ter tido uma formação sociológica, além da psicológica, também para Fromm (1980) o desenvolvimento psíquico se dá através de determinantes sociais, além de determinantes individuais internos. Ele evidencia a amplitude da intervenção do ambiente sobre o desenvolvimento da personalidade.

A existência humana teria como finalidade, segundo Fromm (1980), a transcendência da condição animal, instintiva e biológica, para a condição de ser humano autêntico, sendo que nesse processo, cada indivíduo busca a si mesmo, ou seja, a sua própria identidade. Ele coloca essa busca como uma das necessidades básicas típicas humanas, sendo que a necessidade de identidade leva o indivíduo a individualizar-se, construindo uma identidade que é ao mesmo tempo individual e compartilhada com o meio que o circunda, fruto das interações entre traços de personalidade e interações com o meio ou grupo de que faz parte.

Atualmente, alguns teóricos psicanalíticos, como Bion (1966), por exemplo, entendem que o desenvolvimento da personalidade, e conseqüentemente da identidade, passa pelas interações sociais que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida com o meio que o circunda, dando novo enfoque sobre os conflitos, problemáticas e psicopatologias que podem acometer aquele. Assim o temperamento, ou os traços psicológicos do indivíduo passam a não ser os únicos constituintes da personalidade, em uma visão determinista, mas também as relações com o meio em que vive contribuem para a sua formação.

A formação da identidade *“...resulta de um processo de relacionamento de três vínculos de integração: espacial, temporal e*

social.”, de acordo com Grinberg (1978, pg. 25), que é um teórico psicanalista contemporâneo.

O primeiro vínculo, de integração espacial, diz respeito à relação das várias partes do self entre si, o que mantém sua coesão e permite a comparação e contraste com os objetos. Leva à diferenciação e à individuação entre self e não – self.

O segundo, vínculo de integração temporal, remete ao vínculo entre as diversas representações do self no tempo, conferindo às mesmas uma continuidade entre si e estabelecendo um sentimento de unicidade.

O terceiro vínculo, chamado de integração social, se refere à relação entre os aspectos do self e aspectos do objeto, através dos mecanismos de identificação projetiva e introjetiva, levando a uma conotação social da identidade.

Já se percebe que a visão atual da teoria psicanalítica enfoca a questão da identidade e sua formação, como uma parte fundamental na evolução da personalidade. Grinberg (1978, pg. 39) faz uma diferenciação importante entre personalidade e identidade, as situando como duas instâncias profundamente imbricadas:

“ Sublinhou-se freqüentemente que a característica do Homem é sua individualidade, ou seja, o fato de o Homem ser o resultado único no seu gênero, de não poder se parecer de forma acabada com nenhum outro homem e de se comportar da maneira que lhe é própria. O conceito de personalidade tem sido geralmente utilizado para designar essa individualidade psicológica....refere-se sobretudo aos fatores dinâmicos do comportamento, às suas motivações, incluindo o aspecto profundo e menos evidente da individualidade.... O sentimento de identidade, diferentemente, é experienciado pelo sujeito enquanto resultado do processo de individuação-diferenciação, base do sentimento de unicidade (ser uno e único) e pelo sentir-se o mesmo através do tempo, base do sentimento de autenticidade, com o seu corolário de integração social.”

Também parece claro a importância que este autor confere ao social, como fator imprescindível na formação e desenvolvimento da identidade. Citando Kluckholm e Murray (Apud Grinberg, 1978, p.73), ele considera que a identidade é a combinação específica de papéis de cada indivíduo e a individualidade a maneira como desempenha esses papéis. O papel seria a função que regula o comportamento individual de acordo com certas regras do grupo, relacionadas com o comportamento que se espera do indivíduo em cada situação.

Alguns papéis são mais relevantes e influenciam em maior escala a formação da identidade. Seriam esses os papéis que o indivíduo desempenha na família, nas relações sociais e no trabalho, sendo que este último campo será melhor desenvolvido no próximo capítulo. Grinberg (1978, pg. 75) pensa que *“...as posições*

e papéis servem pois de sistemas de referência e de comunicação entre os indivíduos, mas cada indivíduo assume o seu papel de uma forma que lhe é própria.”

A identidade própria de uma pessoa nunca pode ser completamente abstraída da sua identidade para os outros, de acordo com Laing (1969). A identidade de cada um, em certa medida, depende da identidade que os outros lhe atribuem, mas também das identidades que ele atribui aos outros. Assim, ele salienta a função de complementaridade pela qual o sentimento de identidade requer a existência do outro.

A formação e manutenção do sentimento de identidade se revela como um desafio ao indivíduo, que deve desenvolver a capacidade de se vincular criativamente com os outros através dos papéis que desempenha e, ao mesmo tempo, manter um contato suficiente consigo mesmo e sua própria integridade, tanto para Grinberg (1978), assim como para Goffman (1971),.

Ainda em uma perspectiva teórico-clínica, que parte de uma Psicologia da Personalidade, Herbert Franta (1982) propõe uma outra maneira de entender o desenvolvimento da personalidade, de acordo com a teoria do interacionismo social. Nessa perspectiva, a personalidade não é considerada com base em uma *“...tradicional unidade analítica descritiva (traços, motivos, hábitos, etc.), mas segundo a modalidade da disposição individual de participar da vida social e da qualidade processual que caracterizam a comunicação nas relações interpessoais.”* (Franta, 1982, pg.131).

O estudo da personalidade não deixa de ser o estudo da própria identidade, segundo Franta (1982), uma vez que o indivíduo luta durante toda a sua vida para construir e manter sua identidade, que não se encontra separada de sua personalidade, sendo que as duas instâncias se mesclam continuamente, a ponto de não haver uma diferenciação significativa entre elas.

Assim, a teoria da identidade, nesta perspectiva, centra sua formação e desenvolvimento na capacidade individual de interpretar de modo crítico as expectativas dos papéis sociais, e na procura de um equilíbrio entre as expectativas compartilhadas nas situações sociais, buscando um maior êxito nas relações interpessoais, nas relações entre o indivíduo e a sociedade coletiva. Desta maneira o que caracteriza esta interpretação de identidade é a competência em conciliar as próprias exigências e expectativas com as dos outros.

Segundo a teoria da identidade de Veelken, citado por Franta (1982), teórico do interacionismo social, a estrutura da identidade é formada através da interdependência entre duas estruturas que formam uma continuidade compartilhada. A primeira estrutura é formada pelas propriedades pessoais (identidade pessoal), que são o resultado da “biografia” do indivíduo e que constituem a sua singularidade. A segunda é constituída pelas exigências e expectativas dos outros a quem o indivíduo é exposto (identidade social).

A identidade se constrói, portanto, à partir da capacidade do indivíduo de satisfazer as expectativas sociais e, ao mesmo tempo,

distanciar-se do social, mantendo e exprimindo, por meio da linguagem comum, a sua identidade. Esta, por sua vez, não deve ser considerada como uma estrutura estável e consistente, uma vez que está sujeita a modificações, tendo em conta as expectativas dos outros e o desenvolvimento da própria história individual.

A identidade integrada pode ser descrita, de acordo com Veelken (Apud, Franta, 1982, pg. 40), da seguinte maneira:

“ ...a capacidade do indivíduo de estabelecer, nas diversas situações, por meio da distância do papel e pela distância do eu, um equilíbrio entre as expectativas contrárias, entre as exigências dos outros e necessidades próprias, e como a capacidade de realizar e exprimir a própria necessidade, distinguindo-se dos outros, e satisfazendo, ao mesmo tempo, a necessidade de receber daqueles o reconhecimento da própria identidade.”

Na abordagem interacionista social americana, a identidade é fruto de uma interação constante entre o individual e o social, ainda que enfatize a necessidade do indivíduo em se impor como ser único, mesmo compartilhando características e expectativas coletivas. Nesta visão, o homem é visto como um ser que deve contribuir ativamente para a formação de sua identidade, e não receber passivamente as influências do meio, também o modificando à partir de sua própria individualidade, na qual os traços de personalidade têm uma influência enorme na

maneira como o indivíduo irá estabelecer o equilíbrio entre as expectativas pessoais e sociais.

Desta maneira pode ocorrer que, na formação da identidade, o indivíduo possa perder ou não desenvolver o equilíbrio dinâmico entre a identidade pessoal e a identidade social, sendo que há a possibilidade de que ele assuma plenamente as expectativas dos outros, não distinguindo-se da identidade social atribuída a ele ou, ao contrário, que ele refute estas expectativas e aja somente à partir da singularidade de sua própria identidade pessoal.

A construção e o desenvolvimento favorável da identidade dependem de certos fatores sociais e pessoais. Dentro dos fatores sociais estão os aspectos da comunicação pragmática (desenvolver atos discursivos e aspectos normativos da comunicação interpessoal) e aspectos de relação e organização (assumir diferentes papéis de modo coerente). Dentro dos fatores pessoais estão a competência em tomar distância do papel, ou seja, a capacidade de confrontar-se criticamente e responsabilmente com as expectativas do papel, de reinterpretá-lo e modificá-lo de acordo com as exigências da situação em que se encontra.

Tal distância é necessária porque há uma multiplicidade de papéis, interdependentes entre si e, em determinada situação um está mais presente que outro, ou seja, é a figura, enquanto os outros permanecem no fundo, sendo que há um constante movimento de papéis de acordo com a situação, segundo Goffman (1971).

Também dentro das competências pessoais estão ainda a capacidade de empatia, isto é de se colocar no lugar do outro, percebendo e interpretando os diversos vértices de uma situação social de uma maneira flexível e coordenada. Há também a capacidade de autoapresentação, na qual o indivíduo deixa-se conhecer através de suas idéias, interesses e necessidades. E por último o indivíduo deve aprender a tolerar a ambigüidade e suportar a frustração que advém do fato de que em cada interação, para atingir o equilíbrio entre os diversos participantes, é necessário se chegar a um consenso, o que implica abdicar de algo. Porém se o indivíduo é capaz de suportar a ambigüidade, é sinal que possui uma identidade integrada.

Como se pode notar o conceito de Identidade foi-se modificando ao longo do desenvolvimento das teorias psicanalíticas, partindo de um ponto em que o único termo utilizado era Personalidade, vista em uma perspectiva intrinsecamente individual e estática, até chegar em um ponto que o termo identidade já é mais utilizado e aceito, inclusive sendo consenso a influência inegável que o ambiente social exerce sobre o desenvolvimento da identidade e, porque não, sobre a personalidade do indivíduo, que passa a ser vista como uma instância dinâmica e construída através das interações estabelecidas ao longo da vida da pessoa.

2.2. A Perspectiva da Psicologia Social

A Psicologia Social tem como ponto central a questão da Identidade e as relações existentes entre o que se chamou de Identidade Social e Identidade Pessoal. Tais relações sempre foram conflituosas, marcadas pela oposição entre as necessidades individuais e as necessidades coletivas, entre a busca de uma identidade pessoal (diferenciação) e de uma identidade coletiva (a similitude), e até mesmo entre o individual e o coletivo. Apesar de consideradas como instâncias opostas, não há como negar que toda identidade possui um componente pessoal, uma vez que se localiza na pessoa, e um componente social, já que é formada no social.

Na busca de se saber até que ponto tal oposição realmente existe, é necessário entender a conceituação de Identidade Pessoal e Identidade Social. A primeira se refere aos traços mais pessoais, a aspectos mais específicos de cada indivíduo, que fazem com que cada pessoa seja única em sua individualidade, e que seja diferente dos demais. Estaria relacionada com a capacidade de reconhecer-se diferente dos demais e idêntico a si mesmo, mantendo uma certa estabilidade ao longo do tempo e do espaço. Tal estabilidade seria relativa, uma vez que o indivíduo assume vários papéis na sociedade, o que exige uma certa flexibilidade para ser capaz de vivenciar e atuar diferentes “identidades” em diversos contextos.

Já a Identidade Social se refere a aspectos de ordem social, que assinalam a pertença a um grupo ou a uma categoria social, tendo a ver com as posições que a pessoa ocupa em uma estrutura social. A Identidade Social se relaciona com a noção de semelhança, uma vez que é compartilhada por pessoas que ocupam posições semelhantes e possuem pertenças comuns. O movimento de identificação com uma pertença só faz sentido quando existe a noção de oposição a um outro grupo, o que acentua o sentimento de semelhança com os outros do mesmo grupo de pertença (o nós) e acentua a necessidade de diferenciação entre “nós” e os outros pertencentes a um outro grupo, sendo que quanto maior a identificação maior será a diferenciação.

Do que foi exposto até este momento, se percebe que o conflito entre Identidade Pessoal e Identidade Social é mais complexo, porém não tão profundo, se entendermos que os dois componentes não são necessariamente opostos e inconciliáveis, mas ao contrário são dois pólos de um continuum, uma vez que a identidade é formada tanto de aspectos pessoais quanto de aspectos sociais, sendo que um ou outro estará em maior destaque dependendo da situação.

Dentro da Teoria da Identidade Social elaborada por Tajfel (1972), a noção de categorização é central. Genericamente falando, a categorização seria a inclusão de qualquer objeto em uma categoria, levando em conta a percepção que se tem das semelhanças com alguns objetos, que fariam parte da mesma categoria, e a diferença com outros.

Mais especificamente na categorização social, o indivíduo está no interior de uma rede de categorizações, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto de categorização. Tal processo não somente diminui as diferenças intracategoriais, como aumenta as diferenças intergrupos, e conseqüentemente a discriminação intergrupala.

Tal discriminação ocorre devido a um conflito objetivo de interesses entre os grupos, para Sherif (1966). Já para Tajfel (1972), a simples pertença a uma categoria em oposição a uma outra seria suficiente para ocorrer a discriminação.

A identidade social é definida, segundo Tajfel (1972), como o conhecimento que um indivíduo tem de pertencer a certos grupos sociais, aliada ao significado emocional e avaliativo evocados por tal pertença. Assim a identidade social define o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade.

Há uma distinção entre dois pólos opostos do comportamento social, de acordo com Tajfel (1972): um pólo se refere aos comportamentos interpessoais (identidade pessoal), e no outro pólo os comportamentos intergrupais (identidade social). Quando a identificação com o grupo aumenta há um movimento saindo do pólo interpessoal em direção ao pólo intergrupala, em busca de uma identidade social positiva, que nada mais é que a busca de uma avaliação positiva de si mesmo.

A teoria da identidade social possui duas bases, uma cognitiva e outra motivacional. A base cognitiva estaria relacionada com o processo de categorização, que levaria o indivíduo a superestimar as diferenças intergrupais e a subestimar as diferenças intragrupo. Já a base motivacional se refere à necessidade de discriminação para que a auto-estima aumente.

Ocorre que, se a dicotomia identidade social x pessoal é mantida, pode-se dizer que quanto mais forte for a identidade social, menos importante é a identidade pessoal, e vice-versa, pois tanto uma como a outra satisfazem a necessidade de possuir uma imagem positiva de si mesmo. Em outras palavras quando o indivíduo se identifica mais profundamente com o grupo, diminuirá as diferenças entre ele mesmo e os outros pertencentes ao mesmo grupo.

Procurando entender e explicar a oposição entre a vertente psicológica (pessoal) e a vertente sociológica da identidade, Turner (1975) distingue três níveis de definição de si mesmo, dentro da teoria intitulada Categorização de Si Mesmo.

O primeiro nível, superior, se refere à definição de si mesmo como ser humano que possui uma identidade humana, em comparação com as outras espécies (categorização). O segundo nível, intermediário, se relaciona com a definição de si mesmo como membro de um grupo, que se refere a uma identidade social baseada em comparações intergrupais. O terceiro nível, inferior, se refere a uma identidade pessoal, baseada em comparações interpessoais.

Quando há a saliência de um nível de categorização, os outros dois permanecem ocultos, reafirmando que ocorre uma relação inversa entre aspectos pessoais e sociais da identidade, o que aumenta a dicotomia entre ambos, para Turner (1975).

Algumas investigações posteriores lançaram a hipótese da covariação entre identidade pessoal e identidade social, que se situam em extremos de um continuum e seriam, de algum modo excludentes. Foi observado que, em certas situações, quanto mais forte é a identificação com o grupo de pertença, mais importante é a diferenciação interindividual dentro do mesmo grupo, isto é o indivíduo tende a se julgar mais ajustado às normas do grupo do que os demais, havendo um processo de comparação e categorização dentro do próprio grupo de pertença.

Uma outra abordagem é a da identidade enquanto representação social, formulada por Doise (1976), na qual ele defende que a identidade pessoal pode ser considerada como um dos princípios organizadores mais importantes em nossas relações simbólicas com outros agentes sociais. Para tanto deve ser analisada mediante três aspectos:

– A identidade como saber compartilhado: a pertença a grupos ou classes sociais induz à percepção de características compartilhadas, assim certas definições de si mesmo seriam resultantes das pertenças sociais, com as quais o indivíduo se identifica, ao mesmo tempo em que ele se diferencia devido a seus

aspectos e características próprios, que não são compartilhados pelo restante do grupo, o que evita os comportamentos estereotipados, e uma conseqüente alienação. O indivíduo lançaria mão de um saber comum organizado que lhe auxilia em sua auto-descrição.

– Princípios organizadores das variações de identidade: ainda que vários indivíduos tenham as mesmas pertenças e as imagens de si mesmos sejam semelhantes entre si, estas variam de um para outro de acordo com alguns fatores: extroversão, caráter agradável, honestidade, estabilidade emocional e cultura. Estes fatores se referem, principalmente, às modalidades de comportamento e de interações com os demais. É como se houvessem padrões prototípicos com os quais as pessoas se comparam e têm referência para descreverem a si mesmos, sendo que tais fatores podem se mesclar de diferentes formas resultando em diferentes descrições de si mesmo em cada pessoa.

– A ancoragem das identidades pessoais, existindo três formas de ancoragem :

a) as crenças ou valores gerais, que organizam nossas relações simbólicas com os demais, sendo um nível psicológico, na medida em que sua análise privilegia a organização das variações individuais ou interindividuais;

b) as relações intergrupais, que representam o nível psicossociológico, e que se refere à análise do modo como os indivíduos se situam simbolicamente nas relações sociais, em um dado momento;

c) as pertenças sociais, referentes ao nível sociológico, que se relacionam com as comparações entre grupos de indivíduos em função das posições que ocupam no grupo social.

A identidade pessoal, na abordagem de Doise (1976), é enfocada mediante a análise das interações que se estabelecem entre as três formas de ancoragem. Deste modo, a identidade pessoal seria considerada um princípio organizador de tomadas de decisão, que remetem a relações simbólicas com outros indivíduos e grupos e, que refletem, necessariamente, tais interações.

Mesmo sendo reconhecida a importância da identidade pessoal como princípio organizador da representação social do eu, ainda hoje existe, dentro da Psicologia Social, a ênfase nos processos de interação social e cultural como os mais importantes na formação da identidade, sendo que por mais que se tente conciliar a vertente pessoal e a social, a impressão que fica é que a oposição entre elas continua a pautar as teorias sociais e também as da personalidade. O que se justifica pelo recorte que cada uma faz do seu objeto de estudo: o homem.

No entanto, como uma última abordagem da noção de identidade, remete-se a discussão para o ponto de vista de Maria Antônia Alonso de Andrade (1998), que procura fazer uma análise transdisciplinar sobre a questão da identidade. Segundo ela, a questão da identidade é complexa, uma vez que não possuímos apenas uma identidade mas várias facetas identitárias, umas com maior peso que outras. Assim a única forma de abordar satisfatoriamente a “*clássica questão do confronto entre as vontades e liberdades individuais e o peso das estruturas sociais*” (ANDRADE,1998,141), é estudar a identidade a partir de várias perspectivas, como a sociologia, a psicologia social, a psicanálise.

Parte-se do pressuposto de que o indivíduo é uma totalidade articulada organicamente à totalidade social, globalizada, não sendo possível separar o plano individual do plano social, segundo Andrade (1998). Nesta mesma perspectiva, a identidade é percebida como um processo identitário construído de forma dinâmica e dialética, mutável, um processo de construção da personalização, de construção do eu.

Sendo dialético, o processo identitário é ao mesmo tempo individual e social, havendo uma intercorrelação entre os dois aspectos, onde componentes psicológicos e sociológicos se articulam para construir a identidade do indivíduo. Tal dialética funciona a partir do momento em que os indivíduos integram vários grupos sociais, assumindo diferentes papéis sociais, ou identidades coletivas, se identificando com esses grupos e desenvolvendo o sentimento de pertencer a eles,

mas, ao mesmo tempo, se diferenciando e se afirmando como sujeitos autônomos, como indivíduos.

Portanto, mesmo indivíduos criados no mesmo ambiente, recebendo a mesma cultura e educação, pertencendo aos mesmos grupos sociais serão, em algum grau, diferentes entre si devido à particularidades pessoais e por percepções e sentimentos diferentes quanto às interações sociais.

Ter uma identidade é, ao mesmo tempo, ser alguém único, com características idiossincráticas e ser alguém igual aos outros, no sentido de compartilhar com o grupo significados comuns. Assim, a identidade seria o conjunto de representações, sentimentos e opiniões que o sujeito tem sobre si mesmo, sendo que este constrói seu lugar e assume suas posições na sociedade através da apropriação da cultura e das instituições sociais mediadas pelo outro.

Lançando mão de uma abordagem histórica-dialética, Ciampa (1987) constata que a identidade se constitui em um processo de metamorfose/cristalização do eu, decorrente do conjunto das relações sociais vividas pelo sujeito, sem perder de vista sua individualidade, mas que se encontra profundamente relacionada com a atividade produtiva e com as constitucionais onde ela se insere. Portanto, não somente as características pessoais e as interações sociais contribuiriam para a construção da identidade, mas também a consciência do indivíduo enquanto ser produtivo, construtor ele também da realidade que o cerca e construído por ela.

Em última análise percebe-se que, atualmente, o conflito entre as conceituações de identidade da abordagem clínica e da abordagem social têm diminuído consideravelmente, havendo um consenso sobre a importância de um equilíbrio entre as solicitações internas do indivíduo e as solicitações do ambiente, sendo que a identidade é o produto da interação entre esses dois pólos inerentes à existência do ser humano. Assim, a identidade se constitui como um contínuo dinâmico de adaptações às exigências internas e externas, de uma forma muito particular e individual, que conferem ao indivíduo um sentimento de identidade, de se reconhecer como ser único e, ao mesmo tempo, pertencente a uma cultura que o engloba e transcende.

III – A IDENTIDADE E AS INSTITUIÇÕES TOTAIS

3.1 – Conceito de Instituição Total

Este capítulo tem como objetivo analisar as influências que uma instituição fechada, como a Polícia Militar, pode exercer sobre a identidade de seus membros.

Em primeiro lugar, já foi visto que o papel profissional, que o indivíduo exerce, possui uma grande importância no estabelecimento de seu sentimento de identidade. Grinberg (1978) destaca que o papel profissional seria uma identidade parcial, devido à enorme dimensão que essa atividade ocupa na vida do indivíduo, uma vez que este passa grande período de seu tempo no exercício profissional. Tal exercício garante uma continuidade no tempo e no espaço, de tal maneira que, na maioria dos casos, o indivíduo reconhece a si mesmo e aos outros, e é reconhecido por esses outros, pela identidade que lhe é conferida pela atividade profissional.

Reconhecendo tal importância, é necessário uma análise mais profunda das modalidades de mudança que a identidade do indivíduo pode sofrer, dependendo do tipo de profissão que exerce.

Tal análise será realizada tendo como referência o trabalho literário de Erving Goffman, que foi um dos teóricos que melhor explicitaram os processos de manipulação e mudança da identidade.

Existem certas instituições que possuem um caráter particular que as diferenciam das demais, sendo que Goffman (1961) as denominou de instituições totais. Uma instituição total seria um local de residência e trabalho, onde indivíduos com situações semelhantes, e separados da sociedade mais ampla, levam uma vida fechada e formalmente administrada por um rígido sistema de valores e normas, durante um considerável período de tempo.

Ainda que qualquer instituição tenha, em certa medida, um grau de fechamento, existem algumas que colocam uma barreira maior entre si e o restante da sociedade. As instituições que possuem um maior grau de fechamento são: os asilos e orfanatos (que cuidam de pessoas incapazes e inofensivas); os sanatórios e manicômios (que se responsabilizam por pessoas incapazes que, de forma não intencional, geram ameaça à sociedade); as prisões (que protegem a sociedade contra indivíduos perigosos); os quartéis militares, escolas internas e colônias (que têm a intenção de realizar, de modo mais adequado, alguma tarefa de trabalho); e

os conventos e mosteiros (que servem como refúgio do mundo e também como local de formação e instrução).

3.2 – Características das Instituições Totais

Parece óbvio que não há características fundamentais que sejam comuns a todos esses tipos de instituições totais. Há diferenças entre elas no que se refere ao número de características que cada uma apresenta, em maior ou menor grau, porém há pontos comuns.

O aspecto central das instituições totais é a existência de uma ruptura nas barreiras que estabelecem que o trabalho, o lazer e a moradia ocorram em locais diferentes. Todas as experiências e atividades são realizadas em um mesmo local, e são reguladas por uma mesma autoridade. Ainda que ocorram certas diferenciações entre os vários tipos de instituição, em todas elas há uma tendência a concentrar as atividades no mesmo local.

Há também a determinação que as atividades sejam realizadas em grupo, todos recebendo o mesmo tratamento e fazendo as mesmas tarefas. Na realização das atividades há um ordenamento que é hierárquico, e que segue um sistema de regras formais explícitas. O fato básico das instituições totais é a existência de um controle imediato de muitas necessidades humanas, que são administradas pela organização burocrática.

Na maioria das instituições totais há uma divisão bem estabelecida entre dois grupos distintos: o dos internados (que vivem controlados) e o dos supervisores (que exercem o controle). Os primeiros tem seu contato com o ambiente externo bastante limitado ou interdito, enquanto os segundos mantêm contato com o exterior, cumprindo apenas uma jornada de trabalho na instituição.

Em grande medida, os dois grupos tendem a confrontar-se, atingindo, em certos casos, posições francamente hostis em relação ao outro. A tendência é que cada grupo se guie a partir de estereótipos limitados para julgar o outro grupo, o que acarreta uma grande distância social e psicológica entre ambos. Assim, dentro da instituição desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, com pontos de contato oficial, mas pouca interpenetração.

O objetivo do grupo que supervisiona seria o controle sobre as ações do outro grupo, cujos indivíduos devem fazer o que foi indicado e da maneira pela qual foi exigido. Para tanto, os supervisores exercem vigilância sobre os indivíduos, controlando até mesmo a comunicação entre eles, além de restringir as informações sobre decisões quanto ao seu destino, que são tomadas pela equipe dirigente.

De certa forma, a polícia militar é uma instituição total porque possui normas muito específicas e rígidas que regulam o comportamento de seus membros. Porém, não é de todo fechada, uma vez que não limita a vida do militar ao quartel, podendo aquele desenvolver uma existência pessoal externa, ainda que

pautada por regras de comportamento mais rígidas do que as existentes em outras instituições.

Mesmo sendo relativo, o grau de fechamento da Polícia Militar, enquanto instituição, serve a alguns propósitos administrativos como, por exemplo, o bom funcionamento da estrutura hierárquica, da qual depende a obediência e a ordem na execução do trabalho.

3.3 – Objetivos das Instituições Totais

As instituições totais têm como maior objetivo a “mudança” das pessoas que as compõe, em direção a um “padrão ideal”, de acordo com Goffman (1961). Nesse sentido, a Polícia Militar também se enquadra naquela categoria, uma vez que, paralelo ao objetivo de oferecer um serviço à sociedade, necessita submeter os indivíduos que são recrutados a uma formação, que consiste justamente em “mudar” comportamentos de maneira a torná-los aptos a desenvolver a função policial militar.

É evidente que outras instituições, menos fechadas, também necessitam que seus componentes sejam treinados na função que irão desempenhar futuramente, entretanto o que se torna o diferencial da Polícia Militar é o tempo despendido e a forma pela qual é realizada a formação do militar, aspectos que serão aprofundados oportunamente ainda nesse capítulo.

3.4– Processos de Manipulação da Identidade

Quando um indivíduo adentra uma instituição total, seja por espontânea vontade, no caso de conventos, quartéis, e outros; seja por uma pressão externa, caso das prisões e sanatórios; ele chega com uma “cultura aparente”, segundo Goffman (1961), o que significa que o indivíduo já possui um conjunto de experiências pessoais que confirmam uma concepção tolerável do eu, e que permite o uso de um sistema de defesas para enfrentar conflitos, dúvidas e fracassos.

Em outras palavras, ele chega com um sentimento de identidade já desenvolvido anteriormente, que lhe dá a possibilidade de reconhecer-se como ser único e consistente no tempo e no espaço, e ao mesmo tempo pertencente a uma determinada cultura que lhe dá parâmetros de comportamento.

O processo de mudança que costuma ocorrer nas instituições totais não gera a modificação de toda uma estrutura identitária, porém provoca o afastamento de alguns comportamentos considerados indesejáveis para o cultura da instituição. É retirado do indivíduo o apoio dado por disposições sociais estáveis e conhecidas, que lhe conferem uma concepção organizada de si mesmo.

A finalidade de tais mudanças pode ter uma caráter mais geral, comum a todos os tipos de instituição total, que seria a introjeção de um conjunto de valores,

regras, comportamentos, enfim a introjeção da cultura da instituição, pelo indivíduo, de maneira que se torne a sua cultura também¹. O caráter mais específico de tais mudanças, seriam os objetivos particulares de cada instituição, que estão ligados intimamente ao seu papel na sociedade, isto é, à sua função social.

As semelhanças existentes entre os vários tipos de instituições totais, indicam que tais aspectos não são fortuitos e dispensáveis mas, que de certa maneira, há razões funcionais para que existam. Os aspectos do funcionamento de uma instituição total, que podem ser censurados pela sociedade externa, atendem a uma finalidade muito importante, que é a adequada realização de seu papel social. Assim, seguindo a idéia anterior, parece que as mudanças provocadas no indivíduo pela instituição, servem a objetivos ligados ao adequado funcionamento desta última. Segundo Goffman (1961, pg. 149):

“Uma ‘organização formal instrumental’ pode ser definida como um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a provocar alguns objetivos explícitos e globais. O produto esperado pode ser: artefatos materiais, serviços, decisões ou informações; pode ser distribuído entre os participantes de maneiras muito diversas.”

1-No presente contexto cultura é definida como: “...a configuração de conduta aprendida e resultados de conduta cujos elementos componentes são partilhados e transmitidos pelos membros de uma sociedade particular.” Linton (1979, pg. 43).

Para atingir tais objetivos, a instituição desenvolve uma série de ideologias, normas e atividades, as quais o indivíduo deve se adaptar, como condição *sine qua non* para sua permanência na organização. Isto significa que o indivíduo deve aceitar um compromisso de adesão às normas da instituição.

A forma como essa aceitação ocorre é de fundamental importância na compreensão das modificações que porventura venham a acontecer na estrutura de identidade de cada um. Goffman (1961) coloca uma questão fundamental ao observar que no caso de entrada voluntária em uma instituição, como a Polícia Militar, por exemplo, o indivíduo já se afastou de seu mundo doméstico, isto é, de sua cultura, sendo que a instituição apenas faz uma ruptura em uma ligação que já estava tênue.

Esta possibilidade remete ao fato de que as escolhas profissionais, segundo Grinberg (1978), seguem uma ideologia, que por sua vez, é configurada por uma estrutura de identidade. A escolha da profissão, em outras palavras, seria determinada pelo conjunto de características próprias do indivíduo e que formam sua identidade antecedente.

No caso da Polícia Militar, apesar de ser configurada como instituição fechada, a adesão de seus componentes a ela é de inteira responsabilidade e escolha dos mesmos, não podendo ser atribuída a pressões externas ou obrigatórias, como acontece no caso das prisões e orfanatos, por exemplo.

Existe um vínculo que une o indivíduo à entidade social, e que este vínculo impõe compromisso e adesão, assim como limites que fazem parte do contrato, para Goffman (1961). Além disso, quando um indivíduo aceita um contrato, supõe-se que seja uma pessoa de determinado caráter ou forma de ser, uma vez que se identificou e aceitou as bases do contrato, deixando de lado desejos e caprichos pessoais para ser mais um no meio de vários outros.

Por outro lado, a instituição se aproveita da adesão do indivíduo para, de certa forma, moldá-lo de acordo com sua ideologia e cultura, sendo que as maneiras como o faz são determinantes para o sentimento de identidade futuro de seus integrantes.

Para atingir tal propósito, a instituição total tira do indivíduo o apoio dado por disposições sociais estáveis do seu mundo anteriormente doméstico, o que lhe garantia uma concepção equilibrada de si mesmo. Há o início de uma série de condutas de rebaixamento, degradações, humilhações e profanações do eu, que é mortificado, nem sempre, intencionalmente.

Os processos de mortificação do eu são relativamente padronizados nas instituições totais, e iniciam com uma barreira estabelecida entre o indivíduo e o mundo externo, há uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores, uma perturbação na seqüência dos papéis, uma vez que se exige que, dentro da instituição o indivíduo assuma somente o papel que lhe é imposto ali dentro.

No caso da Polícia Militar essa ruptura se dá especialmente durante os cursos de formação, que são períodos nos quais o indivíduo deve priorizar sobremaneira o papel que exerce naquele momento e local. Nos primeiros meses pode ocorrer que o indivíduo fique alojado no quartel e só tenha permissão para sair nos dias de folga, que são regulamentados pela instituição. Mesmo não ficando alojado, a rotina diária dentro da instituição abrange longos períodos de tempo, muitas vezes o indivíduo se apresentando às 7:00 da manhã e saindo apenas depois das 20:00 horas, isto quando as atividades não se estendem até mais tarde, ou quando há escalas de serviço noturnas.

A absorção do papel se dá justamente pelo fato do indivíduo ser afastado, mesmo que temporariamente, dos outros papéis que exerce, por absoluta falta de tempo de a eles se dedicar. Este afastamento pode ser sentido como profundamente doloroso e irreversível, mesmo no caso da entrada voluntária.

O próprio processo de admissão, para Goffman (1961, pg. 25), geraria sentimentos de perda e mortificação, uma vez que se aproxima de uma “programação” ou “enquadramento” no qual o indivíduo admite ser conformado e codificado num objeto, e ser modelado pelas operações de rotina da instituição. Tal programação segue padrões mais ou menos semelhantes nos vários tipos de instituição total como, por exemplo: a criação de um dossiê, no qual serão registrados os fatos da nova vida do indivíduo dentro da instituição; a atribuição de números, que servirão para identificá-lo daí por diante; corte de cabelos; distribuição

de roupas ou uniformes da instituição; dar instruções quanto a regras; designar locais de alojamento; e etc.

A consequência imediata é a uniformização, ou seja, todos se tornam iguais, despojados de individualidade, compartilhando uma realidade comum que exige percepções e reações comuns e ditadas por regras exteriores a cada um.

É evidente que há a necessidade da cooperação inicial do novato, e esta pode ser testada nos momentos iniciais de socialização, quando podem ocorrer testes de “obediência”, com a finalidade de testar o respeito e a aceitação do papel por parte do indivíduo.

Na polícia militar tais testes se constituem de atividades tais como: vigília noturna por turnos, sendo que o recruta não pode se afastar do local designado até receber ordem o liberando; participar, sem seu conhecimento, de dramatizações de atividades operacionais como, por exemplo, explosão de bombas no quartel no período noturno, quando se encontram adormecidos; devem seguir o regulamento no tocante ao cumprimento aos superiores: devem parar quando um superior passa, se colocar em posição de sentido, prestar continência e somente depois continuar o que estava fazendo; deve sempre pedir permissão em posição de sentido para adentrar um aposento, para falar, para se alimentar, etc.

Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos na forma de rituais de iniciação, que tem o objetivo de dar ao novato

uma noção clara de sua situação. Na Polícia Militar, tais rituais são bem marcados e pautados pela denominação da turma de novatos pelo termo “bicho”, que é uma forma de ressaltar a sua posição rebaixada em relação aos outros militares, além de frisar sua obediência a todos os outros superiores.

Também faz parte do ritual de iniciação, atividades estruturadas de forma a colocar o novato em estado de alerta total e constante, impedindo o relaxamento e o esquecimento das normas, sendo tais atividades lideradas pelos veteranos, que vêem nelas uma forma de adaptação abrupta aos ditames da instituição.

Os rituais de iniciação se prestam também como uma seleção natural dos indivíduos mais fortes, isto é, se o indivíduo consegue suportar as pressões, as atividades desafiadoras, o sofrimento de maneira adequada, significa que ele possui a estrutura necessária para fazer parte do grupo, significa que ele não sucumbiu, e provavelmente não sucumbirá, às dificuldades futuras.

Tais rituais são formas legitimadas do processo de adaptação do recruta ao meio militar, sendo considerados necessários à formação do futuro policial militar, uma vez que se acredita que este deve vivenciar situações de tensão e estresse durante sua formação, como treinamento para as futuras situações reais de tensão que irá vivenciar no decorrer de sua vida profissional.

A padronização estabelecida nas instituições totais, também é uma forma bastante eficaz de modelagem. Uma vez que todos se vestem igual, obedecem a

uma mesma rotina de horários e de atividades, e são tratados e denominados de forma idêntica, o sentimento de identidade individual enfraquece havendo, por outro lado, uma maior tendência a aceitar e introjetar as regras impostas, uma vez que o indivíduo fica despojado de suas defesas habituais. A uniformização impede que o indivíduo apresente sua imagem usual de si mesmo, se transformando em mais um no grupo.

Nas instituições totais é comum, em maior ou menor grau, a ocorrência de indignidades físicas e humilhações, que servem como prova da condição inferior do novato, que deve sempre demonstrar um padrão de deferência obrigatória. Nas instituições militares, há o costume de determinar que os alunos em curso de formação desempenhem atividades insignificantes e inúteis, como catar folhas que caem das árvores; cruzar o pátio em marcha acelerada; manter seu uniforme impecável, lustrando sempre fivelas, sapatos e coturnos; cuja intenção é despertar e desenvolver a noção de obediência automática, sem questionamentos.

Outra forma de mortificação do eu é a exposição contaminadora do indivíduo, sendo invadida a fronteira entre seu ser e o ambiente externo. Há uma violação da reserva de informações relativas ao indivíduo, existindo um dossiê com informações a seu respeito à disposição da equipe diretora, que registra todos os comportamentos considerados dignos de nota, principalmente os desabonadores. Além disso, nas instituições totais, é comum a falta de privacidade e a promiscuidade, havendo uma contaminação por contato pessoal exposto.

Na Polícia Militar, os dormitórios costumam ser coletivos, assim como as salas destinadas ao estudo, e todas as atividades como dormir, estudar, comer, o lazer, são estabelecidas de maneira coletiva, o que impede a privacidade e, principalmente o ato de individualização.

Também pode acontecer que os componentes da equipe dirigente, isto é, os policiais veteranos e hierarquicamente superiores, se dêem o direito de falar sobre o novato ou inferior hierárquico, dando-lhe apelidos, xingando-o, ou o gozando na sua presença mas agindo como se ele não estivesse presente. Tal procedimento pode reforçar a idéia de que se transformou em um objeto que pode ser manipulado a qualquer momento, o que é mais um golpe para sua noção de identidade.

Algo muito comum que ocorre na polícia militar é quando um recruta, ou mesmo um militar já formado, comete algum tipo de falha, esta é exposta a todo o contingente, normalmente durante a formatura semanal, como medida de punição, e ao mesmo tempo, para servir como exemplo de erros que não devem ser cometidos pelos demais, quase sempre servindo também como meio de humilhar o indivíduo responsável, colocando-o em uma situação vexatória frente a seus companheiros.

Outra forma mais sutil de mortificação do eu é a perturbação na autonomia que o indivíduo tem para agir, sendo que seus atos passam a ser regulados pela instituição. O indivíduo não pode mais expressar seus pensamentos e sentimentos, principalmente de rebeldia, raiva e revolta, como costumava fazer no contexto social anterior a qual pertencia. No exterior de uma instituição fechada, é

possível e aceitável uma reação contra circunstâncias e atitudes que o indivíduo não concorda. No entanto, no interior de uma instituição considerada fechada, não concordar com uma ordem e expressar tal sentimento pode ser fonte de castigos e punições.

Assim o indivíduo necessita desenvolver um autocontrole poderoso no sentido de regular suas reações frente as situações com as quais se depara, com o objetivo de evitar sanções punitivas, que podem marcá-lo pelo resto de sua existência dentro da instituição.

Também pode ser considerada uma profanação do eu, a existência de ataques à autonomia do indivíduo, que é submetido à obrigação de pedir permissão para atividades as quais podia executar livremente no mundo externo, tais como: comer, dormir, ir ao banheiro, etc.

Tais mortificações do eu têm como consequência direta o desenvolvimento de um estado de submissão, que permite a interferência constante da equipe diretora, e a aceitação da mesma pelo indivíduo.

Há uma comparação inusitada, feita por Goffman (1961, pag. 44), sobre as instituições totais com uma escola de boas maneiras, deixando evidente a finalidade de remodelagem daquelas:

“Já sugeri que a autoridade nas instituições totais se dirige para um grande número de itens de conduta – roupas, comportamento, maneiras – que ocorrem constantemente e que constantemente devem ser julgados. O internado não pode fugir facilmente da pressão de julgamentos oficiais e da rede envolvente de coerção. Uma instituição total assemelha-se a uma escola de boas maneiras, mas pouco refinada.”

Uma vez que a existência dentro de uma instituição total está submetida a uma infinidade de regras de conduta, estas regras muitas vezes remetem à obrigação de executar uma atividade regulada em uníssono com outros internados, o que se chama arregimentação, o que reforça a despersonalização.

Além disso, essas regras ocorrem em um sistema de autoridade escalonada, isto é, qualquer pessoa que esteja em um nível considerado superior tem direito a impor a disciplina a qualquer pessoa de um nível inferior, o que aumenta a possibilidade de sanção. Assim, na Polícia Militar quanto mais baixo for o nível hierárquico do indivíduo maior será a quantidade de pessoas com autoridade para fazê-lo cumprir ordens e para puni-lo quando não as cumpre.

Com base na autoridade escalonada e nos regulamentos rigorosamente impostos, espera-se que os novatos e os com condição hierárquica inferior, vivam com uma angústia crônica em relação à desobediência das regras e suas conseqüências, que vêm em forma de punições ou humilhações perante os outros. Surge a necessidade de um esforço constante e consciente para evitar desrespeitar

as regras, podendo haver, até mesmo, um afastamento ou renúncia a certos níveis de sociabilidade com os companheiros; em outras palavras o indivíduo isola-se como forma de chamar atenção o mínimo possível e assim não correr riscos de punição.

3.5– Processos de reestruturação da identidade

Enquanto o processo de mortificação se desenrola, outro processo, mais sutil e informal, ocorre. O novato começa a receber informações formais e informais sobre o sistema de privilégios existente. E é esse sistema que permite a reorganização pessoal. Para Goffman (1961) existem três elementos básicos do sistema.

Primeiramente, há as chamadas “regras da casa”, que são o conjunto formal de exigências e proibições que regulam a conduta dos internados; são elas que especificam a rotina diária dentro da instituição. Os rituais de iniciação serviriam para preparar o novato para viver de acordo com as regras da casa.

Em segundo lugar, e contrastando com o ambiente rígido, há um conjunto pequeno de privilégios ou prêmios definidos, que podem ser obtidos através de atos de obediência, por parte do internado, em relação à equipe hierarquicamente superior. O interessante em relação a esses privilégios, é o fato

que são satisfações que o indivíduo tinha acesso facilmente e independentemente na vida civil, e que agora são raras e dependem de outrem.

Em terceiro lugar, o sistema de privilégios está intimamente ligado aos castigos, que são definidos como conseqüências de descumprimento às regras. Pode ocorrer que um castigo seja a negação temporária ou permanente de acesso aos privilégios ou pela eliminação do direito de tentar consegui-los. Justamente por ser tão difícil se conseguir os privilégios, que são bens valiosos, é que os castigos são considerados tão severos e difíceis de suportar.

Assim, um aspecto importante é o fato de ser construída uma nova realidade em torno desses privilégios secundários. Os internados desenvolvem uma atitude de permanente tentativa de recebimento de privilégios, centralizando a maioria de seus atos nessa busca.

Os castigos e privilégios são peculiares à organização da instituição total. Apesar de funcionarem, em parte, como fatores desestruturantes, uma vez que quebram a noção de identidade devido ao fato de que castigos normalmente são aplicados em crianças e animais e não em adultos; esse sistema também apresenta ao indivíduo possibilidades de restabelecer as relações com o mundo externo perdido, suavizando os sintomas do afastamento em relação a ele e ao eu perdido, ou seja, os privilégios funcionariam como uma reconquista do eu, e teriam um efeito reintegrador, trazendo uma sensação de certa autonomia.

O sistema de privilégios não se restringe somente à ausência de castigos e privações, podendo se relacionar a aspectos do trabalho interno, quando interferem na designação dos locais de trabalho. Esses locais são definidos em termos de privilégio ou castigo, sendo que os indivíduos, que vivem ou trabalham em uma instituição total, são levados de um local para outro, como um recurso administrativo para dar o prêmio ou o castigo justificados por sua cooperação ou não.

Na Polícia Militar esse recurso é utilizado em relação a certos locais de trabalho, sendo que existem certos batalhões que são considerados locais de punição, e para onde são mandados os policiais que cometeram algum tipo de infração, ou que entraram em atrito com algum superior, ou ainda que foram considerados incompetentes em algum aspecto.

Ainda que esse tipo de castigo não seja assumido dentro da Polícia Militar, se criando justificativas para as transferências que ocorrem, faz parte do conjunto informal de medidas administrativas utilizadas para controlar a conduta do militar. No entanto é uma medida nem sempre eficaz, uma vez que existem indivíduos para os quais esse tipo de castigo não surte efeito, se tornando mais problemáticos e revoltados com a transferência.

De outro lado, parece ser mais eficiente quando as transferências se dão devido a prêmios de conduta, como por exemplo, no caso dos cursos de formação militar, onde o desempenho em termos de notas nas diversas disciplinas e a conduta

durante o curso, culminam em prêmios para os que ficam nas primeiras colocações, sendo estes enviados para as unidades de maior prestígio dentro da instituição.

A expectativa que se cria a partir desse tipo de privilégio ou prêmio, funciona como motivação para o estudo e para o cumprimento do conjunto de regulamentos que regem a vida militar, servindo de maneira eficaz como regulador das ações, forçando uma obediência que nem sempre é espontânea.

Assim, o sistema de privilégios é formado por um número relativamente pequeno de componentes, que possuem alguma intenção racional e objetiva. A consequência atingida é que, geralmente, se consegue a cooperação de pessoas que muitas vezes têm razão para não cooperar.

Tal cooperação não é geral e nem uniforme, pois podem haver pessoas que não dirigem sua conduta sob o jugo de castigos e privilégios “oficiais”, por se assim dizer, da instituição. Pode ocorrer que existam pessoas que desafiam os regulamentos e se apresentam imunes aos castigos e à falta de privilégios, mas que são recompensados por uma situação de prestígio junto aos demais, que enxergam em sua rebeldia, a conduta que eles mesmos gostariam de seguir.

Paralelo ao sistema de privilégios, são criados alguns processos importantes na vida das instituições totais. Segundo Goffman (1961, pag.53):

“Cria-se uma ‘gíria institucional’, através da qual os internados descrevem os acontecimentos decisivos em seu mundo específico. A equipe dirigente, principalmente em seus níveis inferiores, conhece também essa linguagem, e pode usá-la ao falar com os internados, embora passe a linguagem mais padronizada quando fala com superiores e estranhos.”

O fato de existir uma linguagem própria institucional, na maioria das vezes cifrada, traz como conseqüência a diferenciação da instituição em relação às outras, além do estabelecimento de um código de comunicação mais informal, que auxilia no resgate da autonomia.

Há também, nas instituições totais, os chamados ajustamentos secundários, que seriam práticas que não desafiam diretamente a equipe superiora, mas que permitem a obtenção de satisfações por vezes proibidas, ou de satisfações permitidas por meios proibidos; são os chamados conluíus ou tratos, que igualmente auxiliam no resgate do sentimento de autonomia e controle de seus próprios atos.

Os ajustamentos secundários criam um tipo de código de controle social, sendo que impedem que os internados informem a equipe dirigente sobre a existência daqueles. A partir dos mesmos acaba-se criando uma hierarquia “informal”, no sentido que acaba por existir uma nova escala de poder, mediada pelo acesso aos ajustamentos secundários.

Outra forma de reorganização do eu se estabelece através do processo de confraternização, isto é, da criação de vínculos de coleguismo e amizade, entre indivíduos que compartilham a mesma situação. Desenvolvem-se, na maioria das vezes, redes de apoio e simpatia entre os indivíduos, que funcionam como barreiras contra a solidão e a alienação, principalmente na primeira fase de adaptação ao mundo da instituição total. Tais vínculos, por vezes, são constituídos para o resto da vida, muitas vezes sendo considerados tão importantes quanto aos de família.

Além disso, a confraternização permite que sentimentos de injustiça, raiva e amargura, que porventura surjam, possam ser compartilhados e passem do plano individual para o social, tornando menos árdua a adaptação à instituição.

Por meio da camaradagem criada, é possível que os institucionalizados consigam, de certa maneira, demonstrar sentimentos e opiniões de caráter negativo de maneira coletiva, seja através de gozações coletivas, brincadeiras anônimas, desenhos, e assim por diante. O fato de tais brincadeiras serem feitas em grupo, diluem a responsabilidade individual, e diminuem a possibilidade de punição, além de reforçarem o sentimento de solidariedade, o que dificulta a existência de delatores no grupo.

Na Polícia Militar é comum a criação de fortes vínculos de amizade entre indivíduos que ingressam juntos na instituição. A maioria dos militares costumam apontar a camaradagem e laços de amizade, nos tempos de curso de formação,

como o aspecto mais prazeroso e que mais deixa saudade após o término do curso. Muitas amizades nascidas neste período costumam durar toda a vida.

No exercício da função policial militar propriamente dita, é necessário que o militar desenvolva vínculos de confiança com os demais companheiros, principalmente aqueles que trabalham na mesma equipe, como medida de segurança, e tal não seria possível sem um mínimo de companheirismo.

O grau de confraternização varia de acordo com o batalhão, havendo unidades com grande coesão, normalmente as que gozam um status maior, onde a ação de um é corroborada por todos os outros, ainda que negativa. Já em outros batalhões pode haver disputas e maior distância social, caso de unidades que ocupam um espaço mais baixo na hierarquia social, sendo consideradas lugares de punição.

Além dessa forma de confraternização, na Polícia Militar ocorrem situações quando a distância entre os níveis hierárquicos diminui. São as ocasiões festivas, tais como formaturas de cursos, torneios e competições esportivas, rituais religiosos, etc. Nessas ocasiões os vários níveis hierárquicos confraternizam entre si e há uma quebra, ainda que parcial, das regras e formalidades exigidas no dia a dia. Tal ocorrência serve para amenizar o caráter rígido e formal da instituição, e servem, mesmo que ocasionalmente, como liberações do papel institucional, que por muitas vezes, se torna um fardo pesado para alguns.

Também servem como ocasião para a manifestação de sentimentos mais positivos e humanitários entre os vários níveis hierárquicos da instituição, o que contribui para a melhoria das relações interpessoais no trabalho.

Todos esses fatores podem ser considerados essenciais para a reorganização da identidade do indivíduo, que após um período de sobrecarga e mortificação, lentamente começa a se reestruturar e adaptar à nova realidade.

3.6– Táticas individuais de adaptação

Concomitantemente aos processos assinalados na seção anterior, há, de acordo com Goffman (1961), a existência de diferentes táticas de adaptação, que podem ser usadas individualmente em diferentes fases da institucionalização, ou usadas alternadamente em uma mesma fase.

A primeira delas seria a “tática do afastamento”, na qual o indivíduo desenvolve uma atitude de isolamento e desatenção ao que ocorre ao redor, com exceção a sua própria pessoa. Em certa medida, é uma espécie de regressão, que pode culminar em um processo de despersonalização e alienação, que é mais próprio dos hospitais para doentes mentais, mas que também pode ocorrer em outros tipos de instituições totais. Segundo Goffman (1961, pg.59): “... *não se sabe se essa tática de adaptação constitui um contínuo de vários graus de afastamento,*

ou se há platôs padronizados de evolução...essa tática de adaptação é muitas vezes irreversível.”

Tal afastamento se dá, provavelmente, como fuga e negação do conflito interno que surge após a entrada na instituição, mas também como uma forma passiva de enfrentar os ataques à identidade que ocorrem sob forma de instrução.

A segunda tática seria a da “intransigência”, que ocorre quando o indivíduo desafia a instituição, se negando a obedecer ordens e regulamentos. Esse tipo de tática comporta um paradoxo, sendo que através da intransigência o indivíduo se nega a cooperar e fazer parte da instituição, ao mesmo tempo ele participa da mesma o tempo todo, uma vez que através de sua rebeldia ele participa ativamente da vida da instituição.

Por outro lado, a instituição, de certa maneira, também acaba por reforçar esse comportamento, ao colocar o indivíduo em uma posição de destaque e importância durante suas tentativas de controlá-lo e adaptá-lo às normas. De qualquer forma, a tática da intransigência costuma ser passageira e, com raras exceções, se constitui apenas uma fase inicial de reação, sendo substituída por outro tipo de tática de adaptação.

Em terceiro lugar há a tática da “colonização”, que consiste no processo em que o pequeno contato que o indivíduo tem com o mundo externo se torna secundário, havendo uma idealização da instituição e uma conseqüente negação

das dificuldades internas. Assim, o indivíduo cria uma existência estável e relativamente satisfatória, privilegiando ao máximo as satisfações possíveis na instituição.

Nesse tipo de tática de adaptação, há o êxito na tentativa, por parte da instituição, de demonstração da superioridade da experiência institucional em detrimento do mundo externo. Ocorre, então, uma diminuição no conflito entre os dois mundos, com conseqüente aumento da motivação e participação do indivíduo em relação à instituição, chegando mesmo a uma adaptação satisfatória e permanente, desde que o indivíduo consiga manter o processo de negação dos aspectos negativos da instituição.

A quarta tática de adaptação é a “conversão”, quando o indivíduo aparentemente aceita a interpretação oficial de mundo criada pela instituição e tenta representar o papel de institucionalizado perfeito. Na conversão há a aceitação das regras, ideologia e disciplina da instituição, com a demonstração permanente de entusiasmo em relação às mesmas. Em muitos casos a adaptação é tão perfeita e intensa que o indivíduo incorpora o papel institucional até mesmo fora da própria instituição, caso comum na vida militar.

É interessante ressaltar que nesse tipo de tática, o “convertido” passa a se comportar de forma semelhante aos responsáveis por sua conversão, muitas vezes impingindo a outrem o mesmo tipo de sanções a que foi submetido. Pode-se

dizer que, do ponto de vista da instituição, esse seria o modo de adaptação mais desejável.

Nesse sentido, o fato mais interessante é que, apesar de todo sacrifício que alguém possa fazer ao adentrar uma instituição fechada, se ele consegue passar por todas as provações e dificuldades, passa a se sentir parte da instituição, e tem orgulho de sua iniciação. Esse fato é ainda mais notável quando a entrada é voluntária, porque de certa maneira o indivíduo se esforça mais para se adaptar às regras e normas da instituição como forma de reforçar sua escolha. Quando tal fato acontece pode-se dizer que houve uma identificação com a instituição, que passa a ser o ponto de referência do indivíduo.

Goffman (1961, pg. 62) destaca :

“ As táticas mencionadas representam comportamentos coerentes que podem ser seguidos, mas poucos internados parecem segui-las por muito tempo. Na maioria das instituições totais, a maioria dos internados preferem o caminho que alguns deles denominam ‘se virar’. Isso inclui uma combinação um pouco oportunista de ajustamentos secundários, conversão, colonização e lealdade ao grupo de internados, de forma que a pessoa terá, nas circunstâncias específicas, uma possibilidade máxima de não sofrer física ou psicologicamente.”

Isso quer dizer que o indivíduo, na maioria das vezes, utiliza a tática considerada mais eficaz dependendo da situação e das pessoas que dela participam. Assim, perante a equipe dirigente ou superiores hierárquicos, pode demonstrar conversão; já diante seus pares pode assumir uma atitude de intransigência ou alienação, dependendo do que for mais conveniente no momento.

De qualquer forma, as táticas de adaptação são formas de reação à tensão existente entre o ambiente externo e o ambiente institucional, sendo que a escolha da tática mais eficiente depende, provavelmente, do tipo de personalidade de cada um, e conseqüentemente, de sua identidade anterior.

Assim, as mudanças que porventura ocorrerão nas atitudes, ideologia, maneira de ver e reagir ao mundo do indivíduo, não se darão de maneira uniforme e igualitária para todos, mas sofrerão influência do tipo de cultura a que o indivíduo pertencia anteriormente, do modo de relacionamentos interpessoais que construiu no ambiente externo, das experiências das quais participou durante sua vida, enfim dependerão também da identidade construída durante toda sua vida.

3.7- Mudanças na identidade: agir e ser

As instituições formais são formadas por sistemas de atividades cuja finalidade é atingir objetivos explícitos (serviços de segurança pública, no caso da

Polícia Militar), sendo estas atividades realizadas em um conjunto definido e limitado de estabelecimentos ou prédios comuns. Para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que a instituição tenha a colaboração e empenho de seus participantes.

Aqueles devem participar “visivelmente”, e nos momentos adequados, das atividades da instituição, o que exige uma atenção e um esforço permanentes, além de uma certa submissão do eu à atividade em questão. Para Goffman (1961), tal participação obrigatória tende a ser considerada um símbolo do compromisso e da adesão do indivíduo em relação à instituição, o que, em outras palavras, significam o grau de identificação daquele com as normas e ideologia da organização.

Para atingir seus objetivos, a organização formal não se restringe apenas a utilizar a mão de obra de seus participantes; além disso ela delimita os padrões oficialmente adequados de bem-estar, valores conjuntos, incentivos e castigos. Conseqüentemente, o vínculo a uma instituição total vai além de um contrato de participação, para atingir um nível de definição da concepção total do participante como ser humano.

Segundo Goffman (1961, pg.153):

“Nesse caso, o participante deve colocar-se à disposição das necessidades atuais da instituição. Ao dizer-lhe o que deve fazer e por que deve desejar fazer isso, a organização presumivelmente lhe diz tudo que ele pode ser....o que indica claramente o problema da identidade e da auto definição.”

Assim, quando o indivíduo aceita o que a instituição lhe impõe, concordando em limitar sua lealdade, tempo e dedicação às atividades institucionais, significa que aceitou uma interpretação de sua identidade, ainda que tal aceitação se dê devido à conquista de algum prêmio ou incentivo. Portanto, além de incluir uma disciplina em relação às atividades internas, toda instituição inclui uma disciplina em termos de “ser”, que delimita o tipo de caráter que o indivíduo deve assumir.

A forma como o indivíduo irá assumir a concepção de ser que a instituição lhe impõe, depende de certos fatores que Goffman (1961) chama de ajustamentos primários e secundários.

Quando o indivíduo coopera com a atividade e as condições exigidas pela organização, torna-se um colaborador, isto é, se torna um participante programado ou interiorizado. Em outras palavras, aceita que deve ser exatamente aquele tipo de pessoa que a instituição espera que ele seja, e muda sua forma de agir para atender tal expectativa. Nesse caso, houve um ajustamento primário à organização.

Já os ajustamentos secundários são definidos por qualquer situação em que o indivíduo emprega meios ilícitos, e/ou consegue objetivos não autorizados, de forma a escapar das exigências da organização em relação ao que ele deve ser. São ajustamentos através dos quais o indivíduo se livra e se isola do papel, e conseqüentemente, da identidade que a instituição lhe impõe.

Geralmente, há uma combinação de ajustamentos primários e secundários, que serão utilizados de acordo com a momento, a situação e as pessoas envolvidas, e também em função do modo de ser do próprio indivíduo, que já possuía uma identidade anterior, ancorada em experiências acumuladas ao longo da vida .

O enfrentamento dos processos de mudança na concepção do eu, segue caminhos diferentes, dependendo da pessoa. De acordo com Goffman (1961, pg. 149):

“Existem possibilidades extremas. A pessoa pode abertamente deixar de cumprir suas obrigações, separar-se daquilo a que está vinculado, e desafiar com desfaçatez os olhares de redefinição que as pessoas lhe dirigem. Pode rejeitar as conseqüências do vínculo para sua concepção de si mesmo, mas impedir que essa separação se torne aparente em qualquer de suas ações. Pode, intimamente, aceitar as conseqüências de sua participação para o eu, sendo, diante de si mesmo, aquilo que os outros participantes acham que deve ser.”

No primeiro caso dessa citação, estariam aqueles que se negam a se identificar com o tipo de pessoa que a instituição lhe impõe, sendo considerados rebeldes e “criadores de caso”, defendendo arduamente sua forma de agir e ser, mesmo que essa atitude traga prejuízos a sua pessoa.

No segundo caso, não há a introjeção total do papel imposto pela instituição, no entanto, aparentemente o indivíduo não deixa transparecer em suas ações, nenhuma atitude que desafie a definição de eu existente na organização, o que pode ser muito conflitante e penoso.

No terceiro caso, há uma aceitação excessiva do papel oferecido pela instituição, sendo que o indivíduo modifica seu modo de ser genuinamente, e passa a ser exatamente o que a instituição espera que ele seja, mesmo que tenha uma vida independente no ambiente externo.

Na prática real, nem todos seguem esses extremos, segundo Goffman (1961), sendo que o indivíduo pode se afastar da aceitação total da identidade que a instituição lhe impõe, porém se identifica com alguns aspectos, cumprindo suas obrigações e, ao mesmo tempo, permite-se demonstrar algumas rejeições em relação a outros aspectos.

Parece que o ponto primordial é que, independente dos processos vivenciados e sofridos ao se adentrar em uma instituição fechada, as modificações que porventura venham a ocorrer na identidade do indivíduo, vão depender não

somente de uma formação “bem feita” pela instituição, mas também do tipo de temperamento e de vivências prévias do indivíduo, que constituem sua personalidade e identidade anteriores.

IV – METODOLOGIA

4.1 - Instituição Analisada

A pesquisa foi realizada na Polícia Militar do Estado de Goiás¹, sendo que ficou restrita à cidade de Goiânia. A Polícia Militar é uma instituição estadual, de caráter militar, que foi criada oficialmente no dia 28 de julho de 1858, pela Resolução nº 13, no Governo do Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira. Desde então, a missão da PMGO tem sido a preservação da ordem pública e garantir a segurança da população do Estado de Goiás.

A inclusão dos policiais militares na corporação é estabelecida à partir de concurso público, sendo que este é constituído de várias etapas classificatórias e eliminatórias: prova escrita de conhecimentos gerais; exames médicos e laboratoriais; avaliação psicológica; e teste de aptidão física. Portanto, a inclusão

1- Para maior agilidade e objetividade a denominação Polícia Militar do Estado de Goiás será substituída, deste ponto em diante, pela sigla PMGO.

é voluntária e vinculada ao desempenho do candidato nas diversas fases do concurso, além de atender a exigências como bons antecedentes e escolaridade de 2º grau.

Após a inclusão, os futuros militares fazem o curso de formação policial militar, cuja duração varia de acordo com o posto ou graduação², ao final do qual o policial militar é considerado apto para exercer a função policial militar.

4.2 - Objetivo Geral

A finalidade fundamental da pesquisa é investigar e medir o impacto da formação e do serviço policial militar influenciando e modificando aspectos significativos da identidade dos indivíduos que buscam a carreira militar.

4.3 - Objetivos Específicos

- Explorar a natureza da mente do policial militar, tanto de um ponto de vista global, quanto de um ponto analítico diferencial, investigando segmentos e traços da estrutura psíquica do policial militar, assim como a qualidade de suas vivências;

2- O curso de formação de oficiais dura três anos atualmente; o curso de formação de praças tem a duração variável de oito a dez meses.

- Verificar a possível relação existente entre formação e atividade policial militar e as modificações na identidade, e como se desvelam no Rorschach estas estruturas em transformação;
- Investigar sobre os processos que poderiam fomentar e legitimar o uso da violência pelo policial militar;
- Promover a discussão e orientação de mudanças no processo de formação do militar e de ações de natureza preventiva e recuperativa de aspectos da identidade perdidos e/ou modificados negativamente

4.4 - Justificativa

A relevância da presente pesquisa se concentra na questão profissional do policial militar. Este está envolvido diretamente com a segurança da população, sendo seu dever garantir a manutenção da ordem pública. Atualmente, no entanto, a violência policial militar se tornou um problema social de grandes proporções, ensejando um questionamento da sociedade civil sobre a prestação de serviço do policial militar. Tal questionamento deve envolver também a sociedade militar, de forma a procurar as causas do suposto aumento de comportamentos violentos do policial militar, além de desenvolver mecanismos de controle sobre aqueles comportamentos.

Portanto, esta pesquisa se justifica na medida em que busca responder a uma questão fundamental sobre a aquisição de comportamentos agressivos e violentos por parte do policial militar: se a formação e o exercício da função policial militar são causadores diretos de agressividade e violência. Ou seja, o policial adquire tais comportamentos após sua inclusão na corporação, ou já os apresentam anteriormente ao seu ingresso, apenas tentando legitimar o seu uso devido à natureza do serviço policial militar?

Mediante tais questionamentos e da busca de suas respostas, se pretende sugerir medidas de prevenção de comportamentos indesejáveis e inadequados por parte do policial militar, com a tentativa de garantir uma melhor prestação de serviço à sociedade em geral.

4.5 - Método

Foi seguido o método de investigação fenomenológico, no qual não há uma hipótese de trabalho, e sim expectativas quanto a observações dos fenômenos que ocorrem e a possível correlação existente entre eles. O que será analisado são as possíveis transformações que ocorrem na identidade dos indivíduos após seu ingresso na Polícia Militar do Estado de Goiás, sendo já esperado a ocorrência de modificações, uma vez que no capítulo sobre a formação e estabelecimento da identidade foi esclarecido que esta sofre

mudanças ao longo da vida do indivíduo, de acordo com as experiências e relacionamentos interpessoais vivenciados.

A metodologia utilizada foi comparativa entre dois grupos, sendo que os dados foram coletados por meio da aplicação de 90 protocolos, distribuídos nos dois grupos discriminados abaixo:

1. Grupo de civis recém ingressos na PMGO, que será, de agora em diante, chamado de GC;
2. Grupo de policiais militares que pertencem à PMGO, com tempo de serviço superior a cinco anos, denominado, a partir deste ponto, de GM.

Originalmente a pesquisa foi planejada para estudar as modificações na identidade de indivíduos que buscam a carreira militar, observadas à partir das diferenças percebidas por meio do método de teste-reteste, aplicado ao grupo de civis recém ingressos. Estes seriam submetidos ao Psicodiagnóstico de Rorschach imediatamente após o início do curso de formação de oficiais, quando ainda não houvesse ocorrido maiores contatos com o ambiente militar; e seriam novamente submetidos ao teste depois de um tempo significativo de formação e serviço policial-militar, de maneira a medir e analisar as possíveis modificações na identidade dos mesmos sujeitos. Tal procedimento

longitudinal, apesar de iniciado e executado no período de dois anos anteriores ao mestrado, por motivos internos da PMGO, não era adequado e possível aos fins da dissertação, cuja realização foi limitada por um período de tempo que não permitiria o seu uso, pois era um projeto para ser executado no mínimo em seis anos.

4.6 - Sujeitos

A amostra da pesquisa foi composta de 90 sujeitos, distribuídos em dois grupos : GC, constituído de 45 sujeitos recém ingressos na Polícia Militar; e GM, constituído de 45 sujeitos militares.

O critério de inclusão no grupo de civis teve como referência os seguintes fatores: o sujeito ser recém ingresso em curso de formação militar; não haver tido experiência anterior em nenhum tipo de instituição militar (escola militar, forças armadas, corpo de bombeiros, etc.); e estar em curso de formação militar no máximo há duas semanas.

A escolha dos sujeitos do GC foi feita não aleatoriamente em cursos de formação de praças e de oficiais dos anos de 1998, 1999 e 2000. Deve-se ressaltar que todos os sujeitos dos cursos de formação de oficiais foram submetidos ao instrumento de pesquisa, devido a outras finalidades internas do serviço de psicologia da PMGO, além do objetivo do presente trabalho. Para a pesquisa em questão, foram escolhidos os sujeitos que se adequaram aos critérios acima

relacionados. De outra parte, os sujeitos dos cursos de formação de praças foram sorteados aleatoriamente, dentre aqueles que atendiam os critérios para inclusão no GC.

Os critérios de seleção para a inclusão no grupo de policiais militares foram os seguintes: ser policial militar no mínimo a cinco anos e no máximo a 15 anos; o limite de idade observado foi de 40 anos³; atuar na atividade operacional⁴; não estar afastado da atividade por motivo de doença ou por estar à disposição da JPMCS⁵ por motivo de transtornos psiquiátricos.

A escolha dos sujeitos do GM foi feita, em parte, aleatoriamente em todas as unidades operacionais⁶ da capital (Goiânia), de forma a incluir sujeitos representantes de todos os segmentos operacionais da PMGO na capital.

3- O limite mínimo de cinco anos de serviço policial militar foi instituído com a finalidade de analisar protocolos de sujeitos que já estão “adaptados” ao sistema militar; o limite máximo de 15 anos de serviço policial militar foi estabelecido de forma que a diferença de idade entre os recém ingressos e os militares em atividade, não interferissem nas eventuais diferenças em termos de identidade.

4- Este critério foi estabelecido porque o interesse da pesquisa é focar o policial militar que trabalha nas ruas e lida diretamente com a segurança da população, aquele que anda armado e atua diretamente na manutenção da ordem pública, uma vez que subentende-se que o policial militar operacional sofre maiores pressões e vivencia mais intensamente a rotina militar.

5- JCSMP se refere à Junta Policial Militar Central de Saúde, para onde o policial é encaminhado e fica à disposição quando está sofrendo, ou tem suspeita de sofrer, de alguma doença que o incapacite temporariamente para a função policial militar.

6- As unidades operacionais, com sede em Goiânia, nas quais foram retirados os sujeitos do GP são: 1º BPM; 7º BPM; 9º BPM; 13º BPM; BPM-CHOQUE; BPM-TRÂNSITO; RPMON (Polícia Montada).

Houve, de outra parte, sujeitos voluntários que se submeteram ao instrumento de pesquisa com a finalidade de transferência para o Batalhão de Choque⁷, e cujos protocolos, por se adequarem aos critérios de seleção, foram aproveitados para o GM.

A seguir há a descrição dos dados mais significantes dos sujeitos de cada grupo em relação à idade, sexo, escolaridade, estado civil, além do tempo de Serviço (no caso específico do GM).

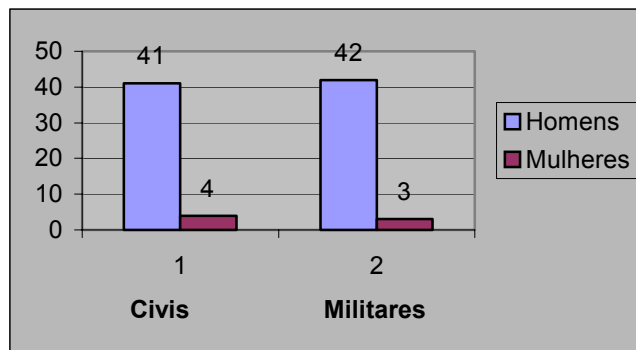
Tabela 5.1.1 – Distribuição dos sujeitos por idade:

Idade	Civis recém-ingressos		Militares	
	Frequência	%	Frequência	%
17 – 19 anos	11	24,45%	0	0%
20 – 22 anos	27	60%	2	4,45%
23 – 25 anos	6	13,33%	8	17,78%
26 – 28 anos	1	2,22%	9	20%
29 – 31 anos	0	0%	12	26,67%
32 – 34 anos	0	0%	8	17,78%
35 – 37 anos	0	0%	5	11,11%
38 – 40 anos	0	0%	1	2,22%

Observa-se que a maioria, ou seja, 60% dos civis recém ingressos têm de 20 a 22 anos; enquanto que a maior parte dos militares, 46,67%, têm de 26 a 31 anos, sendo que a idade é uma variável que deve ser levada em conta na análise dos dados.

7 - O comando da PMGO determina que todo policial militar, ao ser transferido para o Batalhão de Choque, deve ser submetido à avaliação psicológica.

Gráfico 5.1.2 – Distribuição dos sujeitos por sexo (frequência bruta):



A maioria absoluta dos sujeitos dos dois grupos são do sexo masculino, uma vez que a proporção de mulheres que ingressam na PMGO é de 10% em relação à proporção de homens. No caso das amostras, o número de mulheres foi reduzido devido ao critério o qual estabelece que o policial militar deve ser operacional, sendo que neste tipo de serviço o número de mulheres também é menor na prática.

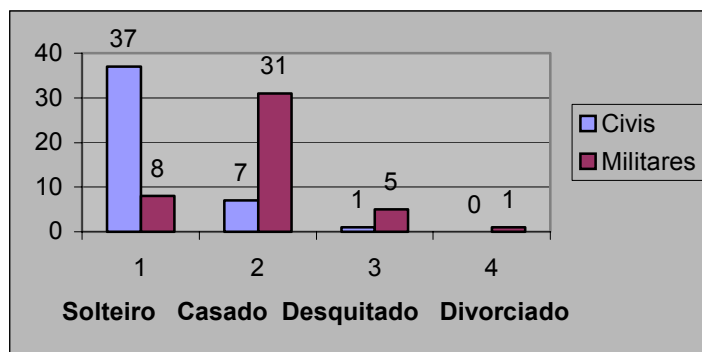
Tabela 5.1.3 – Distribuição dos sujeitos por nível de escolaridade

Escolaridade	Civis		Militares	
	Frequência	%	Frequência	%
1º grau completo	0	0%	1	2,22%
2º grau incompleto	0	0%	5	11,11%
2º grau completo	25	55,56%	34	75,56%
Superior incompleto	20	44,44%	2	4,44%
Superior completo	0	0%	3	6,67%

Em termos da divisão dos sujeitos por grau de escolaridade, o grupo de civis recém ingressos tem sua população distribuída quase que por igual em dois níveis: 2º grau completo e superior incompleto; ao passo que o grupo de militares se

distribuí em vários níveis, sendo que a grande maioria possui 2º grau completo. A diferença existente em relação ao nível superior incompleto, que é bem maior no GC, pode ser explicada pelo fato de que atualmente há maior facilidade de acesso ao estudo superior, além de que nos concursos atuais há maior número de candidatos com nível superior incompleto, fato que ocorre primordialmente pela escassez de ofertas de emprego no mercado.

Gráfico 5.1.4 – Distribuição dos sujeitos por estado civil (frequência bruta):



Em relação ao estado civil, a grande maioria dos integrantes do GC são solteiros, enquanto que, inversamente, a maior parte dos indivíduos do GM são casados, havendo uma diferença substancial entre os dois grupos, o que demonstra que a grande maioria se casa após o ingresso na PMGO.

Tabela 5.1.5 – Distribuição dos sujeitos do GP por tempo de serviço:

Tempo de serviço (em anos)	Grupo dos militares	
	Frequência	%
5 – 7	20	44,44%
8 – 10	12	26,67%
11 – 13	7	15,55%
14 - 16	6	13,33%

Uma parte significativa dos policiais militares que fizeram parte da amostra possuem de 5 a 7 anos de serviço militar. Tal escolha não foi de todo aleatória porque definiu-se que cinco anos era um tempo mais que suficiente para que o indivíduo vivenciasse o ambiente militar e a ele se adaptasse, assim como sofresse as possíveis transformações de identidade que este trabalho tem a pretensão de analisar. Além disso, houve, deliberadamente, a preocupação em não distanciar em demasia os dois grupos em termos de idade, uma vez que poderiam surgir diferenças conseqüentes da grande diferença de idade entre ambos, e não em decorrência da experiência policial militar.

4.7 - Instrumento

O Psicodiagnóstico de Rorschach foi utilizado como único instrumento de investigação das possíveis transformações da identidade sofridas pelo indivíduo a partir de seu ingresso na Polícia Militar do Estado de Goiás.

O Psicodiagnóstico de Rorschach deve ser considerado um teste projetivo de personalidade, constituído por estímulos indefinidos que apelam para formas definidas que dizem respeito a processos mentais: sua natureza, seus níveis de maturidade, sua posição entre a média e os extremos em fenômenos tanto normais quanto patológicos. Através de atos perceptivos e de interpretações de formas, mediados por comportamentos verbais, se fazem avaliações de

modalidades cognitivas, afetivas e tendenciais do sujeito em experimentação e de configurações da personalidade.

O teste de Rorschach é um indicador objetivo, quantitativo e qualitativo das mudanças estruturais, dinâmicas e temáticas da personalidade, e concomitantemente, da identidade.

4.8 - Procedimentos

Para a aplicação do Teste de Rorschach nos sujeitos da pesquisa houve a colaboração de três auxiliares, sendo uma psicóloga e duas estagiárias do curso de psicologia, o que contabiliza quatro aplicadores, incluindo a pesquisadora.

Foram seguidas as instruções de aplicação do teste descritas por Loosli-Usteri (1965), de forma a tornar a mesma o mais padronizada e científica possível. Cada aplicação foi realizada individualmente, em salas isoladas de barulho e de circulação de demais indivíduos. O sujeito era colocado a sós com um aplicador, na posição lateral, sendo as instruções as mesmas para todos os sujeitos. O inquérito ocorria logo após a aplicação do teste.

Antes da aplicação do teste em si, ocorria uma entrevista de curta duração, com o objetivo de colher dados pessoais, investigar as condições de saúde

física e mental, assim como explicar a finalidade da testagem e motivar o sujeito a realizar o teste. No caso do GC, também investigou-se os motivos que determinaram a entrada na PMGO. No GM indagou-se sobre o tempo de serviço e sobre os tipos de função que o sujeito já havia desempenhado na PMGO.

No total, foram aplicados 100 testes, contabilizando os dois grupos. Foram retirados 10 testes, sendo 5 de cada grupo, devido a existência de protocolos que não se adequaram aos critérios de inclusão dos dois grupos⁸.

A codificação e avaliação dos protocolos foi realizada por uma equipe de três pessoas, sendo que houve uma codificação inicial, seguida por uma recodificação, na qual os resultados foram comparados, a fim de se verificar eventuais erros de codificação. A codificação final foi supervisionada pelo orientador da dissertação, Dr. Petrelli.

Para a cotação e codificação, optou-se pela nomenclatura utilizada pela escola francesa, mais especificamente a utilizada por Ombredane e Canivet (Apud Traunbenberg,1970), Loosli-Usteri (1965), Anzieu (1965) e Traunbenberg (1970), e que será apresentada a seguir:

8- Cinco protocolos de recém-ingressos não puderam ser aproveitados no GC, por não atenderem aos critérios de inclusão. No caso, os cinco sujeitos já tinham tido experiências anteriores de militarismo, sendo que quatro sujeitos serviram nas Forças Armadas e um sujeito no Corpo de Bombeiros. Para efeito de equivalência no tamanho dos dois grupos, foram retirados, aleatoriamente, cinco protocolos do GM.

Quadro 1- Nomenclatura utilizada na avaliação do teste de Rorschach.

Símbolos	Significação
R	Número total de respostas
TT	Tempo Total
T/L	Tempo de Latência por prancha
\wedge \vee $>$ $<$	Posição da prancha na interpretação das diversas respostas
G	Resposta Global
G/	Resposta Global cortada
DG+, DdG+, DbIG+	Resposta combinada bem elaborada: - quando o examinando vai percebendo os detalhes (D, Dd ou DbI) sucessivamente e termina por englobá-los em uma única resposta, de forma bem elaborada.
DG-, DdG-, DbIG-	Resposta combinada contaminada: - Fusão de duas resposta em uma só, como uma placa fotográfica submetida a uma dupla exposição. Resposta combinada confabulada: - Quando diferentes partes que integram a respostas são interpretadas corretamente, porém em posições trocadas, combinando relações e fatos incompatíveis com a lógica e o princípio da casualidade. - Quando há uma montagem de histórias que nada tem a ver com os dados da prancha, não sendo referências pessoais, nem descrições do objeto percebido. - Quando torna-se um detalhe da prancha que é bem visto e engloba-se o resto por generalização, resultando numa forma mal vista na totalidade.
GDbI	Resposta global integrando o branco
DDbI	Resposta grande detalhe integrando o branco
DGDbl+,-	Resposta combinada elaborada, confabulada ou contaminada, incluindo o branco
DdDbI	Resposta pequeno detalhe integrando o branco
D	Resposta grande detalhe
Dd	Resposta pequeno detalhe
DbI	Resposta detalhe branco (as respostas explicadas da seguinte forma: "porque é branco" serão cotadas como DbI)
Do	Resposta detalhe oligofrênico ou inibitório
DdD	Resposta em detalhe em que o examinando parte de um pequeno detalhe, ou relativamente grande mas raramente interpretado (Dd) chegando a englobar uma D
F	Resposta determinada pela forma
F+	Resposta de forma bem vista, nítida, clara, exata
F±	Resposta forma indeterminada, mas que ainda conserva uma proximidade com a forma bem vista, com potencial de progressão. Conceito adequado para uma descrição imprecisa.
F-+	Resposta de forma indeterminada, parcialmente inexata, que não chega a ser uma forma mal vista, mas que inicia um processo de degradação. O conceito é claro, porém de ajuste mais precário.
F-	Resposta de forma mal vista, totalmente arbitrária e inexata
F%	Porcentagem de respostas em relação à R
F+%, F±%, F-+%, F-%	Porcentagem de respostas forma em relação ao total de F
K	Cinestesia humana grande
Kan	Cinestesia animal
Kan+	Cinestesia animal onde são projetados dinamismos ativos, antropomórficos ou inerentes aos animais

Kan-	Cinestesia animal onde são projetados dinamismos passivos, regressivos, inerciais, impulsos de puro instinto animal
Kob	Cinestesia de objeto pura
KobF (+,± ou -)	Cinestesia de objeto , onde a cinestesia predomina sobre a forma
Fkob	Cinestesia de objeto, onde a forma predomina sobre a cinestesia
Kp	Cinestesia humana vista num Dd ou resposta de movimento humano parcial, ou tipo de cinestesia de inferioridade, medo, perda, abandono, necessidade, terror, inércia, desvitalização, queda
C	Resposta cor pura valor de 1,5 no ΣC do TRI
CF± ou CF-+	Resposta cor-forma valor de 1,0 no ΣC do TRI. Os símbolos ± e -+ só influem na avaliação qualitativa
FC	Resposta forma-cor: valor de 0,5 no ΣC do TRI
ΣC	Total das respostas cor ponderadas
Cn	Cor nomeada
(C)	Resposta claro-escuro detalhado puro valor de 1,5 no $\Sigma(C)$. Serão consideradas como (C) as respostas de profundidade, perspectiva e textura; estão associadas às nuances das cores e/ou diferentes tonalidades
(C)F± e (C)F-+	Resposta claro-escuro detalhado-forma: valor de 1,0 no $\Sigma(C)$
F(C)	Resposta forma – claro-escuro detalhado: valor de 0,5 no $\Sigma(C)$
$\Sigma(C)$	Total das respostas claro-escuro detalhado ponderadas
Clob	Resposta claro-escuro difusa pura. Este determinante é incluído em respostas que compõe uma idéia de morte, decadência, ou traz claramente o sentimento de angústia nas pranchas acromáticas. (A resposta: porque é preto será cotado dentro dessa categoria)
ClobF± e ClobF-+	Resposta claro-escuro difusa – forma. Os símbolos ± e -+ só influem na avaliação qualitativa.
FClob	Resposta forma – claro-escuro difusa.
TRI***	Tipo de Ressonância Intima, de acordo com Roger Mucchielli.
Tend. Lat.	Tendências latentes (2º fórmula)
A, (A)	Resposta animal inteiro e (A) animal descaracterizado; mitológico, monstro, desenho animado, caricatura de A
Ad, (Ad)	Resposta detalhe animal
A%	Porcentagem das respostas animal em relação a R
H, (H)	Resposta humano inteiro e (H) e humano descaracterizado, mitológico, monstro, fantasma, caricatura, sobrenatural
Hd, (Hd)	Resposta detalhe humano
H%	Porcentagem das respostas humanas em relação a R
Ban	Resposta banal (apenas as quatro banais universais. Em III,V, VII, X
IR	Índice de realidade obtido a partir do somatório das banais universais (2 na 1º resposta, 1 na 2º, e 0,5 na 3º) x 100 /8
Obj.	Respostas de objetos fabricados, incluindo respostas de vestimenta
Alim.	Respostas de alimento
Bot.	Respostas de botânica: plantas, árvores, flores, frotas no pé
Nat.	Respostas referentes a fenômenos naturais como: sol, lua, céu, estrela, natureza
Geo.	Respostas geográficas, mapas e todas de localização territorial especificada
Arte	Respostas com cunho artístico: quadro, desenho, pintura, escultura
Arq.	Respostas de arquitetura: construções imóveis
Simb.	Resposta de símbolos: emblemas, letras, figuras geométricas
Cena	Respostas cujos conteúdos Nat. e Geo. representam uma cena como: montanhas cobertas de gelo; gruta com água correndo, etc.
Abst.	Respostas traduzindo idéias, estados de alma, conceitos, emoções

Sex.	Respostas sexuais
Anat.	Respostas anatômicas, de parte interna do corpo em A e H
Sg.	Respostas de sangue
Fog.	Respostas de fogo
Água	Respostas de água
Mancha	Respostas de mancha
Nuv.	Respostas de nuvens
Expl.	Respostas de explosão
Fum.	Respostas de fumaça
Tinta	Respostas de conteúdo tinta
Rx	Respostas de radiografia, ultra-sonografia
Frag.	Respostas de fragmentos
Bur.	Respostas de buraco
Fenômenos Especiais:	Comportamentos agregados ao fenômeno da percepção. Revelam dimensões da personalidade via projeção. São importantes para detectar o <i>modus vivendis</i> dos sujeitos.
Rejeição da prancha	O examinando recebe o cartão e o devolve sem emitir uma só resposta. Caso produza alguma resposta durante o inquérito, esta não será mais cotada como rejeição, mas como um choque, onde o bloqueio, ou a impotência da força interpretativa, foi recuperada posteriormente
Negação da prancha	Recusa do sujeito em elaborar uma resposta, embora perceba-se que tem condições cognitivas para interpretar, mas nega.
Autocrítica	O sujeito critica a si mesmo ou as suas respostas.
Crítica ao objeto	O sujeito critica o examinador ou a técnica. Esta crítica não é apenas verbal; pode se dirigir à cor, à tentativa de remendar o objeto, às formas, tira partes, tenta corrigir.
Auto-referência	O sujeito identifica coisas suas, de sua propriedade, ou história de vida, partes de si mesmo, na mancha
Idéia de referência	Preocupação do examinando em descrever e ilustrar as verbalizações com coisas identificadas como as de seu relacionamento.
Estereotipia	Repetição de um mesmo conteúdo ao longo do teste
Perseveração	Repetição de um conjunto, onde o primeiro objeto percebido é um F+, os outros são associações que não têm referência com o estímulo, sendo mecanizadas, automáticas.
Reflexo	O sujeito elabora uma resposta na metade da prancha e sugere a especularidade da mesma parte no lado oposto
Simetria	O sujeito elabora uma resposta na metade da prancha, e sugere que a outra metade seja o simétrico, vendo duas partes iguais, numa dualidade.
Contaminação	É uma tentativa fracassada de construir uma unidade que tenha sentido; são as condensações esquizofrênicas que mesclam duas respostas, como num filme fotográfico submetido a dupla exposição. Combinações esteticamente incompatíveis.
Confabulação	Relações que não respeitam o princípio de causa-efeito e podem se expressar de três formas: <ul style="list-style-type: none"> - quando as diferentes partes que integram a mancha são interpretadas corretamente, porém a relação de lugar entre uma e outra não é levada em conta, ou seja, o inteiro total é construído por partes, recolhidas em planos e perspectivas diferentes, o inteiro é percebido apenas na fantasia e não na prancha; - quando há uma montagem de histórias que nada têm a ver com o percebido na prancha, mas com o imaginário delirante incompatível com a história de vida do sujeito; - quando o sujeito toma um detalhe da prancha que é bem visto e engloba o resto por generalização.

Disforia	Respostas carregadas de sentimentos com agregados de morbidez, desvitalização, depreciação ou mal-estar provocados pela ansiedade e medo.
Agressividade	Respostas que expressam destrutividade e agressividade nas verbalizações.
Conteúdo persecutório	Respostas que expressam interpretações paralelas persecutórias e de vigilância
Desvitalização	Respostas onde há a substituição do objeto vivo por inanimado, com perda da vitalidade.
Deterioração	Respostas com agregados negativos ao objeto percebido, implicando numa perda de estética e integridade do objeto percebido que pode entrar em estado de deterioração e putrefação.
Viscosidade	O sujeito não consegue desprender-se do cartão, podendo permanecer com o mesmo, emitindo verbalizações excessivas ou apresentando um tempo total alto, numa incapacidade de liquidar o objeto percebido.
Expressão inho	Tendência acentuada do sujeito a usar o diminutivo “inho” nas suas verbalizações, ou seja, em diminuir a dimensão dos objetos.
Choque	Qualquer manifestação que expressa quebra de ritmo, de continuidade, uma alteração no processo de verbalização, quer na conduta, quer na postura, quer nas flexões e intensidade de voz do examinando.
Choque de latência	Quando o tempo de latência de uma resposta perceptiva em determinada prancha é excessivamente superior ou inferior à média dos tempos de latência do teste.
Choque ao vazio	Choque diante dos espaços em branco do interior das pranchas I, II, III, VII, VIII e X.
Choque ao branco	Impasse em elaborar formas no branco ao redor externo da mancha
Choque acromático	Reação de incomodo do indivíduo diante da cor escura, do preto, negro, escuridão.
Choque cromático	Reação de incomodo do indivíduo diante das cores cromáticas
Ambivalência	Comentários ambivalentes, interpretações opostas no mesmo percepto.
Choque ao vermelho	Reação de incomodo do sujeito diante do vermelho das pranchas II e III, não o percebendo ou percebendo de forma desqualificada e incompatível.
Linguajar requintado	Expressões rebuscadas, cheias de formalismos e esnobismos.
Consciência do ato interpretativo	Quando o sujeito demonstra consciência exagerada em relação às suas verbalizações, racionalizando suas respostas numa tentativa de justificá-las.
Comentários de ligação	Ocorre quando o sujeito, ao passar de uma prancha a outra, não consegue desvincular-se da primeira, interpretando a segunda como uma continuidade da primeira.
Cor forçada	São respostas nas quais o sujeito agrega cor em pranchas que são acromáticas.

Após a codificação, foi feita a comparação entre os dados codificados referentes aos policiais militares já institucionalizados (GM) e os dados codificados referentes aos policiais militares recém ingressados (GC), sendo a análise posterior centrada na existência de diferenças entre os dois grupos.

Espera-se que os grupos GC e GM se diferenciem, a não ser que seja concluído que o grupo GC procura a carreira militar devido à aspectos já estruturados de personalidade, que o faz se aproximar das características apresentadas pelos militares institucionalizados.

4.9– Análise dos Dados

Os dados obtidos mediante a aplicação do teste de Rorschach foram analisados de forma quantitativa (distribuição percentual do total de respostas nas diferentes categorias), enfatizando as categorias de localizações, determinantes, conteúdos, fenômenos especiais, a fenomenologia do humano e do animal, os índices de realidade e o TRI (fórmulas vivenciais primária e secundária). A análise qualitativa foi realizada de acordo com o exame e interpretação dos significados de cada índice a partir de sua relação com os dados normativos.

Para a comparação intergrupar das variáveis obtidas nos protocolos do teste de Rorschach, foi utilizada a análise estática por meio do teste de Proporção, adotando o nível de significância $\alpha=0,05$.

O teste de Proporção utilizado foi o Teste z, que analisa até que ponto os resultados obtidos nas duas amostras se equivalem, devendo-se as discrepâncias porventura constatadas a flutuações amostrais; ou se as diferenças constatadas,

entre as percentagens dos dois grupos, são muito grandes para serem atribuídas ao acaso.

Convém ressaltar que as hipóteses estatísticas referentes a diferenças entre proporções são formuladas de forma similar às hipóteses correspondentes às diferenças entre médias, sendo:

$H_0 : p_c = p_m$ (não existem diferenças significativas entre as proporções populacionais do grupo de civis recém ingressos e o grupo dos militares)

$H_1 : p_c \neq p_m$ (existem diferenças significativas entre as proporções populacionais do grupo dos civis recém ingressos e o grupo dos militares)

Ou $p_c > p_m$ (a proporção populacional referente ao grupo de civis recém ingressos é significativamente maior que a do grupo de militares)

Ou $p_c < p_m$ (a proporção populacional referente ao grupo de civis recém ingressos é significativamente menor que a do grupo de militares)

V – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão descritos e discutidos os dados obtidos mediante os 90 protocolos dos dois grupos amostrais. Serão analisados, em separado as categorias, índices e dinamismos psíquicos referentes aos resultados do teste de Rorschach em militares e civis recém-ingressos na PMGO. Para a análise das diferenças intergrupais, serão comparados os resultados obtidos em cada grupo em relação ao outro, lembrando que os grupos serão denominados de GC (grupo de civis recém ingressos) e GM (grupo de militares) .

5.1 - Capacidade de produção e de adaptação à tarefa proposta

A capacidade de produção, isto é, de emitir respostas, está muito relacionada com a adaptação do indivíduo à tarefa proposta. Para Traubenberg (1970), a produtividade também depende do nível sócio cultural do indivíduo, elevando-se o número de respostas de acordo com maior grau de cultura e de instrução. Segundo aquela autora, a produtividade está ligada à desenvoltura

imaginativa e verbal, com a necessidade de expressão e desejo de cooperação.

Em relação ao número total de respostas, não houve diferença significativa entre os dois grupos, demonstrando uma equivalência entre o GC e o GM em relação à capacidade de produção e de adaptação à tarefa proposta, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 5.1.1 Produtividade: Distribuição dos sujeitos por grupo em relação ao número de respostas

Produtividade	GC	GM
R Média	19	20
R+	58%	55%
R-*	15%	20%

Teste z de Proporção $p < 0,05$

*Diferença estatisticamente significativa entre os grupos

$H1 : p_c < p_m$

Os dois grupos apresentaram um número médio de respostas dentro da faixa normal de índices esperados, que está situada entre 15 e 30 respostas por protocolo, de acordo com o estabelecido por Vaz (1997).

Para este autor; um número de respostas dentro da média significa indícios de que os sujeitos tiveram condições de adaptar-se ao teste, não sendo prejudicados em seu desempenho por fatores inibitórios, e demonstrando capacidade de produção, desempenho e adaptação a tarefas. No entanto, devido a média ter ficado abaixo de 25%, as capacidades de análise e de senso de observação encontram-se rebaixadas.

Apesar de não haver diferenças estatísticas significativas quanto ao número de respostas por protocolo entre os dois grupos, detectou-se uma diferença significativa em relação à qualidade das respostas. Como é demonstrado na mesma tabela, o GM apresentou maior proporção de respostas inadequadas (R-) do que o GC, sinalizando para uma possível degradação dos processos de percepção e interpretação por parte dos policiais militares já institucionalizados.

5.2 - As Localizações

As localizações das respostas estão vinculadas ao modo de percepção ou apreensão da mancha. Constituem a parte ou partes da mancha nas quais o examinando situa a resposta verbalizada. De acordo com a área da resposta podem ser: respostas globais – G; respostas de grande detalhe – D; respostas de pequeno detalhe – Dd; respostas de detalhe em branco – Dbl; e respostas de detalhe oligofrênico ou inibitório – Do. As localizações estão relacionadas com o aspecto intelectual e com os mecanismos adaptativos/defensivos da conduta.

A análise das localizações demonstrou que, somente há diferença estatística significativa entre os dois grupos em relação às respostas de grande detalhe, sendo que o GM produziu maior número de D do que o GC, como demonstra a tabela 5.2.1. Apesar da diferença existente, a realização dos dois grupos está dentro da média, que varia de 40 a 55% das respostas totais, de acordo com Vaz (1997). Isto indica que a média dos sujeitos dos dois grupos têm

adequadas capacidades de percepção do óbvio, com boa capacidade de ajustamento aos aspectos práticos da realidade, além de possuírem inteligência prática e objetiva.

Tabela 5.2.1 – Localizações: Distribuição dos sujeitos por grupo

Localização	GC	GM
Respostas globais	%	%
G	40	38
DG□	12	23
GDbI	15	10
G/	5	3
Respostas de grande detalhe	%	%
D□	49	54
DDbI	7	7
Respostas de pequeno detalhe	%	%
Dd	6	5
Respostas de espaço em branco	%	%
DbI	3	2
Respostas de detalhe oligofrênico	%	%
Do	1	1

Teste z de proporção $P < 0,05$ □

*Diferença estatisticamente significativa entre os grupos

$H_1: p_c < p_m$

**Diferença estatisticamente significativa entre os grupos

$H_1: p_c < p_m$

O fato de tais respostas encontrarem-se em maior número no GM poderia indicar que esse grupo presta mais atenção aos detalhes do cotidiano do que o GC. No entanto, na análise da qualidade de tais respostas (ver tabela 5.2.3, pg.90), verifica-se que apesar de GP produzir mais respostas D, a qualidade das mesmas é menor do que as respostas D do GC, demonstrando que o GM apresenta maiores prejuízos na sua capacidade de percepção da realidade objetiva e diminuição da inteligência prática e objetiva, do que o GC. Esse resultado poderia apontar para

uma diferença na forma de percepção do mundo que é modificada após o ingresso na PMGO, sendo que, mesmo que o GM perceba mais os detalhes do cotidiano, esta percepção tende a ficar perturbada, assim como o raciocínio prático, sinais prováveis de uma visão limitada que a profissão lhe impõe.

É interessante enfatizar que o número de respostas globais nos dois grupos encontra-se aumentado em relação ao considerado como a realização normal, que varia de 20 a 30%, de acordo com Adrados (1973). Estes dados podem ser interpretados como sendo sinal de egocentrismo, de fantasia e fuga da realidade, segundo Vaz (1997), assim como de autoritarismo, o que, no caso do GM pode estar de acordo com o que foi explanado na parte teórica, sobre as defesas egóicas que o sujeito utiliza, quando sua identidade corre risco de desestruturação, segundo Goffman (1961).

No caso do GC pode ser um indício, que deve ser confirmado por outros dados, de que o sujeito procura a carreira militar por já possuir características de personalidade que se aproximam das características existentes nos policiais veteranos, podendo ser essa escolha baseada em autoritarismo, egocentrismo e na fantasia e, concomitantemente, no uso de um poder onipotente que o militarismo propicia.

Por outro lado, devido à existência de globais de boa qualidade, em sua maioria, nos protocolos tanto do GC quanto do GM, como pode-se ver na tabela

5.2.1, haveria uma acentuação das capacidades lógica-constructiva e sintética, nos dois grupos, de acordo com Adrados (1973).

Convém ressaltar que na análise do grau de elaboração dessas respostas globais, observa-se uma diferença significativa entre os dois grupos no que tange às respostas DG, sendo estas mais elevadas no GM do que no GC, como é apresentado na tabela 5.2.1. A tabela abaixo apresenta os resultados das respostas DG em termos de sua qualidade nos dois grupos:

Tabela 5.2.2 - Distribuição das respostas DG em níveis de qualidade

Localização DG (%)	GC	GM
DG+ (elaboradas)	45	38
DG±	31	25
DG-+	2	11
DG- (contaminadas e confabuladas)	22	26

Evidencia-se que os dois grupos não se diferenciam significativamente em relação à qualidade das respostas DG, no entanto, comprova-se que em ambos os grupos esse tipo de resposta é em sua maior parte de boa qualidade ou elaboradas, isto é, a soma das respostas DG+ e DG± é bem maior que a soma das respostas DG-+ e DG-. Isto significa que os dois grupos possuem criatividade em potencial, além de capacidade de elaboração, embora essas características sejam significativamente maior no grupo dos policiais já institucionalizados, indicando uma maior capacidade de visão de conjunto e de criatividade nos mesmos. Hipoteticamente, este resultado pode estar vinculado a uma maturidade perceptiva desenvolvida a partir do serviço policial militar, que exige uma análise rápida de

todos aspectos de uma situação, de forma a permitir a escolha adequada do melhor método de ação.

No grupo de civis recém ingressos, o número de respostas DG aparece em pequena proporção em relação ao número de respostas G, evidenciando que o esforço de apreensão é realizado, em grande parte, de modo instantâneo e direto, baseado numa visão unitária dos contornos, isto é, mais por impressões vagas das situações do que por meio de um trabalho de elaboração, que estabelece relações entre as partes num todo de maior riqueza imaginativa e complexidade. Este resultado pode estar relacionado com uma possível imaturidade perceptiva por parte do GC, realçada por comportamentos egocêntricos e autoritários, como foi visto acima, na análise das respostas G, o que impede a percepção analítica.

Outro dado significativo é que, em ambos os grupos, o número de respostas de pequeno detalhe encontra-se abaixo da média considerada normal por Adrados (1973) e Vaz (1997), que é de 10 a 15%, o que indica dificuldades na capacidade de análise e de observação de minúcias, confirmando a tendência de pensamento mais sintético e geral.

As respostas de detalhe em branco dos protocolos dos dois grupos não se diferenciaram quantitativamente, e em ambos o percentual desse tipo de resposta ficou na média, podendo indicar capacidade de tolerância a situações ansiogênicas, segundo Vaz (1997), além de indícios de pensamento divergente-criativo de acordo

com Petrelli. Esta interpretação deve ser confirmada adiante, assim como a tendência à oposição, mediante a análise do nível formal e do tipo de vivência.

Em relação à qualidade das respostas em termos de localização, a tabela abaixo demonstra os seguintes dados:

Tabela 5.2.3 – Qualidade das localizações: Distribuição dos sujeitos por grupo

Localização (%)	GC	GM
G+	60	59
G±	17	13
G-+	6	9
G-	17	18
D+*	63	55
D±	20	16
D-+**	6	11
D-***	10	18

Teste z de proporção ($p < 0,05$)

*Diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($H_1: p_C > p_M$)

**Diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($H_1: p_C < p_M$)

***Diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($H_1: p_C < p_M$)

Esses dados mostram que, apesar da produção, em termos das respostas de localização, ser praticamente equivalente entre os grupos (de acordo com a tabela 5.2.1), há diferenças significativas entre eles, relacionadas com a qualidade das respostas de localização, como já foi analisado acima quando se tratou das respostas de grande detalhe.

Nota-se que o GC apresenta respostas de grande detalhe de maior qualidade do que o GM, enquanto que este último produz mais respostas de grande detalhe inadequadas de menor qualidade que os primeiros. Tais dados parecem

indicar que o GM possui maior dificuldade de percepção da realidade objetiva, além de maior rebaixamento de sua inteligência prática e objetiva, talvez devido a modificações ocorridas no decurso da profissão policial militar, que limita o campo de vivência e visão do indivíduo, tornando-o mais bitolado ao exercício de sua função.

5.3 – Os Determinantes

Os determinantes são os elementos dinâmicos mais estáveis da personalidade, segundo Vaz (1997), e são a base de toda a interpretação diagnóstica de um protocolo de Rorschach. Adrados (1973) afirma que os determinantes são os componentes mais importantes de cada resposta, uma vez que são eles que indicam a fórmula vivencial de cada sujeito.

A denominação “determinante” foi criada por Rorschach para identificar quais os fatores psíquicos que determinam, de forma estrutural, a resposta verbalizada. Segundo Vaz (1997, pg. 33): “ *Os determinantes...são a expressão da memória viva das experiências passadas e projetadas pelo examinando sobre as pranchas. São a expressão do modo como o examinando estabelece a relação entre o mundo externo através das manchas e o seu mundo interno*”.

Os determinantes são, de acordo com a nomenclatura seguida nesse trabalho, a forma, a cor, o movimento, o claro-escuro detalhado e o claro-escuro

difuso, que já foram explicitados no capítulo anterior , na seção que disse respeito ao procedimento.

De acordo com os dados demonstrados na tabela 5.3.1 (pg. 95), as diferenças existentes entre os dois grupos em relação aos determinantes, são essencialmente de qualidade, e não de quantidade.

A resposta forma está ligada com a maneira como o indivíduo controla, em geral, seus dinamismos psíquicos, sendo esse controle mediado pela *“expressão lógica, racional e intelectual da percepção”* (Vaz, 1997, pg.89).

Em termos da média do número de respostas de forma (F%), os dois grupos apresentaram o mesmo percentual de 54%, sendo que este está levemente aumentado em relação ao índice considerado médio por Adrados (1973) e Vaz (1997), que é de 30 a 50%. Este resultado pode indicar uma tendência, presente nos dois grupos, a maior controle e repressão dos afetos e emoções, com certo prejuízo da espontaneidade.

A equivalência entre os dois grupos pode indicar que os indivíduos que buscam a carreira militar na PMGO tendem a ter uma expressão mais lógica, racional e objetiva, indicando uma certa rigidez e talvez repressão, ainda que a afetividade não esteja de todo embotada, como será visto na análise das respostas cor.

Tabela 5.3.1 – Determinantes: Distribuição das respostas por grupo em relação às respostas: forma, cor, claro-escuro detalhado, claro-escuro difuso e movimento.

Determinantes (%)	GC(%)	GM(%)
Forma – F	54	54
F+	63	61
F±*	19	13
F-+**	6	12
F-	13	14
Cor – C	12	12
FC	36	25
CF±	31	34
CF-=	9	12
CF-	11	18
C	12	11
Claro-escuro detalhado - (C)	8	9
F(C)	34	37
(C)F±	40	33
(C)F+	15	9
(C)F-	12	19
(C)	0	2
Claro-escuro difuso – Clob	5	5
FClob	23	23
ClobF±***	27	10
ClobF+	18	8
ClobF-****	23	54
Clob	9	4
Movimento		
K	7	8
Kp	3	3
Kan	11	9
Kan+	81	78
Kan±	13	10
Kan-+	2	4
Kan-	4	9
Kob*****	5	3
Fkob	13	7
KobF±	21	26
KobF+	8	19
KobF-	38	30
Kob	20	18

Teste z de proporção ($p < 0,05$)

*Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c < p_m$)

*** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

**** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c < p_m$)

***** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

Os dados referentes à precisão formal, isto é, às respostas F+%, revelam que este índice se encontra rebaixado em relação ao percentual padrão, que é de $\geq 80\%$, segundo Vaz (1997), sendo que o GC e o GM apresentaram os índices de 63% e 61% respectivamente. Este resultado parece indicar que os dois grupos apresentam prejuízos no pensamento lógico em seus aspectos de precisão, coerência e organização, sendo a interferência de ordem afetivo-emocional, uma vez que não há indícios de deficiência mental nos dois grupos. Também o fato de haver um aumento de respostas F \pm e F-+ (tabela 5.3.1), indica a existência de perturbação afetiva e emocional, de caráter neurótico, afetando a eficácia do pensamento lógico. A equivalência entre os dois grupos parece apontar, novamente, para a hipótese de uma estrutura de identidade comum entre os indivíduos que buscam a carreira militar na PMGO.

A primeira diferença estatisticamente significativa em relação aos determinantes, entre os dois grupos, está presente nos dados referentes à qualidade das respostas de forma. Nota-se que o GC produziu mais respostas F \pm do que o GM, enquanto que este último produziu maior quantidade de F-+. Estes resultados indicam que o GC produz maior quantidade de respostas de formas indeterminadas, mas que ainda conservam uma proximidade com a forma bem vista, revelando um potencial de progressão, o que é um dado positivo em direção a um desenvolvimento futuro. Já o GM produz maior quantidade de respostas de formas indeterminadas, parcialmente inexatas, que não chegam a ser uma forma mal vista, mas que inicia um processo de degradação, o que sinaliza um aspecto negativo em

relação ao controle intelectual, que se acha mais a mercê de fatores afetivos-emocionais. Estes resultados parecem indicar que, em termos de pensamento lógico, os policiais militares veteranos demonstram maior degradação e dificuldade de retomar um controle intelectual positivo, do que os civis recém ingressos, podendo, hipoteticamente, tal diferença ser causada por fatores inerentes ao serviço policial militar, tais como a tensão e stress vivenciados e que podem causar maior perturbação afetiva-emocional, acompanhada de ansiedade e incerteza, de acordo com Traubenberg (1970).

As respostas cinestésicas, por sua vez, são produzidas quando o estímulo desencadeia no sujeito impulsos psicomotores que exprimem a atitude interior, representando uma impulsão projetada sobre a forma aliciada pela mancha. Para Rorschach (1921), as respostas de movimento, principalmente as K, relacionam-se com a capacidade de criatividade interior, e quando no TRI (tipo de ressonância íntima) suplanta as respostas de cores, vincula-se ao fator de interiorização; também para ele as K constituem atitudes expectantes fundamentais, ativas ou passivas, que demonstram tendências inconscientes.

Analisando as respostas de movimento humano (K), não há diferenças estatisticamente significantes entre os dois grupos. Isto significa que, de certa maneira, os indivíduos que constituem os grupos apresentam uma equivalência na forma de expressão de seu mundo interno, assim como no tocante à espontaneidade, à capacidade criadora, ao poder de adaptação ao meio externo. O índice de respostas de K, que foi de 1,4 e 1,7 no GC e GM, respectivamente,

encontra-se rebaixado em ambos os grupos, em relação ao índice considerado normal por Vaz (1997) que é de 2 a 3 respostas K, e por Adrados (1973) que estabelece um índice de 2 a 5 respostas ou mais. Esta diminuição estaria relacionada com a presença de ansiedade, inibições, tensão e temores, além de ser indicativo de um tipo de inteligência do tipo reprodutiva, com pequena capacidade criadora. Além disso Loosli-Usteri (1965) sustenta o ponto de vista de Rorschach de que um número diminuído de K pode significar maior instabilidade afetiva. Adiante a relação das respostas K serão analisadas em relação com as respostas de cor no tipo de ressonância íntima.

Observando a proporção G:K proposta por Klopfer (1972), que é de 2G:1K, nos dois grupos analisados esta proporção é de 7G:1K, podendo supor que as aspirações dos indivíduos dos dois grupos estão sendo prejudicadas por excesso de fantasia, o que pode impedir a adequada consecução de seus objetivos. A aproximação entre os dois grupos aponta, mais uma vez, para uma base identitária comum, com equivalentes bloqueios na capacidade criadora e espontânea, demonstrando uma tendência a maior rigidez no uso de seus recursos intelectuais, indicando a possibilidade hipotética de que a procura pela carreira militar seja influenciada por tal rigidez de pensamento, que se coaduna com a rigidez presente nos aspectos formais de uma instituição total.

No estudo do movimento animal, também não há diferenças quantitativas e qualitativas significantes entre os grupos. Ressalta-se, no entanto, que a proporção de K:Kan é de 1:2 nos dois grupos, sinalizando para uma capacidade

razoável de controle das pulsões instintivas, sem no entanto haver perda total da espontaneidade. Convém observar que, na maioria dos protocolos considerados normais, o número de respostas de movimento animal suplanta as respostas de movimento humano, servindo como uma forma de catarse dos impulsos mais primitivos e arcaicos da estrutura da personalidade.

No tocante às respostas de movimento inanimado (Kob), há uma diferença significativa na quantidade de respostas produzidas pelos dois grupos, sendo que o GC produziu mais respostas Kob que o GM. Este resultado parece indicar que o GC apresenta, hipoteticamente, maiores conflitos internos com dificuldade de elaborá-los, do que o GM. Vaz (1997, pg. 92) afirma que *“...a presença de movimento inanimado num protocolo de Rorschach como um sinal de conflito entre o esquema de valores formado e presente no mundo interno da pessoa e o esquema de valores sócio-culturais que o mundo externo, em transformação, lhe apresenta. Ter que fazer opção pela escolha entre um e outro gera-lhe tensão e sofrimento”*. Pode ocorrer que o ingresso em uma instituição de certo modo “desconhecida” tenha gerado, nos civis recém ingressos, conflitos entre a identidade anteriormente construída e a identidade oferecida pela instituição, mesmo naqueles em que a escolha da profissão tenha sido voluntária.

O fato de que a proporção de FKob ser menor do que de KobF + Kob, nos dois grupos, aponta para uma dificuldade na utilização de recursos internos para a resolução do conflito, o que implica num sério desgaste de energia perpetuando-o no decorrer da vida militar. A existência de tal conflito estaria de acordo com as

afirmações de Goffman (1961), analisadas no Capítulo II, sobre os conflitos gerados no interior do indivíduo, mais precisamente em sua identidade, ao ser confrontado com a nova cultura imposta por uma instituição formal, ainda que o ingresso seja voluntário, sendo que, devido à aproximação entre os dois grupos desvela que o conflito prossegue no decorrer da vida policial militar, ainda que pelo exposto no parágrafo acima, com maiores possibilidades de elaboração no GM.

Da mesma forma, nos dois grupos analisados, a soma das cinestésias menores (kan e kob) suplantam o número das cinestésias maiores (K), o que Kadinsky, citado por Loosli-Usteri (1965) interpreta como sendo sinal de impotência contra uma imaginação avassaladora, fruto de imaturidade e inaptidão às realizações produtivas.

As respostas de cor cromática são consideradas por Loosli-Usteri (1965) como uma medida tanto quantitativa quanto qualitativa da extratensividade, sendo que quanto maior o número delas mais ricas e vivas são as manifestações afetivas do indivíduo. Para Traubenberg (1970) elas estão relacionadas a múltiplas reações afetivas qualitativas como apreciação/depreciação, atração/rejeição, fascinação/fuga, reações estas manifestas ou camufladas.

Em relação às respostas de cor cromática, não houve diferença estatística significativa entre os dois grupos em nenhuma das categorias, como se vê na tabela 5.3.1 (pg. 95). Entretanto, a análise de tais respostas apresentam resultados

significativos no âmbito das reações afetivo-emocionais mobilizadas no mundo interno da pessoa, o que repercute na personalidade como um todo.

Os dados obtidos revelam a presença, nos dois grupos, de um índice de $FC < CF + C$ [GC(36<63) e GM(25<75)], o que indica, de acordo com Vaz (1997), que a mobilização afetiva e emocional acarreta a dificuldade de reação adequada em relação à adaptação nos relacionamentos interpessoais, com conseqüente precipitação e impulsividade de reação.

É importante ressaltar que o resultado acima descrito foi influenciado preferencialmente pelo número elevado de respostas CF, nos dois grupos, revelando que há um controle, ainda que precário, das reações aos estímulos emocionais. No entanto, o aumento de CF está relacionado com tendência a reações agressivas, irritabilidade, egocentrismo e excitabilidade, com atitudes semi-descontroladas, o que significa que o sujeito necessita de um esforço maior para controlar-se, com conseqüente desperdício de energia.

O fato de os dois grupos se aproximarem na produção das respostas de cor cromática, inclusive com o aumento das CF parece apontar novamente para a hipótese de uma estrutura comum de personalidade, e conseqüentemente de identidade, entre os indivíduos que buscam a carreira militar na PMGO. Tal hipótese pode ser complementada por um indício de que a escolha da carreira militar é proporcionalmente maior em pessoas que possuem tendência a certo descontrole e labilidade emocional, com atitudes mais precipitadas e agressivas, o que explicaria,

em parte, as atitudes impulsivas de alguns policiais militares. Entretanto, por não haver diferenciação entre os grupos, pressupõe-se que a agressividade e impulsividade não são aumentadas a partir do exercício do serviço policial militar, ou seja, este não enseja o aumento da violência e do descontrole emocional. Isto pode indicar que o indivíduo já adentra a instituição com uma estrutura de reação emocional definida, a qual não é modificada pelos processos de formação e de vivência policial militar, havendo uma tendência para o ingresso de maior quantidade de pessoas com controle precário das reações emocionais.

Em relação a essa interpretação, os dados confirmam a afirmação de Goffman (1961), descrita no Capítulo III, de que os indivíduos que buscam voluntariamente as instituições consideradas totais, já sofreram uma ruptura em sua identidade em relação à cultura aceita em seu meio, buscando o ingresso em instituições que estejam próximas de sua ideologia, o que é corroborado por Grinberg (1978). Por outro lado, a mesma interpretação não confirma o exposto por Goffman (1961) no que diz respeito às transformações sofridas na identidade do indivíduo após a manipulação exercida pela instituição total, sendo que quanto às reações afetivo-emocionais, não há mudanças significativas após o ingresso na PMGO.

As respostas de cores acromáticas se subdividem em respostas de claro-escuro detalhado e claro-escuro difuso, sendo que estão relacionadas com o caráter sombreado da mancha, em especial com matizes que revelam ligações com aspectos de textura, perspectiva e profundidade. Estariam vinculadas à adaptação

afetiva, ansiedade e sentimentos de insuficiência e impotência, segundo Rorschach (1921). Klopfer (1972) as classifica como sendo o termômetro da atitude reativa do sujeito em face de suas necessidades afetivas essenciais, como a segurança e necessidade de amor, e da maneira como busca o contato com o outro. Para esse autor, um protocolo sem respostas de claro-escuro indicaria uma atrofia das necessidades afetivas e uma alteração nas relações objetais.

As respostas claro-escuro detalhado enfocam as nuances isoladas no interior da mancha, podendo conter o caráter de sentimento disfórico ou eufórico conforme o predomínio do escuro ou do claro.

Examinando as respostas de cores acromáticas, inicialmente as respostas de claro-escuro detalhado, percebe-se que não há diferenças estatisticamente significativas nem quantitativas, nem tampouco qualitativas entre os dois grupos analisados. O que se observa, portanto, é que os dois grupos apresentam disposições internas muito semelhantes em relação a esse determinante, o que gera uma interpretação no mínimo interessante. As respostas de claro-escuro detalhadas se vinculam à adaptação afetiva, à sensibilidade, à ansiedade e ao controle desta.

Tanto no GC quanto no GM há o predomínio das respostas (C)F sobre as respostas F(C). Estes dados apontam para a existência de uma grande ansiedade, proporcional a um grande desejo de adaptação, que não é atingido espontaneamente, de acordo com Loosli-Usteri (1965). Sendo a maioria das respostas de claro-escuro do tipo textura, nos dois grupos observados, a

interpretação deste fato pode estar de acordo com o que Traubenberg (1970) afirma sobre as (C)F de textura, que estão relacionadas com uma imaturidade afetiva, que se expressa através de avidez e sensualidade acentuadas. Há uma necessidade de “prender” o objeto afetivamente, no entanto, há também uma dispersão dos esforços, o que impede a consecução do objetivo, devido ao excesso de ansiedade sendo que, em ambos os grupos, o manejo adequado das necessidades afetivas não está sendo possível. Entretanto, devido ao pequeno número de (C) puras, pode-se inferir que tal ansiedade, apesar de grande, não é esmagadora e paralizadora, havendo ainda um certo controle da mesma.

Estes resultados apontam para um modo de reação afetiva semelhante entre os dois grupos, com predomínio da imaturidade e ansiedade no manejo das necessidades afetivas, que não são, portanto influenciadas pelo trabalho policial militar. Por outro lado, tal interpretação gera preocupação uma vez que tal predomínio pode ter implicações negativas sérias no exercício da profissão militar.

As respostas claro-escuro difusas, denominadas pela sigla Clob, estão ligadas a uma impressão difusa, generalizada do cinza-negro, e primordialmente se vinculam a idéias de morte, disforia e angústia, que emanam da esfera afetiva, segundo Loosli-Usteri (1965). Para Traubenberg (1970) há, nesse tipo de resposta, uma projeção de imagens aproximadas de pesadelos, de fobias, tomando um caráter sinistro e ameaçador, que culmina com uma reação de pânico e impotência. Para Binder, citado por Traubenberg (1970), o Clob teria um caráter pertinente a

uma emoção muito global, invasora que, se não controlada, pode paralisar a capacidade de adaptação, sendo sua origem arcaica e primitiva.

De acordo com os dados obtidos e descritos na tabela 5.3.1 (pg. 95), não há diferença significativa em termos da quantidade de respostas Clob nos dois grupos, inclusive essa quantidade é pequena em relação ao número total de respostas, indicando que não é uma característica predominante nos grupos observados.

Tanto no GC quanto no GM houve o predomínio de respostas ClobF, isto é, a tonalidade disfórica foi predominante, significando que seu efeito foi atenuado por uma tentativa de julgamento intelectual, representado pelo F. Esta intervenção pode indicar que a invasão da angústia é combatida de alguma forma, impedindo a paralisação total da capacidade de adaptação, ainda que fique prejudicada.

No entanto foi percebida uma diferença estatisticamente significativa quanto à qualidade das respostas ClobF, em relação íntima com a qualidade da forma que acompanha a resposta. Parece evidente que o GC produz maior número de respostas ClobF de melhor qualidade do que o GM, que apresenta, por sua vez, grande número de respostas Clob acompanhadas por formas de má qualidade. Este resultado afigura-se como sendo um indicativo de que o GM possui menor capacidade de controle e manejo da angústia do que o GC, ainda que haja um esforço para tal. Esse resultado pode indicar que a profissão policial militar, não aumenta as reações de angústia e disforia, no entanto contribui para que haja uma

perda de eficácia no controle das mesmas, o que pode ser provocado pelas situações de pressão e tensão vivenciadas no decorrer da formação e do serviço policial militar, o que estaria de acordo com a teoria de Goffman (1961) de que os indivíduos que adentram uma instituição total tende a reagir de forma mais disfórica aos acontecimento a sua volta.

5.4 – Tipo de Ressonância Intima

Dando continuidade à análise dos determinantes, em especial às categorias de movimento e de cores cromáticas e acromáticas, será focado, nesse momento, o T.R.I., ou Tipo de Ressonância Intima, que foi criado por Rorschach. O T.R.I. exprime a relação existente entre o número de respostas de grande movimento humano (K) e a soma ponderada das respostas de cor cromática, sendo esta relação simbolizada pela fórmula $x K : y \sum C$.

Tanto para Loosli-Usteri (1965) quanto para Traunbenberg (1970) a análise do T.R.I. é mais importante do que a análise das respostas isoladas de cor e movimento, uma vez que permite o exame do tipo de expressão e atitudes dominantes do indivíduo para consigo mesmos e para com o mundo exterior, em termos de introversão e extratensão. Para Rorschach (1921) o T.R.I. condiciona o caráter e até o modo de percepção, refletindo as ligações funcionais profundas, isto é, dá uma indicação de como o indivíduo poderia viver, o que nem sempre tem a ver

com as suas reações manifestas, podendo aquelas ficar encobertas, mas ao mesmo tempo profundamente presentes no mundo interior daquele.

O número de tipos de ressonância íntima varia de acordo com o autor, sendo que Loosli-Usteri relaciona seis tipos, Traubenberg cita quatro tipos, Adrados e Vaz apontam a existência de cinco tipos, porém observa-se que apesar de tais diferenças, estas existem mais por razões didáticas do que por diferenças reais no enfoque do T.R.I., cuja interpretação é praticamente idêntica em todos eles. No contexto desse trabalho será seguido o enfoque de Traubenberg, que distingue quatro tipos, que por sua vez se subdividem em mais três, totalizando sete tipos de T.R.I..

O tipo de ressonância extratensivo, ocorre devido a presença de maior quantidade de respostas C do que de respostas K. O tipo extratensivo pode ser puro ou misto dependendo da existência ou não de respostas K. O tipo puro corresponde a $0 K : y \sum C$, ou seja, não foram produzidas respostas K. Já o tipo misto corresponde a $x K : y \sum C$, sendo que o número de C deve ultrapassar pelo menos uma unidade o número de K.

O tipo de ressonância introversivo é aquele em que o número de K ultrapassa o somatório de C. É considerado puro quando corresponde à fórmula $x K : 0 \sum C$, com a inexistência de respostas de cor. Já o tipo introversivo misto corresponde a $x K : y \sum C$, desde que o número de respostas K ultrapasse pelo menos uma unidade do somatório de C.

O tipo ambigüal é aquele em que os dois componentes se manifestam em grau idêntico, mas de forma mais ampla, correspondendo à fórmula $x K : y \Sigma C$.

O tipo coartado é aquele em que nenhum dos componentes são manifestados no protocolo, sendo sua fórmula correspondente a $0 K : 0 \Sigma C$. Já o tipo coartativo compreende a manifestação semelhante dos dois componentes, mas de forma bastante discreta, sendo sua fórmula $1 K : 1 \Sigma C$ ou $1 K : 0,5 \Sigma C$, ou o contrário, $0,5 K : 1 \Sigma C$.

Tabela 5.4.1 – Distribuição por grupos do Tipo de Ressonância Íntima

T.R.I.	GC (%)	GM(%)
Coartado	9	7
Coartativo	7	4
Ambigüal	11	13
Extratensivo puro	22	20
Extratensivo misto	22	29
Introversivo puro	20	11
Introversivo misto	9	16

No estudo do tipo de ressonância íntima dos dois grupos analisados, observou-se que o GC apresentou maiores índices dos tipos extratensivo puro e extratensivo misto, ambos atingindo 22%, como pode ser visto na tabela 5.4.1. Apesar de o tipo introversivo puro atingir 20%, o que prevalece é o tipo extratensivo, uma vez que a soma dos tipos extrovertidos puros e mistos totalizam 44 %, suplantando a manifestação introversiva, a qual, somados os tipos puro e misto, atinge 29%.

O GM mostrou, igualmente, um predomínio do tipo extratensivo misto, com 29%, seguida do tipo extratensivo puro, com 20% do total. Da mesma forma, a soma dos tipos extratensivos prevalecem sobre as manifestações introversivas que, juntas, totalizam 27%.

Este resultado sugere que, em ambos os grupos, o tipo de vivência predominante é o extratensivo, tanto em sua manifestação pura ou mista. Este predomínio parece significar, de acordo com Traunbenberg (1970), que os dois grupos são dominados por cargas afetivas e/ou excitabilidade cuja utilização é freqüentemente inadequada, com aumento da labilidade e relaxamento das funções cognitivas e de controle; no entanto são mais sintônicos e espontâneos. A extratensividade não é em si patológica, mas sim a manifestação da maneira como o indivíduo expressa suas emoções e necessidades.

No GC, pelo fato da porcentagem dos tipos extratensivos ser idêntica, considera-se que parte de seus componentes que apresentam o tipo vivencial puro, se caracterizam pela impulsividade, sugestionabilidade e egocentrismo, sendo as necessidades afetivas manifestadas sem freio, o que incrementa a emotividade e a instabilidade. A outra parte que manifestam o tipo vivencial misto, tem essas características mais atenuadas devido à participação dos K, sendo menos extremistas e capazes de certa ponderação na expressão de suas necessidades.

O GM, por sua vez, demonstrou o predomínio do tipo extratensivo misto, o que indica que, apesar de possuir características como as apontadas acima em

relação ao tipo extratensivo, seus componentes apresentam um maior controle e adequação de sua impulsividade e egocentrismo, sendo capazes de maior reflexão e domínio de suas reações. Ainda que haja um número significativo do tipo extratensivo puro, o misto o suplanta e aponta para uma possibilidade de transformação em direção ao tipo misto.

Analisando o T.R.I. em suas manifestações nos dois grupos, infere-se, mais uma vez, que há uma semelhança na maneira como os indivíduos dos dois grupos vivenciam e reagem às diversas situações, apontando para estruturas internas comuns, o que pode indicar que a escolha da profissão policial militar pode ser influenciada por disposições internas resultantes do tipo de personalidade e de identidade, como afirma Grinberg (1978), cuja teoria sobre a introjeção de uma ideologia foi citada no capítulo sobre a identidade.

Parece interessante destacar que a escolha de uma profissão como a militar, cuja ideologia está relacionada com rigidez, hierarquia e autoridade em benefício da manutenção da ordem pública e da segurança, aparentemente entraria em conflito com o tipo vivencial extratensivo, que é regido por maior impulsividade e dificuldade no controle das ações, o que parece contrário à ordem e obediência exigidas. No entanto, por outro lado, justamente pelas características da profissão, que exige ações e reações imediatas, percebe-se que esta permite ao indivíduo extratensivo maiores possibilidades de extravasar seus conteúdos de impulsividade e egocentrismo, uma vez que é concedido ao militar uma sensação de poder onipotente devido a contingências como o porte de arma, sendo as reações

agressivas e violentas justificadas em função da manutenção da ordem pública, a certeza de estar encarnando a lei; todas elas legitimando, de certa maneira, atitudes e reações por vezes intempestivas e emocionalmente instáveis.

Entretanto, um dado curioso deve ser analisado com maior profundidade, em relação ao tipo de ressonância íntima prevalecente nos dois grupos. Revelou-se que, apesar do predomínio do tipo extratensivo tanto no GC quanto no GM, neste último sobressaiu-se o tipo extratensivo misto em relação ao puro, enquanto que no GC os dois tipos praticamente igualaram-se. Este dado pode apontar, como hipótese, que a formação e o serviço policial militar propicia ao indivíduo a possibilidade de desenvolver maior controle e manejo mais adequado sobre seus impulsos e reações, possibilitando maior estabilidade emocional e, conseqüentemente, melhor manejo de sua capacidade cognitiva. Tal hipótese não confirma a tese de Goffman (1961), vista no Capítulo III, de que as instituições formais manipulam e modificam a identidade dos indivíduos de forma negativa e danosa aos mesmos, mas, pelo contrário, pode também ensejar modificações positivas, sendo que, no caso, as sanções, normas, obrigações e deveres da profissão podem servir como “freio” sobre as manifestações impulsivas, ou sendo agente originário da capacidade de reflexão e ponderação, sintônicos de maior maturidade emocional.

Para Traubenberber (1970), as variações no tipo de ressonância íntima podem e efetivamente ocorrem devido ao seu caráter dinâmico e inconstante, sendo que situações de stress fisiológico ou psicológico e a própria evolução psíquica

podem influenciar o funcionamento psíquico, dilatando ou reduzindo o T.R.I. de acordo com o tipo de defesas mobilizadas pelo sujeito, o que significa que o tipo vivencial é profundamente afetado pelas experiências internas e externas vivenciadas pelo sujeito.

Além do T.R.I. analisado acima, existe uma fórmula complementar ou secundária, proposta por A. Ombredane e N. Canivet, que relaciona a soma das cinestésias menores (kan, kob e kp) com a soma ponderada das respostas de claro-escuro detalhado. Segundo Loosli-Usteri (1965), citando Klopfer, esta fórmula reúne as tendências introversivas e extratensivas não inteiramente aceitas ou utilizadas pelo sujeito, mas que aponta para a orientação vivencial do sujeito no momento atual de sua vida.

Tabela 5.4.2 – Fórmula complementar do T.R.I. e sua distribuição nos dois grupos

Fórmula secundária	GC (%)	GM (%)
Coartado	4	4
Coartativo	7	16
Ambigüal	11	11
Introversivo puro	33	13
Introversivo misto	38	36
Extratensivo puro	2	13
Extratensivo misto	5	7

Observando a tabela 5.4.2, que mostra a porcentagem referente a cada tipo vivencial da fórmula complementar, percebe-se que, em ambos os grupos, houve o predomínio do tipo introversivo, sendo que no GC prevaleceu o tipo introversivo misto, seguido do tipo introversivo puro, o que parece indicar que, no momento, há uma tendência a um maior controle na expressão afetiva, com maior

absorção na imaginação e em seu mundo interior, apesar de haver possibilidade de haver reações explosivas devido ao maior número de introversivos mistos. Já no GM houve a sobreposição do tipo introversivo misto sobre todos os outros, indicando uma tendência atual de preocupação consigo mesmos, capacidade de reflexão e de observação do objeto, porém com potencial para reações impulsivas.

Estes dados apontam para um conflito entre o T.R.I e sua fórmula complementar, uma vez que é esperado que as duas fórmulas apontem para o mesmo tipo vivencial. Segundo Canivet (Apud Loosli-Usteri, 1965) a inversão no tipo de ressonância íntima pode significar a desarmonia entre as tendências do sujeito, suas aspirações profundas mais ou menos conscientes e suas realizações, sendo que a fórmula complementar indica o sentido no qual o desenvolvimento psicológico tenderia se as barreiras defensivas fossem levantadas. No entanto, geralmente a fórmula complementar é menos dilatada do que o T.R.I., uma vez que grande parte dos afetos e das capacidades imaginativas encontram, na fase adulta, uma forma de liberação e expressão mais válidas, sendo atualizados de maneira mais adequada.

A tendência de inversão em direção a uma concentração introversiva, no caso da fórmula complementar, que é o caso dos dois grupos analisados, reflete a possibilidade de desenvolver um caráter mais reflexivo e imaginativo. O fato de não haver diferenças significativas entre os dois grupos na comparação das duas fórmulas, aponta para uma semelhança no modo de reação vivencial aos estímulos internos e externos, tanto no GC quanto no GM, podendo revelar que a formação e prática policial militar não modifica, por si só, a forma de expressão emocional do

indivíduo, sendo essas mudanças ensejadas por um contingente maior de influências que não se restringem à prática profissional, que vão desde o tipo de temperamento do sujeito, a forma como se inter-relaciona com os outros, suas vivências anteriores e a maneira pela qual desenvolveu seu sentimento de identidade .

Esses dados não coadunam, no caso, com a hipótese de Goffman (1961) de que a influência das normas impostas por uma instituição total, como a PMGO, modificariam a forma do indivíduo reagir diante dos estímulos externos e internos; pelo contrário, a partir desses dados parece mais provável a inferência de que o sentimento de identidade, que está relacionado com a forma como o indivíduo se coloca no mundo e como reage a ele, apesar de influenciado pelo tipo de experiências vivenciadas, não é de todo modificado pela experiência militar, sendo estas modificações mais sutis e determinadas pelo tipo de estrutura identitária que o indivíduo já possui anteriormente ao seu ingresso, além de apontar, mais uma vez, para uma estrutura interna comum entre os civis recém ingressos e os militares veteranos, que poderia ser mais uma confirmação de que a escolha da profissão militar deve ser induzida por um tipo de caráter comum.

5.5 – Os Conteúdos

Os conteúdos constituem o terceiro elemento básico que precisa ser levado em conta para a adequada avaliação de uma resposta, estando relacionado ao que o sujeito viu na mancha, sendo esta elaborada de tal forma que permite a

percepção de todo tipo de conteúdos, desde seres e objetos reais quanto da fantasia. Segundo Vaz (1997) os conteúdos são os elementos mais instáveis e que mais sofrem influência do meio cultural, dificultando, por esse fato, um estudo estatístico mais apurado sobre o significado de cada conteúdo.

Para Rorschach (1921), o conteúdo das interpretações apenas podem revelar certas tendências do inconsciente quando estudadas com outros elementos do protocolo, apesar de haver percebido a existência de uma força expressiva em certas interpretações que ele chamou de complexuais, as quais seriam capazes de fazer aflorar conteúdos inconscientes de grande carga emocional, muitas vezes acompanhados de sentimentos de desarmonia, desarticulação e debilidade, como no caso de conteúdos de anatomia, fogo, explosão, sangue e outros.

De acordo com Adrados (1973) as categorias de conteúdos variam de escola para escola, assim como de autor para autor, mas a maioria das respostas, por volta de 80%, podem ser agrupadas em animais, seres humanos e objetos. No caso deste trabalho, foi seguida a nomenclatura utilizada pela escola francesa, com algumas adaptações sugeridas por Petrelli. A tabela abaixo mostra a frequência e a porcentagem dos conteúdos em relação aos grupos analisados.

Tabela 5.5.1 – Distribuição dos conteúdos nos dois grupos amostrais

Conteúdos	GC		GM	
	Freq.	% (R=841)	Freq.	% (R=897)
∑ resposta H+ Hd	114	14	127	14
Humano inteiro – H	80	10	91	10
Humano parcial – Hd	34	4	36	4
Humano inteiro irreal - (H)	28	3	36	4
Humano parcial irreal -(Hd)	05	1	06	1
∑ resposta A+ Ad	404	48	400	45
Animal inteiro – A	335	40	331	37
Animal parcial – Ad	69	8	69	8
Animal inteiro irreal - (A)	15	2	31	4
Animal parcial irreal - (Ad)	03	0,4	01	0,1
Objetos – Obj.	61	7	42	5
Botânica – Bot.	49	6	54	6
Natureza – Nat.	42	5	45	5
Geografia – Geo.	09	1	13	1
Arte – Art.	08	1	12	1
Alimento – Alim.	05	1	08	1
Símbolo – Simb.	07	1	07	1
Sexual – Sex.	05	1	03	0,3
Arquitetura – Arq.	04	0,5	01	0,1
Água	02	0,2	02	0,2
Cena	03	0,3	01	0,1
Conteúdos Complexuais				
Anatomia – Anat.*	42	5	68	8
Máscara – Masc.	14	2	09	1
Explosão – Expl.	10	1	04	0,4
Fumaça	08	1	04	0,4
Nuvem – Nuv.	07	1	14	2
Fragmento – Frag.	06	1	04	0,4
Fogo – Fog.	05	1	04	0,4
Mancha – Manc.	04	0,5	08	1
Raio-X – Rx.*	01	0,1	16	2
Sangue – Sg.	01	0,1	07	1
Tinta	01	0,1	01	0,1

Teste z de proporção ($p < 0,05$)

*Diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($H_1: p_C < p_M$)

A análise das interpretações de conteúdo humano demonstrou que ambos os grupos produziram índices semelhantes na quantidade de respostas. O

conteúdo humano significa, geralmente, uma capacidade adequada de relacionamento interpessoal. Tanto o GC quanto o GM apresentaram 14% de respostas de conteúdo humano (H + Hd) em relação ao total de respostas, estando esse índice levemente rebaixado ao que é considerado normal num protocolo de pessoa adulta, que varia de 15 a 25% do total de respostas, de acordo com Traunbenberg (1970), Adrados (1973) e Vaz (1997), podendo indicar que a capacidade de contato com o outro existe, apesar de encontrar-se um pouco prejudicada, talvez devido a certa tendência a um contato mais seco e formal, pouco afetivo e objetivo.

Observa-se que a proporção entre H e Hd foi de praticamente 2 H para 1Hd, índice considerado normal por Traunbenberg (1970), podendo indicar que a capacidade de relacionamento, apesar de um pouco rebaixada, não apresenta ansiedade e/ou maiores dificuldades. Também o fato de que a maioria das percepções de seres humanos serem de humanos inteiros, em ambos os grupos, pode significar, de acordo com Vaz (1997), a capacidade preservada de perceber o outro em sua totalidade, tanto em seus aspectos positivos quanto negativos. Sendo a semelhança entre os dois grupos muito próxima infere-se que a formação e o exercício da profissão policial militar não interfere, pelo menos dentro dos limites deste trabalho, na maneira como o indivíduo estabelece relações com outros indivíduos.

A comparação entre as respostas H com as respostas de movimento humano (K), mostra uma proporção, de praticamente 2H para 1K segundas, sendo

114 respostas de conteúdo humano para 63 respostas de movimento humano, sendo que, apesar de ser esperado uma proporção mais equilibrada entre as duas categorias, somente a presença de K sinaliza para uma diminuição de ansiedade na busca dos contatos interpessoais, segundo Traunbenberg (1970). Uma análise mais profunda das modalidades relacionais presente nos dois grupos será realizada mais à frente, ainda nessa seção.

Observou-se que, em relação ao conteúdo humano irreal, sua produção encontra-se acentuada, sendo que no caso do GM, a quantidade de (H) é semelhante ao número de Hd, enquanto que no GC os números também se mostram bem próximos, podendo indicar uma tendência ao receio, cautela e controle nos relacionamentos interpessoais, de acordo com Vaz (1997).

Em relação ao conteúdo animal, houve, igualmente, uma semelhança entre os dois grupos quanto ao aspecto quantitativo. O GC produziu 48%, enquanto o GM produziu 45% de respostas A + Ad, sendo a proporção de 4 A para 1 Ad. Estes índices encontram-se aumentados, em certo grau, em relação ao índice considerado normal pela maioria dos autores que estabelecem uma proporção de 30 a 40% do total de respostas. Traunbenberg (1970), no entanto, afirma que esse índice pode variar de acordo com o nível cultural; enquanto que Vaz (1997) sugere que há um aumento desse índice em pessoas de nível cultural primário; e ainda para Adrados (1973), somente acima de 50% é que o índice se torna mais preocupante. O conteúdo animal está relacionado à estereotipia de pensamento, isto é, à capacidade de dispor de mecanismos mentais automatizados, que se desenvolvem

sem reflexão, e que são necessários em certa medida, em operações mentais que exigem agilidade.

Entretanto, esta acentuação nos dois grupos analisados apontam para uma tendência, ainda não totalmente manifestada, à estereotipia do pensamento, pouca flexibilidade e pequena capacidade de adaptação, assim como a uma diminuição da imaginação criadora e aumento da defensividade, ainda que para Loosli-Usteri (1965) esta acentuação signifique capacidade de pensamento rápido, porém pobre quanto ao seu conteúdo. Esses dados podem ser indicativos de que a escolha de uma profissão como a militar, que caracteriza-se por maior rigidez de normas e regras, pode ser regida, também, por uma atitude mais rígida e estereotipada, havendo a necessidade de um apego ao coletivo e ao conformismo no estabelecimento de metas.

Para melhor análise dos conteúdos humanos e animais é interessante a observação e discussão de suas modalidades relacionais, ou seja, a forma como o humano e o animal aparecem nos modos de ação e relação interativa, sendo os itens ordenados desde as interações até as ações isoladas, podendo ser classificados também em termos de ausência ou presença de agressividade. Essas modalidades relacionais foram baseadas em categorias elaboradas por Traubenbergl e Sanglade (1983), que criaram um crivo específico para análise dos conteúdos do Rorschach.

De acordo com a tabela 5.5.2, as modalidades relacionais distribuem-se da seguinte maneira¹:

Tabela 5.5.2 – Distribuição por sujeito dos dois grupos quanto às Modalidades Relacionais com/sem agressividade nos conteúdos humano e animal

Modalidades Relacionais	GC - H		GC - A		GM - H		GM - A	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sem agressividade								
Interação recíproca positiva	18	12	06	1	18	11	04	1
Interação ativa/passiva não agressiva	17	12	02	0	14	8	01	0
Interação ativa/passiva com dependência	01	1	0	0	1	1	02	1
Ação bilateral cooperativa	10	7	03	1	09	5	02	1
Ação simples	15	10	54	13	21	12	55	13
Ação bizarra	02	1	05	1	0	0	04	1
Ação espelhada	04	3	06	1	02	1	06	1
Ação disfórica	03	2	01	0	07	4	01	0
Ação lúdica	04	3	0	0	11	7	0	0
Ação coagida	16	11	02	0	12	7	04	1
Com agressividade								
Interação recíproca negativa	01	1	0	0	01	1	066	1
Interação ativa/passiva agressiva	01	1	03	1	0	0	03	1
Agressividade franca	0	0	08	2	01	1	10	2
Agressividade implícita*	02	1	25*	6	01	1	10*	2
Agressividade sofrida	01	1	03	1	02	1	06	1
Ação bilateral não cooperativa	01	1	0	0	0	0	0	0

Teste z de proporção ($p < 0,05$)

*Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

1- A percentagem referente às modalidades relacionais foi calculada baseada no número de respostas de conteúdo humano e animal, incluindo as categorias de humano e animal irrealis, sendo o $\Sigma H = 147$ e $\Sigma A = 422$, no GC, e o $\Sigma H = 169$ e $\Sigma A = 432$, no GM.

Na análise da Tabela 5.5.2 observa-se que predomina, nos dois grupos, o tipo de modalidade relacional não agressiva em relação às modalidades agressivas, tanto na categoria animal quanto humana, não havendo diferença significativa entre os grupos.

No GC prevalece, nos conteúdos humanos, a modalidade de interação recíproca positiva (12%), seguida da interação recíproca ativa/passiva não agressiva (12%), além da ação coagida (11%), que é aquela que supõe passividade, porém sem interação. Já no conteúdo animal, o tipo de ação simples (12%), sem interação, apresenta o maior percentual em relação ao número de respostas de conteúdo animal. O GM mostra, por sua vez, um maior percentual de respostas de ação simples (13%) e de interação recíproca positiva (11%), seguidas de interação ativa/passiva não agressiva (8%), em relação ao conteúdo humano. No tocante ao conteúdo animal, houve o predomínio da modalidade de ação simples (13%).

Estes resultados demonstram que há uma tendência, nos dois grupos a se identificar preferencialmente com modalidades de interação não agressivas e positivas, buscando um contato adequado com o outro, o que, de certa maneira contraria o estereótipo de agressividade e violência existente em relação aos policiais militares. O fato de não haver diferenças significativas entre os dois grupos assinala a hipótese de que a formação e o exercício da profissão policial militar não acarretam mudanças significativas na maneira como seus componentes tendem a se relacionar com as outras pessoas. Quanto ao número de respostas de ação simples,

pode ser interpretada como uma inclinação a atividades práticas e corriqueiras, porém dotadas de maior vitalidade.

A única diferença significativa ocorreu em relação às respostas de agressividade implícita no conteúdo animal, sendo que o GC produziu, significativamente, maior porcentagem desse tipo de respostas do que o GM. A agressividade implícita é aquela que expressa não uma ação, mas uma intenção, estando relacionada a um temor diante da execução de ações agressivas, sejam através do outro (teme ser agredido), seja de si próprio (teme agredir). O GC pode revelar, então, uma agressividade potencial, que é temida e, por isso, ainda não colocada em ação, o que se confirma pela baixa frequência de respostas de agressividade franca, que estão vinculadas a agressividade explícita e executada. Tais dados indicam que os sujeitos do GC apresentaram maior tendência à agressividade, ainda que implícita, do que os sujeitos do GM, o que, de certa maneira, indica hipoteticamente, que o serviço policial militar pode propiciar o desenvolvimento de certos mecanismos de controle em relação à agressividade.

A análise dos demais conteúdos, produzidos pelos dois grupos observados, demonstrou que poucos tipos de conteúdos se destacaram em termos de quantidade, sendo eles as categorias de objeto, botânica, natureza e anatomia. O conteúdo objeto fez um total de 7% no GC, e de 5% no GM, estando dentro da porcentagem normal, segundo Adrados (1973), não havendo diferença estatística entre eles. Os conteúdos de botânica (6%) e natureza (5%) atingiram índices idênticos nos dois grupos, assinalando para uma semelhança existente nos dois

grupos em relação à estrutura e dinâmica do funcionamento intelectual e da capacidade de socialização, assim como em relação ao modo de percepção e expressão dos indivíduos, indicando que, o simbolismo presente nos conteúdos é bastante próximo nos dois grupos, sendo que a formação e o exercício da profissão militar não interfere nesses aspectos.

Quanto ao conteúdo anatômico, houve a constatação de uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos, uma vez que o GM produziu maior quantidade deste tipo de conteúdo do que o GC, ainda que os índices produzidos estejam dentro do coeficiente considerado normal por Adrados (1973), entretanto, podendo apontar uma pequena tendência, no primeiro grupo, a um “complexo de inteligência” que acomete indivíduos que se sentem inferiorizados intelectualmente e que desejam apresentar uma performance superior, como compensação. Essa diferença pode ser indício de uma preocupação existente entre os militares veteranos quanto a seu desempenho intelectual, principalmente entre os que possuem baixo nível escolar e cultural, que se agrava com a dificuldade de continuação dos estudos após o ingresso na PMGO, situação com a qual os recém ingressos ainda não se depararam.

Os demais conteúdos obtiveram índices muito baixos, em torno de 1% em relação ao número de respostas, não se mostrando, por esse motivo, significantes para o estudo em questão. Apenas sendo exceção, a título de informação, o conteúdo radiografia (Rx), que apesar de ser produzido em número muito reduzido, foi significativamente maior no GM, parecendo indicar uma pequena tendência,

nesse grupo, à ansiedade e tensão situacionais mais elevadas do que no GC. Esta tendência é confirmada através dos resultados averiguados através do somatório das respostas Hd + Anat + sexo + sangue, multiplicado por 100 e dividido pelo número de respostas, que é um indicador de angústia e ansiedade quando ultrapassa 12%. O GC atingiu 10%, enquanto que o GM alcançou 16%, demonstrando a presença de maior grau angústia e ansiedade que, hipoteticamente, podem ser conseqüência do exercício da profissão policial militar, que confronta o indivíduo com situações de maior pressão e tensão, estando este em eminência de perigo constante e alerta total, propiciando o aumento de reações defensivas de angústia e ansiedade, talvez constituindo um dos fatores de mudança após o ingresso no serviço militar.

Em relação aos conteúdos banais, a análise será feita mediante o estudo do Índice de Realidade – IR, criado por Neiger (APUD, Bohm, 1962), que é obtido a partir do somatório das banais universais contidas nas pranchas III (os dois seres humanos), V (animal alado), VIII (animal quadrúpede) e X (animais ou insetos em D), sendo a soma destas respostas ponderadas da seguinte maneira: vale 2 pontos quando dadas na 1º resposta, 1 ponto na 2º resposta, e 0,5 ponto na 3º resposta, sendo o valor somado multiplicado por 100 e dividido por 8, que corresponde ao número total de pontos possíveis se todas as banais universais forem produzidas na 1º resposta. O índice de realidade está relacionado com a capacidade de adaptação intelectual ao senso comum, ou seja, ao coletivo, à realidade objetiva. Espera-se que atinja o mínimo de 80%, sendo que quanto mais baixo for o índice, mais distante

o indivíduo encontra-se da realidade social compartilhada, o que pode significar um afastamento patológico do senso comum vigente.

No caso dos grupos analisados, tanto o GC quanto o GM alcançaram porcentagens bastante próximas no IR, 64 e 67%, respectivamente, indicando um certo rebaixamento na capacidade de percepção da realidade comum, que apesar de não ser patológico, pode significar um certo distanciamento da realidade objetiva compartilhada pela sociedade. Como ocorre nos dois grupos, esse resultado pode estar de acordo com o que Goffman (1961) sugere acerca do afastamento em relação à cultura social que ocorre no indivíduo que busca voluntariamente o ingresso em uma instituição total, antes mesmo de passar a pertencer a ela, o que seria o caso dos civis que buscam a carreira militar. Estes já apresentariam antes de seu ingresso, uma ideologia comum aos militares institucionalizados, que é resultado de uma estrutura de identidade forjada anteriormente ao ingresso na PMGO.

5.6 – Os Fenômenos Especiais

Os fenômenos especiais estão relacionados a aspectos qualitativos do teste de Rorschach, referindo-se a reações emocionais que abrangem diversas categorias, cada uma com um significado próprio. São variáveis de acordo com a cultura e o momento vivenciado pelo indivíduo. A tabela 5.6.1. apresenta os fenômenos especiais constantes nos protocolos dos dois grupos analisados.

Tabela 5.6.1 – Distribuição de freqüência dos fenômenos especiais entre os sujeitos dos grupos GC e GM

Fenômeno Especial	GC - (N=45)		GM - (N=45)	
	Freq.	%	Freq.	%
Crítica ao objeto	25	56	28	62
Estereotipia	24	53	27	60
Perseveração	17	38	17	38
Auto-referência	18	40	19	42
Idéia de referência	23	51	18	40
Desvitalização*	11	25	18	40
Deterioração	07	16	10	22
Choque	12	27	14	31
Choque de latência	23	51	17	38
Reflexo	14	31	12	27
Simetria	10	22	05	11
Disforia	18	40	15	33
Agressividade**	26	58	14	31
Choque ao vazio***	13	29	05	11
Choque cromático	03	7	05	11
Terminação inho	06	13	04	9
Rejeição	04	9	04	9
Negação	02	4	02	4
Ambivalência	03	7	06	13
Viscosidade	03	7	03	7
Confabulação	01	2	04	9
Contaminação	03	7	02	4
Choque ao vermelho	01	2	03	7
Conteúdo persecutório	05	11	01	2
Concretização ativa	01	2	02	4
Consciência ato inter.****	07	16	01	2
Descrição	0	0	01	2
Comentário de ligação	02	4	0	0
Cor forçada	01	2	0	0

Teste z de proporção ($p < 0,05$)

*Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c < p_m$)

** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

*** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

**** Diferença estatisticamente entre os grupos ($H_1: p_c > p_m$)

A observação da tabela 5.6.1 demonstra que os sujeitos dos grupos analisados apresentaram um número considerável de fenômenos especiais, dos

quais serão discutidos aqueles que tiveram maior incidência nos dois grupos, assim como aqueles fenômenos que apresentaram diferenças significativas entre os grupos.

O fenômeno crítica ao objeto foi detectado em 56% dos sujeitos do GC, e em 62% dos sujeitos do GM, desvelando uma preocupação e defesas de aspecto paranóide, segundo Vaz (1998). Para Bohm (1962) e Loosli-Usteri (1965) é sinal de insegurança frente ao seu próprio desempenho, o que causa angústia e bloqueio da imaginação. Como não há diferença significativa entre os grupos, parece que há uma tendência, dos indivíduos que buscam a carreira militar, a serem mais preocupados em relação ao seu desempenho, mascarando tal sentimento por meio de depreciação da situação externa, como meio de dissipar a angústia.

A estereotipia e a perseveração, esta última em menor escala, também foram fenômenos de grande incidência nos sujeitos dos dois grupos, sendo que a primeira foi produzida por 53% dos sujeitos do GC e 60% do GM, enquanto que a segunda atingiu 38% dos sujeitos dos dois grupos. Estes fatores combinados podem significar que a maioria dos sujeitos dos dois grupos apresentam tendência a um pensamento automatizado, com pouca flexibilidade e pequena capacidade de adaptação. Pode-se inferir que, por ter um pensamento estereotipado e rígido, estes sujeitos buscam a polícia militar justamente por ser um local rígido e estereotipado também, o que tem a ver com o que Grinberg (1978) expõe sobre a escolha das profissões como sendo consequência de um processo de identificação a uma ideologia, a qual já correspondem aspectos da identidade do sujeito. Nesse sentido

não se detecta diferenças entre os dois grupos, o que pode demonstrar que a ideologia militar reforça os comportamentos estereotipados, não os aumentando, mas conservando-os.

Em relação às respostas de auto – referência, ou de referência ao eu, Bohm (1962) afirma que elas consistem, na sua forma mais comum, em projeções da própria pessoa na interpretação, podendo também aparecer como um comentário intercalado sem motivo. De uma forma mais elaborada, as respostas de auto-referência consistem em referências a experiências ou conhecimentos próprios. Exner (1994) salienta que as respostas de auto-referência normalmente utilizam pronomes pessoais, e que são mais comuns dentro da justificativa ou clareamento da resposta, ou seja, no inquérito.

Segundo Rorschach (1929), as respostas de auto referência parecem ser mais comuns em esquizofrênicos, ainda que não tenha aprofundado suficientemente nesse aspecto. De acordo com pesquisas realizadas por Bohm (1962), as auto-referências são mais freqüentes em protocolos de esquizofrênicos e epiléticos, e mais raramente nos orgânicos e imbecis. Também não são de todo raras nos neuróticos egocêntricos, em esquizóides e esquizotímicos, tendo, em geral, um caráter de egocentrismo infantil. Portanto, em termos estatísticos, as respostas de auto-referência se aproximam mais da patologia do que da normalidade.

Na medida em que as auto-referências não ocorrem com tanta freqüência, chamou a atenção a quantidade de tais respostas nos protocolos dos policiais

militares, tanto dos recém ingressos, quanto dos veteranos. Estatisticamente, aquelas apareceram na seguinte proporção:

- Dos 45 protocolos aplicados nos policiais recém admitidos (GC), 18 apresentaram pelo menos uma resposta de auto-referência, o que significa 40% dos protocolos do grupo GC;
- Dos 45 protocolos aplicados em policiais militares veteranos (GM), 19 apresentaram pelo menos uma resposta de auto-referência, que corresponde a 42% dos protocolos do grupo GM.

A partir de tais dados objetivos, observa-se que a ocorrência de respostas de auto-referência nos policiais militares é estatisticamente muito alta, pois quase alcança a metade do total dos protocolos, o que sinaliza para a hipótese da ocorrência de algum tipo de fenômeno vivenciado dentro da PMGO, que acarreta o aumento de tais respostas.

Como hipótese, infere-se que o aumento das respostas de auto-referência assinalam para um tipo especial de defesa que os policiais militares utilizam contra a manipulação de sua identidade pelo sistema militar. Haveria uma necessidade por parte do militar de se tornar mais egocêntrico e se apegar aos seus valores, conhecimentos e vivências como forma de manter o conceito de si mesmo, isto é, como forma de manter seu sentido de identidade.

Fazendo um paralelo com o que foi exposto na análise das instituições totais e dos processos que podem ocorrer na manipulação da identidade de seus membros, parece evidente que, também na PMGO, o processo de formação do militar inclui, além da aprendizagem de técnicas específicas à função policial militar, o propósito de inculcar no indivíduo o sistema de regras e valores da instituição, de forma que ele o introjete e o siga sem questionamentos, introjetando a filosofia policial militar e a reproduza de forma padronizada e até mesmo mecânica.

Tal processo pode se tornar bastante desgastante para o indivíduo na medida em que exige profundas mudanças em sua maneira de agir e conceber o mundo, e concomitantemente provoca mudanças em sua identidade, que passa a incorporar um novo papel que absorve a maior parte de seu tempo, acarretando igualmente transformações em sua vida civil. A pressão e o desgaste sofridos durante os cursos de formação podem continuar a atormentar o militar pelo resto de sua carreira, ou até mesmo se acentuar no decorrer de décadas de serviço, o que significa que há a necessidade, por parte do policial, de lançar mão de mecanismos de defesa que o auxiliem na tarefa de conciliar sua identidade pessoal (que envolve valores, necessidades e desejos individuais) com a identidade social (valores, papéis e demandas que os outros lhe atribuem). Por meio do apego a experiências, vivências e conhecimentos anteriores ao seu ingresso na PMGO, se manteriam intactos aspectos importantes de sua identidade pessoal, de forma a não sofrer, de forma tão intensificada, as transformações inculcadas pelo papel de militar.

Revelou-se que em relação às respostas de auto-referência, não há diferenças significativas entre o GC e o GM, o que indica que a formação e o serviço policial militar não influi, de maneira sistemática, nas modalidades de defesa que o indivíduo utiliza, ao longo de sua carreira militar, contra a manipulação de sua identidade. Este fato parece indicar, como hipótese, que os policiais militares recebem uma carga de pressão no sentido de adequar-se às normas da PMGO não somente no período de formação, mas também durante toda a sua carreira militar, havendo, inclusive, um sutil aumento no número de policiais que utilizam defesas contra a perda de sua identidade individual.

Sugere-se, a título de inferência, que as respostas de auto-referência em protocolos de policiais militares não se inserem como indicadores de processos patológicos, como demonstram os trabalhos dos teóricos do teste de Rorschach. No contexto específico desse trabalho, a alta proporção de auto-referências parecem indicar tentativas, muitas vezes bem sucedidas, de defender seu próprio eu da influência esmagadora do processo de alienação do eu colocado em prática nas instituições militares, e assim evitar uma total manipulação de sua identidade.

O número igualmente elevado do fenômeno de idéias de referência nos dois grupos, 51% no GC e 40% no GM, apenas corroboram os resultados e a discussão anterior sobre a auto-referência, indicando a presença de mecanismos de defesa ante a manipulação da identidade por um sistema de valores externo, sendo necessário o apego, por parte dos sujeitos dos dois grupos, a coisas identificadas com sua cultura precedente.

Foram observadas diferenças significativas entre os dois grupos em relação aos fenômenos de desvitalização, agressividade, choque ao vazio e consciência do ato interpretativo.

Quanto ao fenômeno de desvitalização, constatou-se que o GM apresentou um índice de 40%, significativamente superior do que o índice do GC, que foi de 25%. Esse dado indica uma possível perda de vitalidade por parte dos militares institucionalizados, o que pode significar um rebaixamento de energia vital, devido a medo de entrar em contato vivo e espontâneo com o outro, segundo Loosli-Usteri (1965), funcionando como um mecanismo de defesa ante sentimentos de vazio e desolação internos, ligados a repressões afetivas. Infere-se que, em relação a esse fator, ocorre uma modificação após o ingresso na PMGO, sendo que o tipo de serviço estressante, que coloca o indivíduo em contato constante com situações de violência, pressão e tensão, pode ser causador de angústia, o que, por sua vez impele a um certo amortecimento afetivo em relação ao outro.

Em relação ao fenômeno especial de agressividade, este foi produzido por 58% dos sujeitos do GC, e por 31% dos sujeitos do GM, havendo uma diferença significativa entre os dois grupos. Este resultado significa que os sujeitos recém ingressos apresentam maior nível de agressividade do que os policiais veteranos, o que contraria o estereótipo bastante difundido de que a Polícia Militar gera um aumento de comportamentos e ações agressivas, parecendo, pelo contrário, que esta instituição oferece aos indivíduos que nela ingressam, mecanismos de controle sobre a agressividade.

Estes dados estão de acordo com o resultado obtido a partir da análise das modalidades relacionais, que mostrou igualmente a presença de conteúdos agressivos em maior número nos sujeitos do GC. Supõe-se que os indivíduos que buscam a carreira militar possuem maior grau de agressividade, e por isso mesmo recorrem ao militarismo como forma de legitimar o uso de tal agressividade, uma vez que há uma idéia disseminada de que o militar tem o poder e o direito de utilizar de violência em nome da manutenção da ordem. No entanto, os dados demonstram que não há um aumento da agressividade, pelo menos naqueles que não a possuem em alto nível antes de seu ingresso, e sim uma diminuição, indicando que as normas e regras rígidas existentes na corporação militar funcionam de maneira repressiva frente à agressividade, ainda que esta repressão não atinja aqueles indivíduos que possuam um alto grau de agressividade interna, que é anterior ao ingresso no militarismo.

O choque ao vazio foi produzido significativamente em maior escala pelos sujeitos do GC, indicando que civis recém ingressos possuem menor capacidade de elaboração de perdas afetivas e maior sentimento de abandono do que os militares veteranos, assinalando uma certa imaturidade emocional que, de certa maneira, pode estar vinculada ao fato de que os sujeitos do GC são mais jovens, estando abaixo de 22 anos em sua grande maioria (84%), ao contrário dos militares, cuja maioria tem mais de 26 anos (78%), sendo que a experiência de vida influencia no desenvolvimento de reações emocionais mais adequadas. Da mesma forma, pode ocorrer que a vivência de situações de tensão e de perda, seja física ou emocional, que são constantes na vida militar devido a suas características intrínsecas,

acarretam o desenvolvimento de reações mais adequadas e maior capacidade de elaboração destas perdas, possibilitando um processo de maturação emocional do policial militar.

O fenômeno de consciência do ato interpretativo obteve um índice pequeno em relação ao número de sujeitos, entretanto apresentou diferenças significativas entre os grupos, sendo que o GC apresentou uma porcentagem bem maior em relação ao GM, indicando que os civis recém ingressos apresentam uma consciência exagerada em relação ao seu desempenho, racionalizando suas respostas numa tentativa de justificá-las, o que é sinal de uma defensividade do tipo paranóide diante do que é considerado uma ameaça, no caso, o teste em si. Pode significar também uma tentativa de camuflar respostas que, de alguma maneira sentem como prejudiciais à imagem que gostariam de passar. Este mecanismo de defesa pode ter sido ativado pelo fato de que haverem sido submetidos ao teste quando já haviam iniciado o curso de formação, apesar de estarem ainda na primeira semana de curso, estando eles expostos a uma situação nova, e portanto ameaçadora, quando não sabiam ainda o que esperavam deles, o que pode ter gerado ansiedade situacional no teste.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e discussão dos resultados, obtidos à partir dos dados colhidos e processados por meio do Psicodiagnóstico de Rorschach, permitem a observação de algumas considerações pertinentes às expectativas existentes.

Como foi explicitado na metodologia, não havia uma hipótese de trabalho, uma vez que foi seguido o método fenomenológico, que se fundamenta na observação e análise dos eventos ocorridos. Entretanto havia uma expectativa em relação às modificações que porventura ocorreriam na identidade dos policiais militares já institucionalizados, uma vez que há uma há uma idéia generalizada, em termos de senso comum, de que o serviço policial militar propicia o desenvolvimento de reações agressivas e violentas, com conseqüente diminuição da capacidade de controle sobre os impulsos.

De acordo com a teoria de formação e desenvolvimento da identidade, apresentada no Capítulo II, esta instância sofre modificações ao longo de toda a existência do indivíduo, mediante a vivência de novas experiências individuais e

sociais, sejam afetivas, intelectuais ou culturais, que determinam o processo de identificação. Assim, espera-se que a identidade dos policiais militares sofram modificações a partir de sua experiência militar, uma vez que vários autores concordam com o fato de que o aspecto profissional é um dos fatores de maior influência na identidade do indivíduo, lhe conferindo um papel social que o marca em várias situações de sua vida e não somente no aspecto profissional.

Deste modo, o objetivo desta dissertação não era descobrir se haveria diferenças entre os dois grupos examinados, uma vez que este fenômeno já era esperado, mas sim investigar quais as diferenças fundamentais que porventura existiriam entre os civis recém ingressos na PMGO e os militares veteranos da citada instituição.

Em primeiro lugar, verificou-se que as transformações na identidade de indivíduos que buscam a carreira militar, após seu ingresso e formação, são menos expressivas, do ponto de vista quantitativo, do que se poderia supor. As diferenças significativas ocorreram fundamentalmente em termos qualitativos, e em poucos fenômenos analisados.

Em segundo lugar, observou-se que as transformações ocorridas não foram somente de caráter negativo, como seria de se esperar de acordo com a teoria desenvolvida por Goffman, no Capítulo III, sobre as manipulações exercidas na identidade dos sujeitos pertencentes a instituições totais. Pelo contrário, também ocorreram transformações positivas, contrariando o estereótipo existente de que o

ingresso em uma instituição fechada como a PMGO acarreta o aumento de comportamentos indesejáveis.

Em termos objetivos, as primeiras diferenças encontradas se relacionaram com o fato de que os policiais militares apresentaram uma maior degradação dos processos perceptivos e imaginativos, devido a uma maior porcentagem de respostas de baixa qualidade (R-), de 20%, em relação aos civis recém ingressos, que tiveram a porcentagem de 15% de R-. Apesar de parecer pequena, a diferença foi significativa, apontando para uma possível influência negativa dos tipos de experiências vivenciados pelos militares no exercício de sua profissão, sobre a forma como organizam e expressam suas percepções.

Do mesmo modo, os sujeitos do GM demonstraram por meio da análise das respostas de grande detalhe – D, que há um rebaixamento de sua capacidade de percepção da realidade objetiva e de sua inteligência prática em comparação ao GC, sendo que o GM apresentou maior número de respostas D-+ e D-, enquanto que o GC produziu maior quantidade de respostas D+-. Estes dados parecem indicar que pode ocorrer uma modificação na maneira como o policial militar percebe o mundo ao seu redor, influenciada, hipoteticamente, pela absorção de uma visão limitada da realidade que é oferecida pela instituição.

Uma conclusão importante é a que se refere ao fato de que há uma tendência, nos indivíduos dos dois grupos, a apresentarem um número acentuado de respostas globais – G em relação à média considerada normal. Este resultado

confirma o estereótipo disseminado de que o militar possui uma identidade autoritária, egocêntrica e onipotente. Entretanto, por não haver diferenças significativas entre os dois grupos, conclui-se que tais aspectos não são acentuados após o ingresso em uma instituição militar, como a PMGO, o que indica a existência de uma base identitária comum entre os indivíduos que buscam a carreira militar em relação aos aspectos descritos acima. Deste modo, o autoritarismo que é creditado à instituição parece ser, na verdade, reflexo de um traço de personalidade que é comum à maioria de seus componentes, que no conjunto, passa a ser característica da profissão e, que por isso mesmo, atrai candidatos que o possuem, gerando um círculo vicioso.

Os resultados analisados também permitem confirmar, nos limites do presente trabalho, que a profissão policial militar atrai pessoas que apresentam tendência a maior controle e repressão dos afetos e emoções, com certo prejuízo da espontaneidade, o que foi visto em relação ao número de respostas F%, que estão aumentadas em relação à média nos dois grupos. Este resultado é confirmado mediante o exame das respostas de cinestesia humana – K, cujo rebaixamento, nos dois grupos, indica diminuição da capacidade criadora e conseqüente aumento da inteligência reprodutiva, sinais de maior rigidez no uso dos recursos intelectuais e de maior disponibilidade em aceitar e obedecer normas externas.

Portanto, conclui-se que os indivíduos que buscam o militarismo apresentam uma expressão mais racional e objetiva, inclinando-se para uma certa rigidez e repressão da afetividade, ainda que esta não esteja de todo embotada. A

semelhança entre os dois grupos permite a ponderação de que não é a carreira militar que desenvolve o comportamento racional e rígido, com maior pobreza de afetos, mas, ao contrário, os indivíduos que a buscam já possuem estes traços anteriormente a seu ingresso.

Entretanto, apesar das semelhanças em relação ao número de F, analisando a qualidade destas respostas, observa-se que há um aumento das respostas F-+ no GM, enquanto que no GC ocorre um aumento das respostas F+-, o que permite a comprovação de que os militares veteranos apresentam maior tendência a iniciarem um processo de degradação de sua capacidade de controle intelectual, ainda que o F-+ esteja presente em apenas 12% das respostas F. Porém, este resultado chama a atenção para a hipótese de que a profissão policial militar, que é entremeada por situações de tensão e stress, facilite a diminuição de um controle intelectual positivo, que acaba por ser influenciado por perturbações afetivas-emocionais, geradas no exercício da profissão.

Não obstante, ainda que haja o predomínio de um controle racional mais rígido, constatou-se a presença de respostas de cor cromática, ainda que em um percentual não tão expressivo, de 12% nos dois grupos, assegurando um mínimo de manifestações afetivas. Todavia, devido à presença de um índice de CF + C maior do que as respostas FC, nos dois grupos, conclui-se que ambos apresentaram dificuldades de reação adequada aos relacionamentos interpessoais, com tendência à mobilização afetiva precipitada e impulsiva. Tal dificuldade é mediada pelo fato de

que as respostas CF foram produzidas em maior número, revelando a existência de um controle, ainda que precário, dos impulsos emocionais.

Como não há diferenças significativas entre os grupos em relação a esse fator, e devido à predominância do tipo de ressonância extratensivo em ambos, conclui-se que os indivíduos que ingressam na PMGO inclinam-se à reações afetivas descontroladas, irritabilidade e excitabilidade, sendo que, nesse aspecto, a experiência militar não influencia nem aumentando, nem contribuindo para a diminuição de tais fatores, o que significa que, no âmbito desta pesquisa, o militarismo não contribui para o aumento e/ou desequilíbrio das reações emocionais. Entretanto, o GM apresenta maior número de extratensivos mistos, enquanto o GC mostra igualdade entre o número de extratensivos puros e mistos, evidenciando o fato de que os policiais militares podem vir a desenvolver maior controle e manejo mais adequado sobre seus impulsos, assim como maior controle emocional, conseqüência, talvez, de um esquema de normas rígido que regula as suas ações.

Deduz-se que a escolha da profissão militar pode basear-se, então, na oportunidade de atuar extravasando os conteúdos de impulsividade, através do exercício de uma função que torna possível ações e reações imediatas em nome da manutenção da ordem, e que permite ao indivíduo identificar-se com o papel de herói, sendo seus atos, mesmo os mais violentos, justificados pelo exercício de um poder que lhe é dado. Contudo, pela existência de sanções que regulam o abuso de tais comportamentos, há a possibilidade de aprendizagem de mecanismos de controle da impulsividade mais adequados após o ingresso na PMGO.

Os resultados analisados referentes ao movimento inanimado – Kob, também permitem a conclusão de que os civis recém ingressos apresentam maiores conflitos internos, com maior dificuldade de elaborá-los do que os militares, uma vez que os primeiros apresentam maior porcentagem desse tipo de respostas. Tais conflitos podem ser reflexo de uma luta interna entre a identidade anteriormente constituída e a identidade oferecida pelo novo papel social, sendo que estes conflitos podem ter sido aumentados devido ao ingresso recente em uma instituição ainda desconhecida que, de certa maneira produz exigências em relação ao jeito de agir e ser, o que causa ansiedade mesmo naqueles indivíduos nos quais a escolha tenha sido voluntária.

No entanto, este conflito tende a diminuir à medida que o militar se adapta e se identifica com o regime militar, como pode ser inferido através da menor produção de Kob nesse grupo. Pelo fato de que a proporção de FKob ser menor do que a soma dos KobF + Kob, nos dois grupos, pode-se deduzir que aqueles que apresentam tal conflito ao adentrar na PMGO, tendem a perpetuá-lo, tendo dificuldades de desenvolver recursos internos suficientes para resolvê-lo.

As conclusões descritas no parágrafo acima, encontram consonância com os dados obtidos em relação às respostas de cores acromáticas que, nos dois grupos examinados, mostraram a prevalência das (C)F em comparação com as F(C). Este resultado demonstra que há uma tendência à imaturidade e ansiedade no manejo das necessidades afetivas, o que contribui para a dificuldade de controle das reações emocionais. Considera-se, por estes resultados, que a profissão policial

militar não interfere na maneira como os indivíduos reagem emocionalmente às situações em geral.

Uma constatação importante é que os indivíduos do GM demonstraram um aumento da angústia e um enfraquecimento dos mecanismos de controle da mesma, o que ficou evidente a partir dos resultados das respostas Clob, vinculadas a formas de má qualidade; do índice de angústia, que foi maior do que 12% no grupo dos militares; e da presença de maior proporção de respostas desvitalizadas . Infere-se que a profissão policial militar influencia no aumento do sentimento de angústia e disforia, além de rebaixamento de energia vital, com concomitante perda de eficácia no controle das mesmas, possivelmente devido às situações de pressão e tensão vivenciadas no cotidiano, tanto em relação ao serviço policial, por si só violento e estressante, quanto à necessidade de se adequar às regras do sistema militar, como a obediência à hierarquia, às escalas de trabalho e às normas de conduta.

Outro resultado interessante e inesperado é o predomínio da modalidade relacional não agressiva nos dois grupos analisados, indicando que, apesar da existência de certo embotamento na expressão da afetividade, os indivíduos pertencentes aos dois grupos demonstram um interesse genuíno no estabelecimento de contato com o outro, priorizando uma interação recíproca positiva. Conclui-se, por meio destes dados, que o policial militar mantém, após seu ingresso na carreira militar, uma capacidade de empatia e de identificação com o

outro, não sofrendo influências do tipo de serviço que exerce, pelo menos nos limites da presente pesquisa.

Uma constatação relevante surgiu em relação ao fator agressividade, cuja ocorrência foi proporcionalmente mais alta no grupo dos civis recém ingressos, o que contraria a expectativa de que a carreira militar incrementa as ações e reações agressivas. Tanto na análise das modalidades relacionais agressivas, quanto no exame do fenômeno especial de agressividade, os indivíduos do GC demonstraram maior expressão de conteúdos agressivos, manifestos ou implícitos, do que os sujeitos do GM. Estes resultados permitem concluir que a formação e o exercício da carreira militar não enseja o aparecimento de reações agressivas e violentas, ao contrário, infere-se que contribuem para o desenvolvimento de mecanismos de controle destas reações, possivelmente devido às rígidas sanções e regras que permeiam a vida militar. Deduz-se que os policiais militares que apresentam comportamento agressivos e descontrole emocional, já apresentavam tais características anteriormente ao seu ingresso no militarismo, podendo ocorrer que sua escolha profissional tenha sido determinada pela possibilidade de descarga da agressividade por meio da atividade policial militar.

De acordo com os resultados obtidos em relação aos fenômenos de auto-referência e idéias de referência, é possível concluir que existe a utilização de mecanismos de defesa, por parte dos militares e civis recém ingressos, contra a manipulação de sua identidade pelo sistema militar e como forma de evitar um conflito, que pode se tornar prejudicial, entre sua identidade anterior e a identidade

incutida pelo serviço militar. Assim, demonstram a necessidade de se apegar a seus valores, experiências e cultura anteriores, como forma de manter seu auto-conceito, isto é, sua identidade, buscando um equilíbrio entre o papel profissional e os outros papéis que exerce fora da instituição.

Conclui-se, de maneira geral, que a escolha da profissão policial militar obedece a uma ideologia que o indivíduo já possui anteriormente a seu ingresso, por meio da qual ele se identifica com determinadas características da instituição, a qual, por sua vez, garante ao indivíduo a manutenção de um sentimento de identidade ao lhe propor um plano de vida com vínculos sociais e temporais, assegurados pela pertença a um grupo que tem continuidade no futuro. Contudo, é necessário ao indivíduo buscar diferenciar-se de alguma maneira, de forma a manter um sentimento de identidade pessoal, ainda que compartilhe a ideologia do grupo social.

Em síntese, as transformações que ocorrem na identidade dos indivíduos, que ingressam em uma instituição militar, são mais positivas do que era esperado, apesar de ocorrerem mudanças negativas também, estas últimas não se mostram tão prejudiciais, além de ficarem circunscritas a certos aspectos menos generalizados. Deduz-se que muitos dos comportamentos inadequados de agressividade e violência, apresentados por policiais militares, podem ser regidos por características internas, manifestas ou não, já existentes antes do seu ingresso, o que, de certa maneira, contraria as idéias defendidas por Goffman no Capítulo III, sobre as manipulações negativas que o sistema de valores de uma instituição total pode causar a seus componentes. De forma geral, as conclusões apresentadas

apontam para um outro aspecto do serviço policial militar que é ignorado, que refere-se ao seu caráter educativo e potencializador de comportamentos mais maduros e controlados.

A dimensão de tais conclusões, algumas delas bastante surpreendentes, requer a sugestão de algumas intervenções práticas, que possibilitem uma melhoria na prestação do serviço policial militar, através de medidas de caráter psicoprofiláticos, a saber:

- Promover medidas preventivas de comportamentos indesejados por meio de melhor planejamento dos processos de seleção, tornando a avaliação psicológica mais eficaz, o que seria possível mediante o estabelecimento de seu caráter eliminatório e do desenvolvimento de técnicas mais apuradas para determinar e selecionar o perfil psicológico mais adequado ao serviço militar;
- Incrementar os serviços de apoio psicológico, social e comunitário aos policiais militares, de forma a propiciar o desenvolvimento mais pleno de suas potencialidades, sejam elas emocionais, sociais e profissionais;
- Desenvolver um programa de valorização do policial militar, através de eventos que incitem no mesmo o sentimento de importância de seu

papel profissional na sociedade, impelindo-o a uma melhor prestação de serviço.

Os resultados, de forma geral, em muito contribuíram para uma percepção mais globalizante dos processos envolvidos no exercício da profissão militar, cuja análise se torna fundamental devido à sua repercussão na sociedade como um todo, que depende diretamente da atuação do militar para ter assegurada a manutenção de sua segurança.

Observa-se que, para buscar a confirmação dos resultados obtidos na presente dissertação, torna-se necessário a continuidade da pesquisa, aumentando o universo amostral; assim como a inserção de um grupo de controle, representado por sujeitos oriundos da vida civil, sem contato e nem desejo de pertencer a qualquer instituição militar, a fim de comparar os dados produzidos por este grupo em relação aos dois grupos já existentes, como maneira de confirmar a hipótese de que os indivíduos que escolhem o militarismo já possuem uma estruturação interna semelhante à dos militares veteranos.

Da mesma forma, sabendo que os resultados e conclusões obtidos em qualquer pesquisa não devem ser tomados como verdade absoluta e final, há o desejo de retomar a pesquisa inicial, utilizando o procedimento de teste-reteste do Psicodiagnóstico de Rorschach nos indivíduos que ingressam na PMGO, como forma de investigar mais profundamente os processos de mudança que ocorrem ao longo de sua formação, examinando individualmente a influência do exercício policial

militar nas transformações da identidade e da personalidade. Assim, espera-se que tal projeto se converta, em um futuro próximo, em uma tese de doutorado.

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adrados, I. (1973) Teoria e Prática do Teste de Rorschach (1º edição, 1967). Petrópolis, Editora Vozes.
- Andrade, M. A. A. (1998) A identidade como representação e a representação da identidade. In A.S.P. Moreira e D.C. Oliveira. Estudos Interdisciplinares de representação social. Goiânia, AB Editora.
- Anzieu, D. (1978) Os Métodos Projetivos. Rio de Janeiro, Campos.
- Augras, M. (1999) Teste de Rorschach – Atlas e Dicionário (1º edição 1969). Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Bion, W. R. (1966) Aprendiendo de la experiencia. Buenos Aires, Paidós.
- Bohm, E. (1968) Manual del Psicodiagnóstico de Rorschach (1º edição 1949). Madrid, Ediciones Morata.
- Bohm, E. (1978) Vademecum del Test de Rorschach (1º edição 1962). Madrid, Ediciones Morata.
- Carotenuto, A. (1991) Trattato di Psicologia della Personalità e delle Differenza Individuali. Milan: Raffaello Cortina Editore.
- Ciampa, A. C. (1987) A Estória do Severino e a História da Severina. Um Ensaio de Psicologia Social. São Paulo, Brasiliense.
- Deschamps, J. C. & Devos, T. (1996) Relaciones entre Identidad Social e Identidad Personal. In J. F. Morales, D. Paez, J. C. Deschamps & S. Worchel. Identidad Social. Valencia, Promolibro.
- Doise, W. (1996) Representaciones Sociales en la Identidad Personal. In J. F. Morales, D. Paez, J. C. Deschamps & S. Worchel. Identidad Social. Valencia, Promolibro.
- Erikson, E. H. (1976) Identidade, Juventude e Crise (1º edição 1968). Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- Franta, H. (1982) *Individualitá e formazione integrale*. Roma, Libreria Ateneu Salesiano, 1982.
- Freud, S. (1976) *O Ego e o Id* (1º edição 1923). Rio de Janeiro, Imago.
- Freud, S. (1976) *Discurso perante a Sociedade dos B'nai B'rith* (1º edição 1941). Rio de Janeiro, Imago.
- Fromm, E. (1972) *Análise do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Goffman, E. (1961) *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- Goffman, E. (1999) *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1º edição 1959). Petrópolis, Ed. Vozes.
- Goffman, E. (1988) *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1º edição 1963). Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan.
- Grinberg, L. & R. (1998) *Identidade e mudança* (1º edição 1976). Lisboa, Climepsi Editores.
- Klein, M. (1982) *Os Progressos da Psicanálise* (1º edição 1952). Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan.
- Klopfer, B. & Kelly, D. (1972) *Tecnicadel Psicodiagnostico de Rorschach* (1º edição 1946). Buenos Aires, Ed. Paidós
- Laing, R. D. (1989) *O Eu e os Outros* (1º edição 1969). Petrópolis, Ed. Vozes.
- Linton, R. (1970) *Cultura e Personalidade*. São Paulo, Editora Mestre Jou.
- Loosli-Usteri, M. (1956) *Manual Prático del Test de Rorschach*. Madrid, Ediciones Rialp.
- Petrelli, R. (1989) *Estudo Comparativo de Processos Cognitivos em Tribos Brasileiras, Esquizofrênicos e Crianças Brancas, Investigados pelo Psicodiagnóstico de Rorschach*. Roma, Tese Doutoral não publicada.
- Rorschach, H. (1967) *Psicodiagnóstico* (1º edição 1921). São Paulo, Ed. Mestre Jou.
- Sherif, M. (1966) *In common predicament. Social psychology of intergroup conflict and cooperation*. Boston, Houghton Mifflin.

- Tajfel, H. (1972) La Catégorisation Sociale. In S. Moscovici. Introduction à la Psychologie Sociale. Vol.I, Paris, Larousse.
- Trautenberg, N. R. (1998) A Prática do Rorschach (1º edição 1970). São Paulo, Ed. Vetor.
- Trautenberg, N. R.; Sanglade, A. Représentation de soi et Relation d'object au Rorschach: Grille de Représentation de soi. Ver. Psych. App. V.34, 41-57,1984.
- Turner, J. C. (1975) Social Comparison and Social Identity: Some prospects for intergroup behavior. European Journal of Social Psychology, 5,5-34.
- Vaz, C. E. (1997) O Rorschach. Teoria e Desempenho. São Paulo, Ed. Manole.

